UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS

16613

8

O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO SUDOESTE GOIANO 1960 - 1990

Mestrando: Henrique Carlos Labaig

Orientadora: Drª Ana Lúcia da Silva

Mestrado em H. das Soc. Agrárias
Nº. 0203
ICHL Biblioteca

GOIÂNIA - 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS

O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DO SUDOESTE GOIANO. 1960 - 1990

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História das Sociedades Agrárias à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profª Drª Ana Lúcia da Silva.

HENRIQUE CARLOS LABAIG

GOIÂNIA - 1995

BANCA EXAMINADORA:

_____

_____

_____

A memória de Charles Labaig e Don Carlos Lemos; pai e amigo com quem aprendi muitas coisas da vida que só as grandes pessoas são capazes de ensinar.

A Dorinha, Maythé, Beatrice e Pedro Henrique; uma grande mulher e encantadores filhos com quem divido minhas angustias, meus sonhos e toda uma vida

AGRADECIMENTOS

Muito tempo se passou desde que comecei a escrever este trabalho. Poderia te-lo concluído há pelo menos quatro anos e não o fiz por uma série de questões, entre as quais o desencanto acadêmico e a militância politico-sindical. Contudo, nada melhor que o tempo, a necessidade, a realidade e os amigos para um repensar de atitudes e a tomada de decisões. A própria convivência universitária, como docente, me devolveu o estímulo para acreditar que nesse "locus" ainda podemos produzir algo útil à sociedade desde que não nos distanciemos dela e de seu constante movimento. Por outro lado por uma questão de princípios, mais que tudo, era preciso honrar os compromissos assumidos com o Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás, com o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e, especialmente, com minha orientadora, Professora Ana Lúcia da Silva. A esta um especial agradecimento pelas críticas, sugestões, paciência e compreensão por tanta demora na conclusão deste. Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que muito me ajudou. Meus agradecimentos à Coordenação do Mestrado em História, aos professores e ao pessoal da secretaria. Também agradeço à Organização das Cooperativas de Goiás-OCG., à Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda-COMIGO, seus Diretores, cooperados e funcionários pela valiosa contribuição. À Universidade Católica de Goiás-UCG e às amigas Ana Brum e Dulce Cruvinel que muito me auxiliaram na fase inicial deste e aos membros da banca da pré-defesa professor Dr. Luiz Palacin, professora Dra. Maria Tereza Louza da Fonseca e professora Dra. Ana Lúcia da Silva, pelas valiosas críticas.

Com apreço e grande estima agradeço ao professor **Manoel Bueno Brito** (Nequito), pela revisão linguística.

RESUMO

O presente estudo tem a preocupação de colocar em evidência a história da organização cooperativa no meio rural e sua importância no processo de desenvolvimento capitalista regional, analisando a cooperativa como instrumento das ações efetivas do Estado para o setor agrário, bem como suporte político e econômico da classe detentora dos meios de produção na agricultura.

Com o enfoque histórico inicial do movimento cooperativista tenta-se resgatar suas origens no plano internacional, nacional e goiano para posteriormente trabalhar com o caso específico da COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. Objetiva-se a partir dessa referência de estudos, situar a proposta cooperativista e as suas realizações práticas no período histórico compreendido entre 1960-1990. A pesquisa se dá na Microrregião Sudoeste Goiano, Estado de Goiás, e esta é tomada como referência por ser um espaço geográfico "privilegiado" do desenvolvimento da agricultura mecanizada no período em análise. O cerrado, que outrora era considerado pouco produtivo, foi em um curto espaço de tempo, principalmente a partir de 1975, com o advento do POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, incorporado à dinâmica do capital nacional e internacional. Isso resultou em profundas alterações na região, tanto nas relações econômicas e sociais como no meio ambiente.

A análise realizada neste trabalho procura mostrar também que a interrelação Capitalismo - Estado - Cooperativismo, principalmente na década de

70, acontece de forma a intensificar o processo de acumulação de capital. As políticas públicas para o Setor Agropecuário visavam, primordialmente atender o setor industrial ligado às multinacionais e, incentivar a produção e produtividade com vistas ao mercado externo, mantendo a mesma estrutura fundiária e a mesma distribuição de renda.

A cooperativa agropecuária se insere na estratégia das políticas do Governo e, quando empresarialmente organizada participa efetivamente como articuladora das diferentes formas de produção e processos produtivos do setor agrário com o capital financeiro.

Este trabalho não pretende negar a importância do Cooperativismo ou a idéia da cooperação como valor intrínseco para atender os interesses comuns de grupos ou classes sociais. Contudo, pretende expor a prática no meio cooperativista brasileiro principalmente quando o Estado é o articulador maior.

RESUMÉ

Ce travail a comme but le souci de mettre en rélief l'histoire du coopérativisme au milieu rural et son importance dans le processus de développement capitaliste régional, en analysant la coopérative comme un instrument des actions effectives de l'Etat auprès du secteur agraire, ainsi comme le support politique et économique de la classe qui detient les moyens de production dans l'agriculture.

Au départ, avec la première préoccupation historique du mouvement cooperativiste, on essaye de faire ressortir ses origines à niveau international, national et régional pour travailler ensuite le cas spécifique de la COMIGO - Coopérative Mixte des Producteurs Ruraux du Sud-ouest "Goiano" Ltda.

À partir de cette étude, on envisage situer la proposition coopérativiste et ses réalisations pratiques dans la période historique comprise entre les années 1960 et 1990. La recherche a lieu dans la Micro-région Sud-ouest de l'Etat de Goiás et celle est prise comme répérage parce qu'il s'agit d'un espace géographique "privilégié" dans le développement de l'agriculture mécanisée pendant la période en question.

Le "cerrado" qui était autrefois considéré d'une très faible procuctivité, a été, dans un très court espace de temps, incorporé à la dynamique du capital international et national avec l'avènement du POLOCENTRO - Programme de développement des "cerrados", surtout à partir de 1975. Ce processus a eu

comme résultat des changements vraiment profonds dans la région en ce qui concerne les rélations économiques et sociales et encore dans l' environnement.

L'analyse faite dans cette étude a le but de faire montrer que, l'interélation Capitalisme - Etat - Coopérativisme, surtout dans les anneés 70, s'est passé de façon à rendre plus fort le processus d'accumulation de capital. Les politiques publiques vers le secteur agraire et d'élévage visaient surtout satisfaire le secteur des industries lié aux multinationales et stimuler la productivité en envisageant le marché international, ayant toujours la même structure foncière et la même distribution des revenus.

La coopérative rurale s'insère dans la stratégie des politiques de l'Etat et, lorsqu'elle se trouve organisée comme une entreprise elle y participe effectivement pour articuler de differentes formes de production et des processus productifs dans le secteur agraire avec de capital financier.

Ce travail ne prétend pas annuler l'importance du coopérativisme ou l'idée de la coopération comme valeur intrinséque pour satisfaire les intérêts communs de groupes ou de classes sociaux. Et pourtant, il a l'intention de montrer l'écart existant entre le discours et la pratique dans le milieu coopérativiste brésilien, surtout si l'Etat est le responsable des articulations.

ÍNDICE

RELAÇÃO DE QUADROS 12

INTRODUÇÃO 06

CAPÍTULO I - DA QUESTÃO COOPERATIVISTA AO COOPERATIVISMO NO BRASIL E EM GOIÁS 14

1.1 - A Cooperativa e o Cooperativismo - Concepções Históricas 14

1.2 - O Pensamento Hegemônico Cooperativista na Atualidade 23

1.3 - O Cooperativismo no Brasil 25

1.4 - Estado e Cooperativismo 28

1.5 - Desenvolvimento Capitalista no Campo e as Cooperativas Agropecuárias 33

1.6 - O Cooperativismo Goiano 43

CAPÍTULO II - O SUDOESTE GOIANO - DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA ATÉ A COMIGO 51

2.1 - Caracterização da Microrregião e da Cidade de Rio Verde 51

2.2 - Relações Econômicas e a Produção Agropecuária 56

2.3 - Expansão Capistalista em Goiás e a Agricultura no Sudoeste 60

2.4 - As Características do Desenvolvimento Capitalista do Sul de Goiás e de Rio Verde 63

2.5 - A Incorporação de Rio Verde na Dinâmica do Capital 66

2.6 - O Desenvolvimento Capitalista da Agricultura no Sudoeste Goiano 70

2.6.1 - O Arroz 80

2.6.2 - O Feijão 84

2.6.3 - O Milho 87

2.6.4 - A Soja 90

CAPÍTULO III - A COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO LTDA. - COMIGO - O CASO EM ESTUDO 96

3.1 - O Contexto Original do Aparecimento da COMIGO 96

3.2 - Características Gerais da Fundação 109

3.3 - Os Princípios da Acumulação na Cooperativa 111

3.4 - A Dinâmica do Processo de Expansão das Atividades da Cooperativa 141

3.5 - A Afirmação do Padrão Empresarial Cooperativista 145

CONCLUSÃO 155

BIBLIOGRAFIA 161

RELAÇÃO DE QUADROS

I - Evolução das Cooperativas Agropecuárias e Taxas de Crescimento - Brasil - 1940/1977.....

II - Cooperativas Agropecuárias Brasileira - 1940/1980. Por região.....

III - Distribuição dos Produtores Associados às Cooperativas Agropecuárias - Brasil 1970 e 1975.....

IV - Financiamento Conhecido a Produtores e Cooperativas Rurais 1970/1980.....

V - Créditos Concedidos através do Banco do Brasil segundo o tamanho dos produtores - 1979/1980.....

VI - Cooperativas Goianas por segmento - Ano 1990.....

VII - Cooperativas Agropecuárias de Goiás 1970 - 1990. .....

VIII - Quadro dos Municípios da Microrregião Sudoeste Goiano, Emancipação Política e Área. .....

IX - Dados cronológicos de Rio Verde - 1886.....

X - Dados sobre a população de Rio Verde 1872/1980. .....

XI - Municípios de Maior População em 1920. .....

XII - Goiás - Municípios com maior produção agrícola, em 1920.....

XIII - Estado de Goiás - Estabelecimentos, Área total, Área de Lavouras

ocupado e Transporte. 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985. .....

XIV - Área cultivada (em ha) com cana-de-açúcar nos principais Estados 1972/1983.....

XV - Evolução da Área colhida, produção e produtividade da cana-de-açúcar 1973/1982.....

XVI - Municípios maiores produtores de cana-de-açúcar - Goiás 1981.....

XVII - Ocupação do Trabalhador Rural em Santa Helena, segundo registro no Sindicato até 1989.....

XVIII - Sudoeste Goiano (Área de influência da Comigo) Produção Agrícola por Município 1960 - 1985 - Algodão em caroço/ton. .....

XIX - Sudoeste Goiano (Área de influência da Comigo) Produção Agrícola por Município 1960 - 1985 - Arroz / Ton. .....

XX - Evolução no número de tratores por municípios na área de influência da Comigo, de 1960 - 1985.....

XXI - Sudoeste Goiano: Adubo Químico e calcário. Área de influência da Comigo e o número de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes.....

XXII - Evolução da área, produção e rendimento do Feijão, de Goiás - Brasil, 1975 - 1994. .....

XXIII - Sudoeste Goiano (Área de influência da Comigo) Produção Agrícola por Municípios e áreas colhida / ha - 1960 - 1985. .....

XXIV - Evolução da área, produção e rendimento do milho de Goiás/Brasil, 1975 - 1994.....

XXV - Sudoeste goiano (Área de influência da Comigo) Produção Agrícola por Municípios 1960 - 1985. .....

XXVI - Produção e área Colhida de Soja no Estado de Goiás e na Microrregião Sudoeste (Área de influência da Comigo). 1970, 1975, 1980, 1985, 1989. .....

XXVII - Sudoeste Goiano (Área de influência da Comigo) Produção Agrícola por Município 1960 - 1985. Soja / ton. .....

XXVIII - Ocupação do trabalhador rural em Rio Verde segundo registro no Sindicato até 1989.....

XXIX - Resultado Econômico da Comigo - 1976. .....

XXX - Empréstimos tomado pela Comigo, finalidade, valor, taxa de juros, Forma de pagamento e vencimento - ano 1978.....

XXXI - Evolução do Crédito Rural concedido e outros indicadores da política de crédito entre 1969 e 1982 (em milhões de cruzeiros). .....

XXXII - Sobras líquidas à disposição da A.G.O. 1976 a 1980 e incorporadas a conta capital social, proporcional a cada associado. .....

XXXIII - Evolução do Capital - Social subscrito e integralizado na Comigo 1976 - 1980.....

XXXIV - Financiamento de repasse concedidos aos associados da Comigo em 1980, por produto. .....

XXXV - Demonstrativo das Sobras da Comigo - 1976-1981 e seu destino. .....

XXXVI - Comercialização dos Produtos Agrícolas pela Comigo - 1979-1981...

XXXVII - Comparativo das receitas proveniente da Comercialização de grãos (Arroz, milho e soja). 1980 - 1982. .....

XXXVIII- Comparativo da evolução das vendas do setor de consumo da Comigo.....

XXXIX - Principais produtos fornecidos aos cooperadores pelo setor de con

sumo da Comigo - 1980. .....

XL - Origem dos Recursos Financeiros para montar o setor Agroindustrial da Comigo - 1982. .....

XLI - Evolução do Faturamento e Fontes de Receita da Comigo compreendida entre 1981 e 1983 em CR$ 1,00. .....

XLII - Capacidade Armazenadora da Comigo (em ton), na sua área de ação - ano 1990.....

XLII - Comercialização de Produtos Industrializados na Comigo 1985-1990 (Valores em US$ Dólar Americano médio de cada mês). .....

XLIV - Evolução do Faturamento da Comigo 1984-1990 (em US$ Dólar Americano médio de cada mês).....

XLV - Principais Produtos fornecidos ao quadro - Social da Comigo 1982 - 1990.....

XLVI - Pessoal segundo o tempo de Serviço na empresa (maio de 1992).....

XLVII - Evolução do quadro de empregados da Comigo. Agosto / 92.....

XLVIII - Evolução do quadro social da Comigo - 1976 - 1990. .....

XLIX -Evolução do capital da Comigo - 1984-1990 (em US$ - Dólar Americano da data do Balanço).....

L - Participação dos produtores rurais do município de Rio Verde na Comigo - 1985 - 1989. .....

LI - Participação do Comigo da arrecadação de ICMS da Prefeitura de Rio Verde 1985 - 1988.....

INTRODUÇÃO

Os estudos e os trabalhos desenvolvidos no meio cooperativista nas décadas de 70e 80, tanto no Brasil como no Japão, Israel e Espanha, me proporcionaram a oportunidade de conhecer com relativa profundidade o assunto. Esse conhecimento facilitou-me também a percepção dos elementos de contradição que permeiam o discurso apologético do cooperativismo e a sua efetiva ação na sociedade.

Ao longo desse período de contato permanente com as atividades cooperativistas pudemos ver com clareza a participação, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, na elaboração de políticas de crédito e de fomento à organização cooperativa, como sendo esta o tipo ideal de empresa econômica que, principalmente junto aos produtores rurais, pudesse viabilizar o melhor encaminhamento das ações do Estado para com o setor agrário.

A apologia apregoada nos discursos oficiais e na doutrina cooperativista colocando o cooperativismo como agente de mudança é colocada por terra a partir de algumas observações iniciais que nos mostravam algumas questões de relevante importância, quais sejam: 1) as cooperativas agropecuárias goianas, melhores situadas economicamente foram constituídas na década de 70 pelos grandes produtores rurais e nas regiões consideradas como as mais ricas do Estado de Goiás. Essas cooperativas situam-se nas cidades de Mineiros, Rio Verde, Quirinópolis, Goiatuba e Itumbiara; 2) o surgimento dessas cooperativas

aparece vinculado à modernização da agricultura e sua conseqüente integração ao complexo agroindustrial quando o crédito subsidiado é fartamente utilizado.

A partir desses indicativos estabelecemos o questionamento a respeito da relação Estado - capitalismo - cooperativismo, e como se processa no interior da sociedade a utilização do discurso cooperativista como forma de viabilizar as ações do Estado e promover o desenvolvimento do capital no meio rural.

A escolha da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. - COMIGO como nosso objeto de estudo surgiu do acúmulo de experiências no cooperativismo goiano que nos mostrava essa entidade como a mais importante do segmento cooperativista agropecuário do Estado de Goiás. Essa cooperativa é a que reúne o maior número de associados e a que detém a situação mais promissora dentre todas as outras goianas, estando colocada como uma das dez maiores do país em seu gênero. A sua situação geográfica também fortaleceu a opção, pois a COMIGO tem sua sede administrativa na cidade de Rio Verde, com área de atuação em toda a micro-região do Sudoeste Goiano e é no conjunto de seus municípios de atuação que vamos encontrar a maior produção agrícola de Goiás.

Quando optamos pela periodização histórica compreendida entre 1960 e 1990 levamos em conta que o objeto de análise ocorre nesse período. Ressalta-se, contudo, que os dados levantados a partir de 1960 nos servirão como suporte comparativo para a análise do grande desenvolvimento da agricultura no Sudoeste a partir de 1975, com a efetiva participação das políticas oficiais do Governo Federal, com o incentivo à exploração dos cerrados através do crédito subsidiado e o surgimento da COMIGO.

A análise do espaço geográfico tem também a pretensão de instigar os debates para os aspectos regionais, tendo a região como uma referência

conceitual de "objeto de conhecimento"[1] onde se pode ver, dentre muitas coisas, a expressão do capital como instrumento sem fronteiras para atuar.

Resumidas as premissas básicas da investigação, tendo como objeto de estudo a Cooperativa, partimos do pressuposto de que no Sudoeste Goiano a COMIGO, ao reunir produtores rurais dentro de um projeto de desenvolvimento da agricultura, o fez de forma empresarial e atendeu, de maneira eficiente, a proposta de desenvolvimento capitalista do Estado.

A investigação nos possibilitará caminhar para alguns questionamentos básicos a respeito da Cooperativa e do Estado e de como acontece esse entrelaçamento de ações para o desenvolvimento capitalista e a conseqüente ampliação do mercado para o complexo agroindustrial, este entendido como um conjunto formado pelos setores produtores de insumos e máquinas agrícolas, indústria de transformação dos produtos primários, setores de distribuição e transporte, bem como o sistema de financiamento nas diversas fases do circuito industrial. A expansão do complexo agroindustrial no Brasil tem no desenvolvimento da agricultura o seu próprio fundamento na medida em que esta cria o mercado necessário para sua realização.

Quanto à cooperativa, o conceito clássico original, a partir de ROCHDALE[2], nos mostra essa organização como uma sociedade de pessoas e não de capital. Sua administração é democraticamente eleita em Assembléia Geral dos associados, quando cada membro tem direito a um só voto. Essas características iniciais da cooperativa de operários ingleses são transformadas em princípios gerais do cooperativismo, principalmente a partir do pensamento liberal de Charles Gide (1847/1932) ao pregar que "as cooperativas servem para

---

[1] CAPDEVILLE, Aluizio; Regionalização - Considerações Metodológicas. São Paulo, Boletim de Geografia Teorética nº 10, 1980. Nesse texto o autor aborda a região como objeto científico de análise vista em suas contradições internas, entre classes sociais e a apropriação do espaço. "A região pode ter a sua praxis" - p 29.

[2] ROCHDALE é uma cidade da Inglaterra onde, em 1844, surgiu a 1ª cooperativa européia de que se tem notícia e que serve como base histórica e doutrinária para o pensamento cooperativista.

conferir à classe operária conhecimento e virtudes sem os quais não conseguiria ela ocupar o lugar a que aspira e ao qual tem direito"[3]. Passa-se a elaborar, com Gide, todo um processo doutrinário sobre o cooperativismo tendo na cooperativa a organização ideal para se alcançar a sociedade justa que teria como base a "República Cooperativa"[4]. Nessa doutrina de Gide está clara a idéia da cooperativa como solução para um tipo de sociedade que não seria nem capitalista e nem socialista.

Essa idéia foi muito difundida no Brasil, principalmente na década de 70, por Diva Benevides[5], De MASY[6] e FRANKE[7] e prega o Cooperativismo como um modelo econômico alternativo. Para esses autores a cooperativa deve ser uma sociedade de pessoas, mas organizada também como uma empresa que necessariamente tem de participar no mercado capitalista.

Um outro conceito diferente dos anteriores é encontrado em CORADINI[8] e SORJ[9] quando focalizam o tema no contexto histórico em que ele se insere. Para SORJ o cooperativismo foi utilizado nos governos militares como instrumento de integração ideológica e de controle governamental dos pequenos proprietários. Nesse prisma a cooperativa é colocada como aquela entidade que promete resolver o problema do pequeno agricultor quanto à sua economia e organização produtiva. Esse discurso, no entanto, elimina a diferença de classes no interior da cooperativa. Para CORADINI o cooperativismo agrícola é um dos

---

[3] Citação extraída do livro de PINHO. Diva Benevides. Manual de Cooperativismo. vol. I. São Paulo CNPq. 1982. p. 35.

[4] Idem , p. 36. Para se chegar a Republica Cooperativa proposta por Gide era necessário cumprir 3 etapas: 1ª Organizar cooperativas de Consumo em toda a sociedade e através, obter o justo preço ao consumidor; 2ª criar cooperativas de produção industrial com os fundos acumulados pelas cooperativas de consumo é a 3ª etapa seria aquela onde se constituiriam as cooperativas agrícolas. Em todas elas seriam abolido o trabalho assalariado e haveria uma integração desde a produção primaria até a distribuição. Nessa proposta Gide pretendia transformar a sociedade eliminando os conflitos e as injustiças sociais, através da cooperativa

[5] PINHO, Diva Benevides; Cooperativismo e Desenvolvimento econômico; Boletim nº 289, FFCL/USP. São Paulo, 1983.

[6] DE MASY, Rafael C.; Moderna Administração de Empresas Cooperativas Agrárias. Porto Alegre. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. 1979.

[7] FRANKE, Walmor; Direito das Sociedades Cooperativas. São Paulo, Saraiva, 1973.

[8] CORADINI, Odacir; Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro. Zahar 1982

[9] SORJ Bernardo; Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro. Zahar 1980.

responsáveis pela expansão do capitalismo na agricultura, em sua reprodução geral e em sua articulação com o capitalismo internacional. Para este autor a cooperativa passa a ser o elo de ligação entre a indústria que envolve a agricultura, o Estado intervencionista e o corpo de associados.

Contudo, na ação efetiva do cooperativismo brasileiro o que se pode considerar como hegemônica é a definição da cooperativa como um... "agrupamento de indivíduos que defende seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente"[10]. Nesta definição as cooperativas não estão em contradição com a economia capitalista e, para obter êxito, elas utilizam-se de procedimentos administrativos e de gestão empresarial semelhantes aos das demais empresas em geral. Essa definição e a forma de agir da cooperativa no Brasil têm sustentação na teoria de Münster, ou "teoria da Cooperação"[11], que foi desenvolvida por um grupo de professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster, na Alemanha, e divulgada no Brasil a partir de BENECKE[12], que analisa as cooperativas como organizaçoes capazes de incorporar, econômica e socialmente, a maioria da população ao processo de desenvolvimento. A cooperativa é, para esse autor, instrumento de mudança social,... "porém de mudança pacífica, por força sócio-econômica, não por força político-ideológica"[13]. O livro de BENECKE é em receituário geral aos países do terceiro mundo que poderão ter, pelas suas "receitas", uma oportunidade de superar as crises de desenvolvimento através das cooperativas.

De certa forma, todos os conceitos já expostos de cooperativa nos remetem à compreensão da importância de se situar o papel do Estado nesse processo. Quando nos referimos ao Estado nos apegamos à interpretação clássica

---

[10] Citada por Pinho, Diva Benevides, no Livro Manual de Cooperativismo volume I, São Paulo, CNPq, 1982, p. 76.

[11] Também no livro de Pinho, Manual do Cooperativismo vol I, p. 74 pode ser encontrada com mais detalhes o conteúdo da Teoria de Münster.

[12] BENECKE, Dieter W. Cooperação e Desenvolvimento: O papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre, Coojornal, 1980.

[13] Idem p. 96

do Estado Capitalista, analisado por MARX, como a expressão política da estrutura de classes inerentes à produção. Nesta interpretação, que pode ser encontrada no "O 18 Brunário"[14], MARX analisa o Estado como mediador do conflito de classes e mantenedor da ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia. Esse Estado que analisamos expressa, assim, a imposição de uma classe, ou aliança de classes, sobre a outra.

No período histórico de nossa análise temos a fase dos governos militares onde o Estado, com as características anteriormente descritas, exerce um papel decisivo no processo de intervenção na economia, criando infra-estrutura de apoio ao processo produtivo no meio rural, promovendo e atuando diretamente no processo de industrialização. A especificidade da atuação do Estado no governo militar (1964-85) é que ele demonstrava, ao mesmo tempo, "o elevado grau de autonomia com que agia, bem como seu nítido caráter burguês, uma vez que a sua política econômica visou conter o trabalho e acelerar o processo de acumulação de capital"[15]. É essa a referência de Estado que tomamos para explicitar o envolvimento da cooperativa no processo de desenvolvimento econômico regional.

Ao tomarmos a COMIGO como objeto de estudo é nossa intenção também remetê-lo à interpretação do Cooperativismo Goiano através dessa entidade, é pelos seus passos históricos que podemos compreender o crescimento econômico do cooperativismo sua maior integração às políticas governamentais e o padrão de acumulação vigente em nossa sociedade.

Na busca de informações para melhor qualificar o problema em questão, fica evidente que ainda no final da década de 60 e início dos anos 70, no Sudoeste Goiano, era inexpressiva a utilização de adubos químicos na agricultura.

---

[14] MARX, Karl; O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte; in Obras escolhidas. Alfa Ômega. São Paulo. vol. I. 1982, p. 203.

[15] GERMANO, José W. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo. Cortez. 1993. p. 72.

O que nos chama a atenção, portanto, é que, em um espaço curto de tempo, notadamente a partir de 1970, o adubo químico será utilizado em larga escala e o produto agrícola da região se integrará definitivamente ao complexo agroindustrial.

Essa forma de buscar produtividade em solo fraco ou cansado, através da tecnologia e com a interferência das políticas públicas, passava a ser vista como uma componente essencial no projeto de modernização da agricultura. Enquadra - se também essa modernização na ação efetiva do Estado para manter a estrutura fundiária e frear qualquer projeto de reforma agrária. Instrumento útil, as cooperativas sustentarão essa idéia, organizando os produtores rurais com perspectivas de aumento da produção e sua conseqüente organização para o mercado. Os programas e projetos oficiais do governo, principalmente na década de 70, financiam o produtor e seu produto estabelecendo assim a relação de dependência da agricultura ao capital financeiro e industrial. Mas, os juros negativos desses financiamentos determinam um certo padrão de acumulação do grande produtor e da cooperativa.

Exposto e delineado o problema, para o desenvolvimento de sua análise utilizamos muitos documentos da própria entidade desde a sua fundação. Esses documentos são constituídos pelas Atas, Balanços Contábeis, relatórios e pareceres do Conselho de Administração e Fiscal, Estatuto Social da Cooperativa, normas internas de administração, informativos jornalísticos, entrevistas com 46 cooperados e funcionários. Os demais instrumentos úteis a nossa análise situam-se fora da cooperativa, junto aos órgãos do Governo Estadual e Federal, Secretaria da Agricultura, INCRA, Organização das Cooperativas de Goiás, Associação Comercial de Rio Verde, Prefeitura Municipal de Rio Verde, os Censos Agropecuários do IBGE e a literatura sobre a história regional.

Finalmente o trabalho pode ser realizado em três capítulos. O primeiro trata da questão cooperativista de uma maneira geral, para chegarmos ao cooperativismo brasileiro e em Goiás . Através das informações históricas e da análise da concepção hegemônica do cooperativismo trabalhamos sobre a relação deste com o desenvolvimento capitalista e o Estado.

O segundo capítulo mostra as relações do cooperativismo com o protecionismo estatal e o Cooperativismo em Goiás até a COMIGO. Mostra também o grau de compromisso que o cooperativismo agrícola assumiu no processo de desenvolvimento da agricultura, principalmente a partir da década de 70.

No capítulo terceiro é que vamos expor com maior profundidade o nosso objeto de estudo. As análises detalhadas da COMIGO, desde a sua fundação até o ano de 1990, procuram mostrar o seu envolvimento com o desenvolvimento agrícola do período e o seu comprometimento com as diretrizes básicas do processo de acumulação capitalista propostas a partir das políticas públicas para o setor rural.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a discussão teórica do cooperativismo bem como para provocar outras pesquisas sobre o tema. É importante também frisar que não se pretende aqui negar a importância do cooperativismo ou a idéia da cooperação como valor intrínseco para atender os interesses comuns de grupos ou de classes sociais.

CAPÍTULO I
DA QUESTÃO COOPERATIVISTA AO COOPERATIVISMO NO BRASIL E EM GOIÁS

1.1 - A Cooperativa e o Cooperativismo - Concepções Históricas

Organizada inicialmente por operários em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra[1], a primeira cooperativa chegava com uma proposta de dar solução ao "Laissez-Faire" da sociedade capitalista e não como uma intervenção radical no modo de produção dominante. Seus princípios demonstram características reformadoras do meio econômico e social e podem ser assim entendidos: **Adesão Livre**, a todos os que quisessem fazer parte da cooperativa. Este é o denominado princípio da "porta aberta", podendo também o associado sair quando lhe aprouver; **Gestão Democrática**, onde cada membro da entidade teria um tratamento igual com direito a apenas um voto; **Retorno "*pro rata*"**, que se daria de acordo com as operações realizadas de cada associado, o que significaria um marco diferencial das sociedades por ações; **Juro Limitado ao Capital**, empregado como forma de inibir a usura e valorizar a participação do cooperado na cooperativa e não pelo capital nela empregado; **Vendas somente a vista**, representava a busca da disciplina para o consumo da classe operária cooperada;

[1] A primeira cooperativa foi fundada por 28 tecelões em 24 de dezembro de 1844 em Rochdale, Inglaterra, com um capital inicial de 28 libras. A entidade se constituía em um armazém de consumo, com gêneros de primeira necessidade para o abastecimento doméstico Em Pinho, Diva Benevides: evolução do pensamento cooperativo: São Paulo CNPq, 1982, podemos encontrar, com mais detalhes a história dos "Pioneiros de Rochdale" e o enfoque doutrinário do Cooperativismo a partir da elaboração dos princípios que orientam a administração da primeira cooperativa

Educação Permanente, uma necessidade colocada pelos fundadores da primeira cooperativa como forma de formar o cooperado para a cooperação e, **Neutralidade Política, Religiosa, Racial e Social**.

Esses princípios carregam em si traços marcantes de uma crítica moral à sociedade capitalista, que se afirmava em todos os ramos da produção social às custas da exploração da classe trabalhadora. A proposta cooperativista aparece como uma opção econômica reformadora na busca de uma sociedade mais justa. A partir do exercício prático desses princípios, através da atuação da cooperativa, foram elaborados os aspectos doutrinários com a finalidade de pregar o Cooperativismo como um movimento econômico e social que não queria se identificar com a prática capitalista do século XIX e, tampouco com as idéias do Estado Socialista propostas por Marx a partir do Manifesto de 1848.

No período compreendido entre o surgimento da primeira cooperativa, em 1844, até 1864, por ocasião do primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, surgiu na Europa, uma enorme quantidade de cooperativas no setor de consumo, crédito e produção industrial, patrocinadas pelas mais diferentes correntes sociais e religiosas da época. Dentre essas correntes podemos destacar o Movimento Católico-Democrata, Movimento Católico-Social, os Protestantes Sociais, os Boerenbond e os Christian Socialist. Pela interferência deste último, conseguiu-se em 1852, na Inglaterra, o reconhecimento por lei da personalidade jurídica das cooperativas. Os seguidores do protestantismo inglês apoiaram o cooperativismo mostrando preferência pelas cooperativas de consumo. Na França essa preferência era liderada pelos protestantes da corrente centro-moderada, onde se destaca o economista Charles Gide (1847-1932), um dos fundadores da Escola de Nimes e elaborador do processo doutrinário do cooperativismo.[2]

[2] No final do século passado o economista Charles Gide demonstrou interesse pelo estudo das cooperativas e passou a divulgar a atuação dessa entidade como um instrumento eficaz de reforma da sociedade capitalista. As idéias cooperativistas de inspiração rochdaleana foram sistematizadas por Gide para uma

Gide defendia a tese de que o cooperativismo deveria se situar à margem da luta de classes e, portanto, não se engajaria na luta desenvolvida pelos trabalhadores por uma sociedade socialista. Esse era o pensamento tipicamente reformista da maioria dos líderes cooperativistas que se ocupavam da divulgação doutrinária do cooperativismo. Na opção pela organização cooperativista como combate às práticas da Doutrina Liberal e individualista, nasce o que Gide denominou de a "Doutrina Opositora" - que projetava uma sociedade cooperativa.

Marx considerava a cooperativa um instrumento útil à classe trabalhadora. Contudo, negava que o movimento por si só poderia vir a ser o meio principal de transformação da sociedade. Por ocasião do I° Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, dizia ele:

> *"... por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguiu deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o pêso de sua miséria".*[3]

Não sem razão, Marx fez essas observações no sentido de colocar em seu devido eixo a luta dos trabalhadores. Para ele a organização das cooperativas deveria acontecer independente do Estado capitalista ou de setores ligados à burguesia. O projeto cooperativista em Marx está implícito na supressão da sociedade de classes. Observava Marx que as ilusões sobre a possibilidade do surgimento e desenvolvimento do "socialismo-cooperativo" no seio do capitalismo já haviam causado enormes prejuízos à luta revolucionária. O

---

proposta doutrinária cujos principais objetivos podem ser resumidos da seguinte forma: corrigir e modificar o meio econômico e social, pacífica e gradativamente com base nas cooperativas de consumo; prestar serviços aos cooperados; eliminar a concorrência; eliminar o salariado; eliminar o lucro; obter o justo preço e, realizar a "República Cooperativa". Maiores detalhes sobre este assunto podem ser encontrados em

surgimento das cooperativas não afetava os alicerces da sociedade capitalista e a sua atuação conciliava os trabalhadores com o regime de exploração, desviando o movimento operário da luta pela sua libertação, reduzindo-o às tentativas de conseguir um insignificante melhoramento de vida aos membros da cooperativa[4]. Quanto à sua situação econômica, Marx observava que as cooperativas se colocavam como instituições comerciais que se degeneravam frente à concorrência capitalista.

O movimento cooperativo, surgido há mais de cem anos atrás, sempre atraiu a atenção de várias correntes socialistas. O fato de a empresa cooperativa ser coletiva pela sua forma, fez com que alguns socialistas elaborassem a idéia de que a cooperação poderia constituir uma organização socialista acabada. Lênin, nas suas atividades políticas se pronunciava contra os teóricos que pregavam o "socialismo cooperativo" e afirmavam que através de uma simples cooperação se poderia transformar os inimigos de classe em parceiros, e a guerra de classes em paz entre as classes.[5]

A teoria marxista-leninista sobre a cooperação leva em consideração, antes de mais nada, o seu conteúdo econômico-social, a sua natureza de classe condicionada pela essência do poder político e pelo regime econômico do país. Tal posição permitiu a Lênin conceber a teoria científica da cooperação nos princípios do materialismo dialético, bem como determinar o lugar e o significado da cooperação no capitalismo e nas condições do período de transição para o socialismo. Entendiam os revolucionários russos que nas condições do domínio econômico da burguesia, a cooperação por si só não está em condições de mudar radicalmente a situação dos trabalhadores. Depois da

---

[4] MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores; in: Obras escolhidas, op. cit.

[5] GOLIKOV, V.; A Cooperativação da Agricultura na U.R.S.S., Edições Progresso, Moscou 1976, p.21

vitória da revolução socialista a essência e o significado da cooperação modificam-se radicalmente. Escreveu Lenin que:

> *"sendo a classe operária detentora do poder Estatal e pertencendo a esse poder todos os meios de produção, na realidade só nos resta a tarefa de organizar a população em cooperativas. Conseguindo a máxima organização dos trabalhadores em cooperativas, chega por si mesmo ao seu objetivo aquele mesmo socialismo que antes provocava ironias justificadas, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte dos que estavam convencidos, e com razão, da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político".*[6]

Lênin criticava também os próprios camaradas de partido pela falta de entendimento da questão cooperativista. Dizia ele que o menosprezo de alguns camaradas pelo cooperativismo era a não compreensão dos próprios princípios, onde a propriedade dos meios de produção estava nas mãos do estado proletário. Observava ainda que "uma coisa era se fantasiar de associações operárias para a construção do socialismo e outra é na prática construir esse socialismo"[7]. Para Lenin as cooperativas deveriam exercer uma importante atividade na organização dos pequenos camponeses e de toda a população para a construção do socialismo. Dentro dessa posição a cooperativa seria, sem dúvida, mais um instrumento de suporte ao Estado.

A trajetória da organização cooperativista do urbano para o rural começa pela criação das cooperativas de consumo, posteriormente aparecem as cooperativas de produção industrial, cooperativas de crédito e de habitação. As cooperativas foram penetrando no campo junto aos pequenos e médios agricultores, os objetivos dessas entidades eram, quanto à atuação política, totalmente opostos àqueles desenvolvidos pelas cooperativas no meio operário. As ações das cooperativas agrícolas se pautavam pela convivência pacífica com

o regime dominante e pela defesa da independência do produtor rural em relação à cidade.

A característica básica do aparecimento das cooperativas agrícolas é que elas se desenvolveram com o avanço da agricultura capitalista e do crédito rural. Isso pode ser encontrado nas origens das cooperativas agrícolas na Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, entre outros, a partir da década de 60 do século XIX. Um exemplo ilustrativo para esta análise podemos encontrar nos Arteis Agrícolas[8], na Rússia. Na Alemanha, a partir de 1861, o modelo de crédito mais difundido para o cooperativismo eram os bancos Raiffeisen, sob o patrocínio do clero e, os bancos Schulze-Delitzch, onde preponderavam os "pequenos burgueses", segundo Kaustsky[9]. Neste país, este esse tipo de banco de crédito agrícola, modelo para as cooperativas agrícolas de crédito, desenvolveu-se rapidamente e em 1871 já existiam 100 bancos de créditos agrícolas; em 1891, 2134 e em 1896, eram em número de 6391. Os maiores beneficiários desses empreendimentos eram os grandes proprietários rurais e uma pequena parcela de camponeses "ricos"[10].

Em Kaustsky encontramos também uma análise detalhada sobre a atuação da cooperativa na sociedade capitalista. Dizia ele:

> *"é inconcebível que alguém possa negar a importância das cooperativas". Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses".*[11]

---

[8] O primeiro Artel Agrícola surgiu na Rússia em 1863 e seu princípio de funcionamento se baseava no cultivo comum da terra através da cooperação do trabalho camponês e no combate contra a exploração de usuários e intermediários. No princípio de seu funcionamento o Artel cultivava em comum somente sua terra parcelaria e logo agregou a esta as terras tomadas em arrendo. A medida que crescia a economia do Artel se agravavam suas contradições internas que minaram suas bases. O Marco principal do Artel era a proposta de sair da economia natural e converter-se em provedor dos produtos agrícolas para o mercado. Maiores detalhes sobre este assunto indicamos a obra de TRAPEZNIKOV S.; El Leninismo y el Problema Agrário Campesino; Ed. Progresso, 1979.

[9] KAUSTSKY, Karl; A Questão Agrária ; São Paulo, Ed. Proposta Editorial Ltda., 1980, p. 137.

[10] Idem, p. 138.

[11] Idem, p. 138.

CAPÍTULO III
A COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO LTDA. - COMIGO - O CASO EM ESTUDO

3.1 - O Contexto Original do Aparecimento da COMIGO

O cerrado, como um espaço geográfico de fácil manejo para a mecanização agrícola gera na década de 70 uma série de gestões governamentais para a sua efetiva utilização[1]. A dinâmica do desenvolvimento capitalista era dinamizar, através da agricultura, as áreas de fronteira agrícola e, em especial, ocupar as grandes áreas onde a sua exploração tradicional ainda era predominante.

A geografia do Centro-Oeste de maneira significativa nos cerrados goianos, se adequa perfeitamente aos grandes projetos e programas do Estado e do complexo agroindustrial. A filosofia cooperativista da união e da força e o surgimento da cooperativa administrada nos moldes capitalistas contribuirão decisivamente para a concretização desse projeto. A cooperativa executará, melhor do que qualquer agente do complexo agroindustrial, a tarefa de introduzir novas tecnologias para a agricultura mecanizada, de receber e beneficiar a produção, de comercializar, industrializar e de penetrar no circuito do mercado nacional e internacional. Ao cumprir essa tarefa ela também fará parte do complexo. A cooperativa terá o Governo como um forte aliado tanto no crédito, como na assistência técnica e na pesquisa. Além disso, contará com um fator

[1] A análise mais detalhada sobre o cerrado, utilizada como referência neste trabalho é encontrada à p. 5 do Documento Base sobre o POLOCENTRO-PLANO DE AÇÃO 1975/77. - SUDECO

preponderante de que junto à sua estrutura estarão reunidos os produtores que, associados, formam a entidade e reproduzem as ações empresariais desta no sistema produtivo.

Esse cooperativismo agrícola empresarialmente desenvolvido é analisado por Coradini como "*estimulador do processo de transformação da estrutura de onde resultam as classes e camadas sociais especificamente agrícolas que lhe dão suporte social e político, com as políticas estatais e com o capital em geral e agroindustrial em especial, predominantemente sobre o controle do capital externo ou do grande capital nacional.*"[2]

O cooperativismo agrícola brasileiro reflete a dinâmica do processo de desenvolvimento econômico vigente. As cooperativas em Goiás não fogem à regra e, na década de 70, alguns fatores importantes na geo-política do capitalismo, que proporcionam a articulação do Estado com o capital financeiro, a indústria e as classes rurais, fazem aparecer e desaparecer várias entidades cooperativistas. As que se configuram na atualidade como as maiores cooperativas agropecuárias do Estado nasceram justamente nesse período, nas regiões sul e sudoeste de Goiás. As cidades-sedes dessas cooperativas foram Mineiros, Rio Verde, Quirinópolis, Itumbiara e Goiatuba.

A década de 70 foi o período em que apareceu o maior número de cooperativas de que se tem registro no Departamento de Cooperativismo da Secretaria da Agricultura e no INCRA regional, órgão este que autorizava o funcionamento das entidades, de acordo com a Lei 5.764/71. Foram autorizadas a funcionar, entre 1972 e 1980, 182 cooperativas de diversos segmentos, sendo que efetivamente se tornaram ativas apenas 106. Destas, 50% eram agropecuárias. Muitas cooperativas nasciam por solicitação de lideranças políticas locais que viam nessa organização um meio de se promoverem

[2] CORADINI, O.L.; Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. p.60.

politicamente e de captarem recursos financeiros de forma mais fácil. Quando os recursos não apareciam, ou eram desviados das finalidades da captação, as cooperativas se dissolviam tal qual as idéias dos políticos que fomentavam sua existência.

Nesse contexto atribuímos às políticas públicas e aos seus projetos especiais, uma importância fundamental no desenvolvimento da agricultura capitalista do Centro-Oeste e, em especial, do Sudoeste goiano. Uma das ações que mais interferiram na realidade regional foi a criação do POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados que envolvia a participação dos Governos Estaduais e Federal na utilização dos seus recursos financeiros. Envolvia também produtores rurais e cooperativas.

Como instrumento básico de apoio aos projetos agropecuários o governo se encarregou de utilizar os recursos do POLOCENTRO para a extensão, criação ou melhoramento do sistema viário, criação de uma rede oficial de armazenamento de grãos, extensão da rede de eletrificação rural, pesquisa e extensão rural.

Em 1975, quando da criação do POLOCENTRO, a Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, órgão oficial, apresenta um documento com um estudo sobre sua área de ação e da disponibilidade de recursos que o Programa iria aplicar nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Esse estudo da Sudeco peca pela pouca importância que dá em sua análise aos aspectos sociais regionais. Contudo, enfatiza a geo-economia dos cerrados como fator essencial ao investimento de capital.[3]

Com efeito, de 1975 a 1978 o POLOCENTRO já havia aprovado 2.319 propostas de financiamento no valor de CR$ 11.396.000.000,00 (onze bilhões,

[3] Maiores detalhes podem ser encontrados no POLOCENTRO - DOCUMENTO DE BASE, SUDECO - GOIÂNIA 1975/77.

trezentos e noventa e seis milhões de cruzeiros) o equivalente, em valores atualizados a US$ 568.739.000,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões, setecentos e trinta e nove mil dólares). Em Goiás foram aprovados 642 propostas de financiamento com um crédito de CR$ 3.038.000.000,00 (três bilhões e trinta e oito milhões de cruzeiros) ou o equivalente a US$ 151.521.190,00 (cento e cinqüenta e um milhões, quinhentos e vinte e um mil e cento e noventa dólares).

Com a atuação efetiva dos governos estadual e federal, com os recursos do POLOCENTRO, haverá prioridade de recursos na construção de linhas de transmissão da rede elétrica, na construção de armazéns através da Casego e Cibrazem e na construção de estradas que viabilizassem a exploração do calcário e estradas vicinais para escoar a produção. São aprovados assim os projetos de implantação dos trechos - BR-364 - Jazida de Calcário de Perolândia, Rio Verde - Jazida de Calcário de Montividiu e estradas vicinais totalizando 391 km, apenas na chamada área de Rio Verde. Para as jazidas de Perolândia e Montividiu são instaladas linhas de transmissão de energia elétrica de 34,5 KV totalizando 100 km de rede.

Como já foi observado, o documento base da Sudeco sobre o POLOCENTRO indica que a partir do Estado podem ser destinados recursos financeiros com vistas a viabilizar o suporte estrutural para o desenvolvimento do capital. A tecnocracia com esse eixo de análise reduz os problemas sociais a meros problemas técnicos e concentra recursos financeiros em projetos de impacto. Neste sentido, a política oficial junto ao setor agrário tem sido a de melhor articular a expansão da produção agrícola com o complexo agroindustrial, envolvendo ai a necessidade de abastecimento interno e o setor exportador.

Na região dos Cerrados o POLOCENTRO foi a "grande mãe" do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Constituíam-se como potenciais beneficiários do programa os produtores rurais "tradicionais", pessoas físicas ou jurídicas e, ainda: Cooperativas, órgãos públicos e empresários que quisessem ingressar na atividade agropecuária. A linha de crédito incluía todo o trabalho de preparo do solo e insumos necessários indicados pela assistência técnica. Estão envolvidos nesse processo o papel da extensão rural, o crédito e a indústria de insumos para a produção agrícola. No que concerne à extensão rural esta realizava a orientação técnica e a tarefa de educar o produtor para a produção dentro dessa realidade de modernas técnicas e produção de excedentes comerciais. Esse tipo de extensão é analisado por Maria T. Louza como um mecanismo de educação do produtor para o capital[4].

O capital que será utilizado pelo POLOCENTRO estabelecia prazos de até 12 anos e 6 anos de carência para pagamento. Os juros estabelecidos foram de 15% a.a. debitados semestralmente durante o período de carência, sem correção monetária. Tratava-se de juros fixos e inferiores à inflação.

Além de todos os insumos necessários à produção agrícola esse Programa financiou também:

a) estradas internas na propriedade

b) eletrificação rural, a partir da linha-tronco, compreendendo respectivos motores e demais equipamentos para uso de energia, bem como instalação de telefonia rural ou sistema de rádio-comunicação;

c) armazéns, currais, cercas, silos e formação de pastos;

[4] FONSECA, Maria Tereza Louza da; op. cit.

d) despesas com a elaboração de projetos que deram lugar aos financiamentos (custeio e administração);

e) despesas necessárias à regularização fundiária;

f) açudagem, drenagem e irrigação;

g) aquisição de maquinário em geral, inclusive implementos necessários aos trabalhos da exploração projetada;

h) aquisição de veículos, embarcações e aeronaves e;

i) outros investimentos de capital fixo ou semifixo previstos no manual de crédito rural do Banco Central que se tornem necessários à integração das atividades agropecuárias.

Financiava, ainda, este Programa a aquisição de "patrulhas mecanizadas", toda a Pecuária de corte ou mista, bem como a aquisição de fertilizantes para adubação intensiva. Esse Programa marca significativamente a introdução, em larga escala, do adubo químico nos cerrados goianos pois os financiamentos para sua aquisição tinham prazo de até 5 anos para pagar, isento de qualquer juro "*durante o prazo do respectivo financiamento, ou sob outras condições que vierem a ser estabelecidas.*"[5]

Estava estabelecido com o POLOCENTRO o quadro ideal para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e o conseqüente envolvimento da produção agrícola dos cerrados com o complexo agroindustrial. Estima-se que 500 mil hectares foram incorporados aos recursos desse Programa no período de 1975 a 1978, somente na área de Rio Verde. De acordo com as especificações do POLOCENTRO esta área de Rio Verde localizava-se entre os Rio Verde Grande

[5] Estado de Goiás - CEPA; Consolidação Sumarizada dos Programas que beneficiam o Setor Agrícola no Estado de Goiás - 1975, p. 27.

e Rio Claro e eixo de convergência das BR.060 e 452, praticamente toda microrregião sudoeste.

Além do POLOCENTRO, outros programas que fundamentavam a atuação do Estado para o fortalecimento do complexo agroindustrial e a sedimentação da aliança com o setor agrário, foram criados na década de 70. Os Programas especiais com abrangência no Estado de Goiás foram os seguintes:

1 - PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste instituído pelo Decreto-Lei nº 1192 de 08.11.71.

O objetivo básico desse programa era incrementar o desenvolvimento econômico dos Estados do Centro-Oeste, mediante a construção de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjugada a um sistema de estradas vicinais, e de uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos.

Quanto à fazenda, propriedade rural, esse Programa financiava: construções diversas no sistema de armazenagem de produtos agrícolas; reforma de instalações ou construção de armazéns, silos, paióis, galpões; aquisição de máquinas, motores; eletrificação rural, etc. Os beneficiários desse programa eram as cooperativas, e os produtores rurais a ela associados, e as empresas industriais que se dedicavam ao beneficiamento primário ou secundário de produtos agropecuários. Os juros desse programa eram de 3% ao ano acrescido da correção monetária. Difere portanto do POLOCENTRO que não tinha correção monetária.

2 - PRODEPE - Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Porte. Foi instituído em substituição aos Programas do BIRD e do BID, em 1972.

Os objetivos desse programa estavam na elevação dos índices de produtividade da pecuária bovina de corte e/ou mista, mediante assistência

técnica e creditícia aos beneficiários. Quem recebeu esses financiamentos foram os "fazendeiros tradicionais" e as empresas agropecuárias.

Os créditos do PRODEPE eram fornecidos com até 12 anos para pagar, com carência de 4 anos e juros de 7% ao ano, mais correção monetária.

3 - PERGEB - Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília, previsto no II PND, criado em 02 de abril de 1975. O objetivo básico desse programa era o de criar alternativas de emprego na região geo-econômica de Brasília, com vistas a minimizar os fluxos migratórios que demandam a capital da República. Esses recursos eram a fundo perdido e seriam criados com a participação do Estado de Goiás através dos programas de assistência, pesquisa e experimentação agrícola, crédito, execução de programas de fortalecimento dos núcleos urbanos e, ampliação da infra-estrutura física regional e atividades de fomento. Envolve essa atividade de fomento especialmente a extensão rural e o cooperativismo.

4 - PROLEITE - Programa de Estímulos Técnico e Financeiro para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, criado em 1973 e regulamentado em dezembro de 1974. Incentivava esse programa a recuperação e fomento da pecuária leiteira envolvendo a assistência técnica. A obtenção dos recursos financeiros desse programa pelos pecuaristas tinha encargos financeiros de 7% ao ano, sem correção monetária. O prazo de pagamento para os investimentos fixos era de 12 anos, com 4 anos de carência. Os investimentos semifixos tinham 8 anos para o pagamento, como, também, 4 anos de carência.

5 - PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, criado pela Lei nº 5969 de 11 de dezembro de 1973.

Os objetivos básicos desse programa eram:

a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas às operações de crédito rural de custeio e/ou investimento, para cujo cumprimento venha a ficar impedido pela ocorrência extraordinária de fenômenos naturais, pragas e doenças que prejudiquem rebanhos e plantações, de modo a comprometer total ou parcialmente os seus rendimentos;

b) atuar como instrumento de incentivo à utilização de tecnologia adequada à exploração das atividades rurais, na medida em que essa tecnologia encontre apoio nos meios de produção (insumos, máquinas, etc.) previstos nos respectivos instrumentos de crédito rural e na orientação dos serviços de assistência técnica.

6 - PRONAZEM - Programa Nacional de Armazenagem, criado pelo decreto nº 75.688/PR, de 02.05.75 objetivava aumentar a participação do setor privado na infraestrutura de armazenamento da produção agrícola com vistas a reduzir perdas no setor. Foram beneficiários do Programa as Cooperativas, produtores rurais com colheita mínima de 1500 sacas, e as empresas rurais e empresas públicas. O empréstimo era concedido por 10 anos, com 2 anos de carência e juros de 8% ao ano.

7 - PROCAL - Programa nacional de Calcário, criado pelo conselho monetário nacional em 8 de janeiro de 1975. Seu objetivo principal era o de aumentar a produtividade do solo através da correção, da acidez bem como o de estabelecer bases necessárias à implantação mais eficaz do Programa nacional de fertilizantes. Os beneficiários desses financiamentos foram as cooperativas de produtos rurais e as empresas industriais que exploravam as jazidas de calcário. O empréstimo era concedido com 5 anos de prazo, 2 anos de carência e juros de 17% ao ano

8 - PROSSOLOS - Programa Nacional de Conservação de solos, criados em 16 de outubro de 1975 pelo decreto presidencial nº 76.470.

Destinado à conservação dos solos, esse recurso incentivava a pesquisa e a assistência técnica. Os recursos financeiros para esse programa eram concedidos com 12 anos de prazo, 4 anos de carência, e juros de 17% a. a., isento de correção monetária.

9 - PRONAP - Programa Nacional de Pastagem, criado pelo Conselho Monetário Nacional em 11\12\74 com o propósito de melhorar as "condições de vida" do rebanho bovino, através da recuperação ou reforma de pastagens, formação de capineiras, aquisição de insumos, adubação intensiva, obras de proteção de solo; construção de açudes, barragens, poços, a aquedutos, irrigação; construção de galpões, cercas, bebedouros, estábulos; aquisição de maquinário para ensilagem e construção necessária à guarda dos produtos que podiam ser consumidos pelo rebanho.

Os beneficiários desse programa eram os produtores tradicionais e as cooperativas. O financiamento era concedido com até 12 anos de prazo, 4 anos de carência, juros de 7% ao ano com isenção de correção monetária nos itens para aquisição de insumos.

10 - POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, previsto no II PND e criado em 25\09\74. Objetivava esse programa o aproveitamento das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia.

Esse programa beneficiava a região do Araguaia - Tocantins localizada no pontal de Goiás, constituindo-se área de influência das rodovias transamazônica e Belém - Brasília. O Poloamazônia é o marco mais concreto da participação do Estado na afirmação da pecuária na sua área de atuação.

11 - PROGRAMA DE SUBSÍDIOS AO PREÇO DE FERTILIZANTES - Criado em 25/03/75. Seu objetivo era o de estimular o uso de fertilizantes

químicos ou minerais com a concessão de subsídios financeiros. Beneficiaram-se desse programa produtores rurais ou suas cooperativas e os órgãos ou empresas públicas ou privadas que se dedicaram à experimentação e pesquisas agropecuárias.

Além desses, temos ainda, com atuação em Goiás, um elenco de oito programas inerentes à produção do café como parte do plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais criados em 02/07/75. Os programas abordados dentro desse plano são os seguintes: Programa de financiamento ao plantio dos cafezais; Programa de Incentivo ao uso de Fertilizantes e corretivos em cafezais; Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira; Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais; Programa de Financiamento à Receia e Decote em Cafezais; Programa de Renovação Gradual de Cafezais; Programa para melhoria da Infra-estrutura nas propriedades Cafeeiras e; Programa de Financiamento à Formação de Mudas de Café 75/76.

Os autores Dercio Munhoz[6] , Delgado[7] e Sorj[8] analisam que a política de crédito rural na década de 70 ocupara lugar privilegiado como parte preponderante da parcela de contribuição do Estado ao Agrobusiness. Os dados do Banco Central nos mostram que entre 1970 e 1980 o número de contratos do sistema Nacional de crédito Rural cresceu 131,3%, passando de 1,2 milhão para 2,8 milhões. Isso significa dizer que em valores nominais os financiamentos concedidos a todas as finalidades (custeio, Investimento, Comercialização) passaram de Cr$ 9,2 bilhões em 1970 para Cr$ 859.2 bilhões em 1980, apresentando um aumento real de 87%. Outros dados do Banco do Brasil nos mostram que ao longo de quase toda década de 70 o Banco assinava uma média

---

[6] MUNHOZ, Dércio, op. cit.
[7] DELGADO, Guilherme da Costa; Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985, São Paulo Ed. Unicamp. 1985.
[8] SOR, Bernardo, op. cit.

de 50 mil contratos mensais e que, a partir da criação dos postos avançados de crédito rural, em 1970, atingirá no ano seguinte a média mensal de 150 mil contratos. Um dado importante ressaltado por Munhoz[9] nos mostra que em junho de 1981 os créditos do Banco do Brasil situavam-se em Cr$ 838.800.000.000,00 (Oitocentos e trinta e oito bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros) e os demais bancos comerciais privados respondiam apenas com 20% do crédito destinado às atividades rurais.

O surgimento da Cooperativa Mista de Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda., COMIGO, em 1975, faz parte da dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista regional. O projeto cooperativista dos fazendeiros de Rio Verde apareceu como uma solução econômica no tratamento da produção agropecuária. Organizar-se empresarialmente, livrar-se do intermediário e prestar serviços são propostas básicas que visavam atrair os futuros associados para o empreendimento.[10]

O que já se produzia significativamente na região até a década de 70, era o arroz de sequeiro e o gado de corte, este criado de forma extensiva. Contudo, a percepção empresarial de alguns agropecuaristas de Rio Verde, fato este narrado em entrevista com os sócios fundadores, reacende o debate acerca das virtudes da agricultura e a forma de utilizar-se dela como fonte de renda. Era tempo de crédito subsidiado e de incremento a novas técnicas de produzir. A soja começa a despontar na região como um produto atrativo economicamente.

Em 1975 é criado em Goiânia o Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, com recursos do POLOCENTRO, cujo objetivo principal era o de desenvolvimento de projetos de pesquisas desses dois produtos, principalmente nas áreas de cerrado. É nesse período também que se acentua a atuação do organismo governamental de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado

---

[9] Munhoz, Dércio, op. cit. p. 39.
[10] O discurso que explicita tal situação encontra-se na Ata de Fundação da COMIGO e em seu Estatuto Social.

pela EMATER. Esse órgão se colocará, nos anos setenta, como um agente importante na política oficial do Estado para viabilizar a agricultura capitalista.

Esse quadro é entendido pelos fazendeiros locais como propício ao desenvolvimento da propriedade rural com perspectivas de ganhos de capitais, desde que a produção ali realizada chegasse ao mercado com vantagens competitivas.

As viagens ao Sul do país, realizadas por alguns proprietários rurais rioverdenses propicia o contato direto com as grandes cooperativas brasileiras que lhes servirão de exemplo para fundar em Rio Verde a COMIGO. A experiência cooperativista anteriormente desenvolvida nessa cidade não servia de base incentivadora, pois as entidades do gênero que até então haviam surgido fracassaram. As cooperativas que surgiram e acabaram logo em seguida, desde a década de 40 e início dos anos 70, não conseguiram dar respostas satisfatórias às dificuldades dos proprietários rurais em relação ao crédito para custeio, estradas, armazéns e a comercialização da produção.

Entendiam os sócios fundadores da COMIGO que o "fracasso anterior do cooperativismo"[11] no município lhes servia de lição para não cometerem os mesmos erros. A sociedade que nascia em 1975 tinha um projeto claro de entrar nas regras do jogo do mercado capitalista e sobrepor-se, acima de tudo, aos intermediários que sugavam os lucros dos fazendeiros locais.

A figura do atravessador era mais marcante na época do plantio e colheita, quando intermediavam a venda dos insumos básicos ao processo produtivo e depois, por falta de estrutura necessária à comercialização e armazenamento, adquiriam a produção agrícola levando grandes vantagens comerciais sobre o produtor.

---

[11] Conf. E-2 de um associado da COMIGO referindo-se à incapacidade que tiveram os produtores anteriormente em realizar um empreendimento cooperativo com "características empresariais modernas".

A COMIGO nasce então com a perspectiva de formar uma completa estrutura de apoio ao fazendeiro cooperado. Para isso ela não cometeu as falhas das anteriores. Isto é, procurou associar pessoas e capital, este suficiente para montar um grande empreendimento. Nos sócios fundadores era possível encontrar respaldo financeiro suficiente para o aval dos projetos econômicos da cooperativa. O capital social inicial, a ser integralizado pelos sócios fundadores, de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) era alto e acessível apenas a poucos fazendeiros. Em nossas entrevistas com sócios fundadores, alguns nos afirmaram que o capital inicial para cada associado daria para comprar uma camioneta zero quilômetro. Isso fez com que da lista de 67 futuros sócios da cooperativa apenas 32 se tornassem efetivamente fundadores pois são os que se comprometeram a integralizar a referida quota parte do capital social.

3.2 - Características Gerais da Fundação

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. - COMIGO, foi fundada em 06 de julho de 1975, na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás. Recebe a Autorização de Funcionamento - AF., emitida pelo INCRA-DF. em 01 de setembro do mesmo ano. Em 01 de dezembro de 1975 é registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, sob o nº 28.707/75 e, três dias após, 04 de dezembro, é registrada no Cartório do 6º Ofício de Goiânia. A Cooperativa, portanto, encontrava-se apta a funcionar e, isto somente acontece em janeiro de 1976.

Nascida em Rio Verde, por iniciativa dos agropecuaristas locais, a COMIGO registra em seus estatutos sociais uma área de ação compreendendo os seguintes municípios: Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Caçú, Quirinópolis, Jataí, Paraúna, Caiapônia, Cachoeira Alta, Bom Jesus de Goiás, Maurilândia e Edéia, considerados economicamente como convergentes para Rio Verde.

O objetivo principal da entidade, assinalado em seu Estatuto, é a defesa econômica dos associados por meio da ajuda mútua. Para a consecução desse objetivo a cooperativa se propunha a:[12]

a - receber, classificar e armazenar a produção;

b - realizar o transporte dos associados até a cooperativa

c - beneficiar e industrializar a produção primária;

d - comercializar a produção dos associados a nível local, nacional e internacional;

e - comprar e fornecer gêneros de primeira necessidade aos cooperados;

f - comprar e fornecer aos cooperados utensílios, máquinas e equipamentos, fertilizantes e inseticidas;

g - realizar adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados ou que estejam em fase de produção.

O documento base da COMIGO[13] deixa bem claro que para se associar a ela era preciso ser agropecuarista, em terra própria ou de terceiros, dentro da área de ação estabelecida pelo Estatuto. Acrescente-se a isso a subscrição e integralização de 75 (setenta e cinco) quotas-partes de capital social, o valor unitário de Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), o equivalente a Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

A COMIGO é registrada com uma lista nominativa contendo 67 associados, mas destes somente 32 são considerados sócios-fundadores por terem se comprometido a integralizarem o capital social de uma só vez.

---

[12] Estatuto Social da COMIGO, Art. 2°.
[13] Refiro-me ao Estatuto Social da COMIGO

3.3 - Os Princípios da Acumulação na Cooperativa

A acumulação de capital se dá em uma determinada atividade econômica quando o excedente é convertido em novo capital. Por conseguinte, a função desse novo capital será a de ampliar a capacidade de produzir. Logo, existindo o círculo, este propiciará ao dono do capital reinvestir cada vez mais no processo produtivo, sempre que houver novos capitais provenientes dos excedentes. Para ampliar a potência produtiva o capitalista necessariamente amplia as relações do seu empreendimento dentro de um determinado mercado. Neste, uma parte do produto social toma a forma física de meios de vida de mais trabalhadores e outra, de máquina, de matérias-primas, instalações, prédios que vão se somar ao equipamento produtivo já existente. Na seqüência lógica desse processo de acumulação a cada período, compreendido de um exercício social a outro, haverá um aumento do nível de produção.

Na história da COMIGO, no curto período compreendido entre a fundação em 1975 e o fechamento do ano social 89/90, podemos perceber como esse empreendimento econômico cresce e se expande a um ritmo não muito comum em nossa sociedade.

Com suas atividades iniciadas em janeiro de 1976, a COMIGO não tinha sede própria. Alugava um pequeno espaço físico no centro de Rio Verde onde abrigava um pequeno escritório para receber os associados. Contava para isso com apenas um funcionário que se encarregava de todos os afazeres do escritório que envolvia as atividades de gerência, contabilidade e serviços de limpeza.

No final do exercício de 1976, o primeiro ano de atividades efetivas da cooperativa, esta já está instalada em dependências mais amplas que abrigam um significativo armazém de consumo de produtos agropecuários. Podemos encontrar no Balanço Contábil de 76 os resultados econômico-financeiros provenientes tão somente do setor de consumo. As transações de compra e venda

de adubos e sacarias representam os negócios mais importantes da entidade. De um total de Cr$ 11.184.489,00 (onze milhões cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros) faturados, o volume atribuído aos negócios com adubos perfazem Cr$ 6.783.003,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e três mil e três cruzeiros) o equivalente a 60,7% do faturamento. Essa importância eqüivale a 2500 toneladas de adubos químicos adquiridos pela COMIGO para atender uma demanda crescente de produtores que passavam a usar a agricultura mecanizada.

A Cooperativa começa a se integrar no processo produtivo regional e nas exigências econômicas para uma agricultura produtiva visando o comércio.

A Cooperativa neste mesmo ano fornece também a seus associados e a terceiros um montante de 350 mil sacas de juta para arroz e 230 mil sacas para milho o que representou uma receita de Cr$ 3.049.000,00 (três milhões e quarenta e nove mil cruzeiros) ou 27,7% do total arrecadado.

Esses dois produtos, sacaria e adubo, representaram juntos 87,9% da receita da Cooperativa. Nesse primeiro ano de atividades a entidade já se insere no contexto regional das grandes empresas agropecuárias. Como forma de assegurar uma boa produção, a COMIGO entrega aos associados 2700 sacos de sementes selecionadas de milho e 150 sacos de sementes de sorgo.

Dentro ainda dessa atuação comercial a Cooperativa trabalha também na área veterinária com sal, rações e com óleos lubrificantes e outros produtos necessários à fazenda do associado.

A Assembléia Geral Ordinária que aprovou o balanço referente ao exercício de 1976, autorizou a incorporação à conta capital-social, as sobras líquidas do exercício anterior no valor de Cr$ 175.498,27 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito cruzeiros e vinte e sete centavos). Essa prática

de incorporar as "sobras" ao capital-social passou a ser comum nas cooperativas brasileiras como um meio de capitalizarem-se com recursos próprios. Há, dessa forma, um reinvestimento de capital que permanecerá na entidade.

Ao final do primeiro ano de trabalho a Cooperativa já pode demonstrar aos associados que a organização econômica proposta já manifestava os primeiros resultados positivos. Os fundadores da COMIGO preocuparam-se fundamentalmente em associar o capital com a prestação de serviços aos associados. Esses serviços iniciavam-se com o comércio, e é a partir deste que a Cooperativa acumulará recursos suficientes para ampliar suas atividades.

Começava assim, a COMIGO, mostrar suas vantagens em relação às outras cooperativas que anteriormente fracassaram. Na maioria das vezes aquelas cooperativas sequer tinham o capital-social integralizado dos seus associados. Em entrevista, por nós realizada, um dos fundadores da COMIGO observa que "*... as experiências fracassadas de cooperativismo na região, desenvolvidas anteriormente, deveram-se ao fato de que além do parco conhecimento sobre o assunto, houve pouco investimento de capital, não se conduzia o empreendimento com características empresariais e faltava apoio do Estado, faltava estrutura para a produção, ...*"[14]

Nas entrevistas com cooperados fundadores todos são unânimes em afirmarem o caráter empresarial da Cooperativa para buscar aquilo que faltava a cada proprietário rural que dela fazia parte. Isto é, a Cooperativa se constitui no instrumento que viabiliza a realização do lucro para a sua mercadoria. Muito embora a proposta do Cooperativismo se confunda com uma organização

[14] Conf. E-3 Presidente da COMIGO à época da pesquisa, 1991.

social[15], a sobrevivência da entidade vai acontecer no estágio da competição empresarial.[16]

O fator importante a analisar também, para que entendamos o processo de acumulação da COMIGO, refere-se à articulação da entidade com o capital financeiro. Neste primeiro ano de funcionamento a Cooperativa já havia contraído empréstimos junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC e Banco do Estado de Goiás S/A, no valor total de Cr$ 5.025.838,00 (cinco milhões, vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros). A associação capital financeiro-comércio viabiliza inicialmente a vida da cooperativa que perante seus associados consegue mostrar serviço, atendendo-os através do comércio.

Na mensagem ao quadro social inserida no relatório de 1976, fica bem clara a posição da diretoria sobre os objetivos perseguidos pela cooperativa que, no primeiro momento, parecia ser o setor de consumo, porém, a grande meta era construir unidades armazenadoras, secadores e máquina de beneficiamento de arroz. A cooperativa realizou no ano de 1976 um investimento em imóvel no valor de Cr$ 1.150.000,00 (hum milhão, cento e cinqüenta mil cruzeiros), soma esta paga por uma área de 23 alqueires nas proximidades de Rio Verde. A Assembléia Geral Extraordinária dos associados de 31 de maio de 1976, autorizou a compra do terreno e a Assembléia de 4 de outubro do mesmo ano autorizou a construção dos armazéns.

A compra do terreno para construção dos armazéns se deu com o aval pessoal dos diretores da cooperativa e serviria, logo em seguida, como garantia

---

[15] O artigo 4° da Lei 5764/71, define a cooperativa como "sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falências, constituída para prestar serviços aos associados..."

[16] "... no afã de sobreviver à competição que lhe foi sendo oferecida pela empresa capitalista privada, o Cooperativismo passou a lançar mão dos mesmos métodos organizacionais e operacionais que se valiam as demais empresas, com o fim de atingir graus de eficiência econômica compatíveis com a situação de mercado com que se defrontam". SCHNEIDER, José Odelso; op. cit. p. 36.

real aos empréstimos conseguidos junto aos Bancos. A hipoteca desse terreno é utilizada várias vezes como forma de sustentar os empréstimos da Cooperativa.

Dentro do que se pode entender como resultado econômico, o Balanço contábil da COMIGO, em 1976 apresentou o seguinte resultado, conforme Quadro XXIX, a seguir.

Ao analisarmos o resultado econômico já podemos ver que ele é positivo e, no Balanço Contábil podemos encontrar no item referente a "rentabilidade", um índice de 21,8% de rentabilidade operacional. Durante o ano de 1976 os documentos nos mostram que apenas Cr$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil cruzeiros) constituem-se em capital próprio, integralizado pelo associado. Isso equivale dizer que a Cooperativa trabalhou durante todo o ano de 76 com capital de terceiros, o que possibilitou adquirir mercadorias e revendê-las aos associados e parte delas a não associados.

QUADRO XXIX - Resultado Econômico da COMIGO - 1976

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CR$ 1,00
a - Vendas de mercadorias	11.184.488,95
b - Custo das mercadorias vendidas	10.148.406,55
c - Lucro operacional bruto (a - b)	1.036.082,40
d - Custos complementares	
Custeio Seção de Consumo	407.449,41
Custeio Administrativo	515.224,03
e - Lucro Operacional Líquido (c - d)	113.408,96
f - Receita Extra-Operacional	90.658,79
g - Resultado do Exercício (e + f)	204.067,75

Fonte: Balanço 1976 - COMIGO

No final do segundo ano de atividades, 1977, a cooperativa conta com um quadro social composto por 268 cooperados. Para melhor atendê-los a entidade aprimora a prestação de serviços dentro das características administrativas de uma empresa "moderna". O setor de consumo é melhor estruturado e é realizado, através do CEAG-GO - Centro de Apoio à Pequena Empresa - um diagnóstico que apresenta as falhas da entidade, com vistas a um melhor procedimento perante os cooperados e o mercado. Após o diagnóstico, estabelece-se um novo organograma administrativo quando são projetados departamentos para cada setor da cooperativa. Passa a existir na entidade normas e regulamentos sobre o comportamento dos seus empregados e se cria também um manual de finanças contábil.

O que podemos analisar em relação a esse procedimento de expansão é a necessidade que um determinado empreendimento capitalista tem de ampliar suas atividades com vistas a uma expectativa de rendimento. Esse tipo de procedimento significa investir para ter um retorno mais à frente. "*O que interessa para explicar a acumulação não é o rendimento do investimento passado, mas rendimento provável ao acréscimo a este investimento*"[17]. Ao buscar as formas modernas[18] de administração, a Cooperativa atua como uma empresa que utiliza com eficiência as formas de capital de que dispõe, para reproduzi-los de maneira ampliada. Quando falamos em formas de capital nos referimos aos investimentos, capital comercial, dinheiro tomado emprestado dos agentes financeiros e a utilização do capital social.

O projeto maior da Cooperativa até então era conseguir recursos para montar um complexo armazenador. O processo de crescimento econômico da Cooperativa responde às necessidades do avanço da agricultura capitalista.

---

[17] SINGER, Paul; Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1974, 5º. edição, p. 58.

[18] Entenda-se moderna, neste caso, um conjunto de procedimentos técnico administrativos que buscam uma maior eficiência empresarial para o processo de crescimento econômico.

Portanto, era necessário para manter-se em nível de competição com as empresas não cooperativas do setor, investir na administração empresarial e ampliar suas atividades junto ao mercado. Como não havia dinheiro em caixa, a Cooperativa continua recorrendo aos bancos para conseguir capital para os armazéns. Esse dinheiro é conseguido junto aos agentes financeiros, na seguinte ordem:[19]

1- Financiamento a curto prazo, junto ao BNCC no valor de Cr$ 1.230.320,80 (um milhão, duzentos e trinta mil, trezentos e vinte cruzeiros e oitenta centavos) destinados à aquisição de adubos com juros de "zero" por cento, a serem pagos na safra seguinte, isto é, em 31 de julho de 1978.

2- Empréstimo, a Longo Prazo, junto ao BNCC no valor de Cr$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros), a título de repasse aos associados (que seria utilizado para a construção dos primeiros armazéns), com vencimentos a partir de 21 de junho de 1978 e juros de 15% ao ano. Esse empréstimo deveria ser quitado em 4 anos.

3- Empréstimo, a Longo Prazo, junto ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Goiás, no valor de 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) com juros de 25% ao ano. A primeira parcela deveria começar a ser paga em 20 de março de 1978 e o prazo final era de 3 anos.

Outras discussões sobre a utilização de recursos financeiros foram realizadas nas seguintes Assembléias Gerais Extraordinárias - AGE:

a - Na AGE de 08/06/77, foi solicitada autorização da Assembléia para financiar quotas-partes de capital com a finalidade de conseguir recursos para a Construção de Armazéns Gerais. Esses recursos seriam no valor de 15 milhões de cruzeiros, com juros de 15% a.a., com 1 ano de carência e 8 anos para pagamento, dividido em 28

[19] As fontes utilizadas para todas as informações de caráter financeiro relativas à COMIGO são da própria Cooperativa e estão inseridas nos Relatórios do Conselho de Administração e demonstrações contábeis.

parcelas trimestrais e sucessivas. A entidade financeira que oferecia esse recurso era o BNCC.

b - Ainda na AGE de 08/06/77, a diretoria da Cooperativa solicita à Assembléia dos Associados autorização para contrair financiamento junto ao BNCC S/A, para aquisição de máquinas, equipamentos e casa de máquinas para os armazéns gerais, dando como hipoteca os bens imóveis da cooperativa. Esses recursos adviriam de um programa especial intitulado PESAC - Planos Estaduais de Aplicação do Crédito Rural. O montante solicitado e aprovado pela Assembléia dos Associados da COMIGO era de Cr$ 3.861.735,00 (três milhões oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros) com juros de 18% ao ano, quatro anos de carência e oito anos para pagar.

c - Na Assembléia Extraordinária do dia 30 de agosto de 1977, os cooperados aprovam a celebração de convênio entre a cooperativa e os bancos, bem como a cobrança dos serviços prestados ao quadro social no valor de 1% sobre o valor do projeto como taxa de assistência técnica. Os Bancos conveniados foram os seguintes: Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A - BNCC; Banco do Brasil S/A: Bamerindus S/A; Bradesco S/A; Banco do Estado de Goiás S/A; Banco Nacional S/A e Banco Real S/A.

d - A Assembléia Extraordinária de 12/09/77 autoriza a realização de empréstimos junto ao BNCC para aquisição de fertilizantes. O valor desse empréstimo seria de CR$ 8.132.640,00 (oito milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e quarenta cruzeiros) e novamente a cooperativa coloca os bens imóveis como hipoteca, agora em 2° grau, já que os mesmos bens já estavam hipotecados no próprio BNCC por

empréstimo anterior. O empréstimo solicitado para aquisição de adubos não pagava juros e seu prazo de vencimento era de um ano.

e - Na Assembléia Extraordinária de 27/09/77 a Cooperativa era autorizada a assinar Termo de Ajuste com o INCRA com a finalidade de se utilizar do PLANATE - Plano de Assistência Técnica. Consistia este Plano em remunerar os serviços de um técnico para prestar serviços na Cooperativa.

f - Na Assembléia de 06/10/77 novamente o assunto é financeiro pois a presidência da Cooperativa anuncia haver conseguido os recursos necessários, junto ao BNCC, para a construção dos armazéns para grãos. Contudo, ressaltava a necessidade da adesão de novos associados no sentido de ter o capital integralizado de novos associados para cobrir o financiamento. Os associados existentes que já haviam integralizado os Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) deveriam completar sua quota-parte para os Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros)

g) Na Assembléia Extraordinária de 19.11.77, a pauta indicava o seguinte: Autorizar a contratação de quotas-partes e PESAC junto ao BNCC. O financiamento para os armazéns seria no valor de Cr$ 17.045.288,00 (dezessete milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros) com 1 ano de carência e 8 anos para pagar. Para máquinas e equipamentos o recurso do PESAC seria no valor de Cr$ 3.945.809,00 (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e nove cruzeiros), com 4 anos de carência e 8 anos para pagar.

h) Na Assembléia Extraordinária de 12.12.77 a diretoria da COMIGO solicita autorização para contrair empréstimos junto ao BNCC, para

aquisição de arame e óleo lubrificante. O título do empréstimo seria para capital de giro. Embora não consta o valor do financiamento na Ata, alguns cooperados consideraram ser alto o valor do empréstimo, pois destinava-se ao pagamento de 37000 baldes de óleo lubrificantes, 2000 rolos de arame liso galvanizado e 1100 rolos de arame farpado. O valor desse financiamento aparecerá no Balanço Contábil de 1978.

O que podemos constatar é que mesmo com a autorização da Assembléia para contrair os empréstimos, nem todos foram realizados imediatamente. No ano de 1977 os empréstimos conseguidos a curto e a longo prazos são aqueles citados anteriormente nos itens 1, 2 e 3 (Cr$ 1.230.320,00; Cr$ 1.200.000,00 e Cr$ 500.000,00)

No ano de 1978 podemos constatar uma grande soma de recursos financeiros provenientes do BNCC, Banco do Brasil e BD na seguinte ordem:

Financiamento a Curto Prazo

a) BNCC S/A - Cr$ 1.235.242,11 - vencimento para 12.01.79 finalidade: Aquisição de óleo lubrificante e arame. Juros de 15% ao ano.

b) Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás S/A - Cr$ 337.500,00 - destinados a capital de giro para serem pagos em três parcelas a começar em 20.03.79, os juros são de 25% ao ano.

c) BNCC S/A - Cr$ 303.800,00 - vencimento em 04.07.79 destinado a aquisição de sacarias com juros de 15% ao ano.

d) BNCC S/A - Cr$ 14.383.636,42 - vencimento em 15.12.79, destinado a compra de adubos e sem incidência de juros.

e) Banco do Brasil S/A - Cr$ 260.666,79 - vencimento em 20.02.79, destinados a aquisição de insumos com juros de 15% ao ano.

Financiamento a Longo Prazo

a) Banco do Brasil S/A - Cr$ 22.474.960,80 - vencimento em 05.10.80, destinado à compra de fertilizantes e sem incidência de juros.

b) Banco do Brasil S/A - Cr$ 22.960,20 - vencimento em 20.02.80, destinado à aquisição de insumos com juros de 15% ao ano.

c) BNCC S/A - Cr$ 16.140.000,00 - vencimento em 31.12.85, destinados a quotas-partes do capital social e utilizado para construção dos armazéns gerais da cooperativa. Os juros são de 15% ao ano. Esse empréstimo começou a ser pago em 31.03.79 e teve 28 parcelas iguais de Cr$ 608.760,00.

d) BNCC S/A - Cr$ 3.945.809,00 - vencimento em 22.05.86, destinado a aquisição de máquinas e equipamentos para os armazéns. Os juros são de 18% ao ano.

e) BNCC S/A - Cr$ 800.000,00 - vencimento em 21.12.80 destinados à repasse aos associados com juros de 15% ao ano.

f) BNCC S/A - Cr$ 5.000.000,00 - vencimento em 13.12.86, não se coloca a finalidade desse capital, o juro é de 15% ao ano.

Para um melhor entendimento a respeito da utilização do capital financeiro, somente no ano de 1978, expressaremos com maior clareza com a utilização do quadro XXX - que nos remete à seguinte análise:

1° - é notória a participação estatal em todos os financiamentos da Cooperativa. Esses bancos dispuseram de crédito a juros negativos, o que viabiliza qualquer empreendimento empresarial organizado e bem administrado;

2° - o BNCC é o Banco que mais dinheiro emprestou à COMIGO no ano de 1978 pois, dos Cr$ 64.908.573,00 de empréstimos tomados pela Cooperativa, esse órgão financeiro foi o responsável por Cr$ 41.808.487,00 isto é, 64,4%;

3° - A Cooperativa obteve, para aquisição de fertilizantes a soma de Cr$ 36.858.596,00 sem qualquer tipo de juros. Isto representou 56,7% do total financiado. Representa também um grande incentivo à acumulação da Cooperativa e seus associados bem como ao desenvolvimento da agricultura capitalista que se compromete cada vez mais com a mecanização, correção do solo, controle de pragas e ervas daninhas. A utilização de recursos financeiros, sem nenhum tipo de juros, para aquisição de fertilizantes é o marco também da aproximação e dependência do setor agrícola em relação ao complexo agro-industrial fornecedor de insumos, máquinas e implementos agrícolas;

4° - outro fator importante também a ser observado é que a quantidade de dinheiro tomado emprestado é muito maior que o total de imobilizações da cooperativa. O imobilizado da COMIGO em 1978 eqüivalia a Cr$ 47.352.261,20 ou 73% apenas dos recursos financiados. Isso significa também que, além da hipoteca dos bens da Cooperativa, foi necessário que os membros da diretoria e o corpo social assumissem a responsabilidade perante os bancos com seus patrimônios individuais.

De certa forma o que podemos compreender no que concerne ao ano de 1978 é que a Cooperativa conseguiu realizar grande parte dos seus projetos utilizando o dinheiro emprestado. Sobre os armazéns para grãos, citado no relatório de atividades da diretoria, apresentado por ocasião da Assembléia Geral

Ordinária, é anunciada a conclusão da unidade armazenadora de Rio Verde com capacidade para 987.000 sacas de 60 kg. Esse investimento, assim como a aquisição de todos os equipamentos necessários aos armazéns, aquisição de uma área de 47.972m^2 em Santa Helena e outros, são conseguidos com a interação entre o capital financeiro e o comercial, bem trabalhado pela administração da Cooperativa.

QUADRO XXX: Empréstimos tomados pela COMIGO, finalidade, Valor, Taxa de Juros, Forma de Pagamento e Vencimento - Ano 1978.

ORD	BANCO	FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	VALOR CR$	TX. JUROS a.a.	FORMA DE PAGAMENTO	VENCI-MENTO
01	BNCC	Aquisição/lubrificante e arame	1.235.242,11	15%	Curto prazo	12.01.78
02	BD/GO.	Capital de giro	337.500,00	25	Curto prazo	20.03.78
03	BNCC	Aquisição de sacarias	303.800,00	15	Curto prazo	04.07.78
04	BNCC	Compra de fertilizantes	14.383.636,42	00	Curto prazo	15.04.78
05	B. Brasil	Aquisição de insumos	260.666,79	15%	Curto prazo	20.02.78
06	B. Brasil	Aquisição de fertilizantes	22.474.960,80	00	Curto prazo	05.10.
07	B. Brasil	Aquisição de insumos	22.960,20	15%	Longo prazo	20.02
08	BNCC	Quotas-partes-armazéns e equipamentos	16.140.000,00	15%	Longo prazo	31.12
09	BNCC	Compra de máquinas e equipamentos	3.945.809,00	18%	Longo prazo	22.05
10	BNCC	Repasse aos associados	800.000,00	15%	Longo prazo	21.12
11	BNCC	Quotas-partes de capital	5.000.000,00	15%	Longo prazo	13.12
	TOTAL		**64.908.573,00**			

Fonte: COMIGO. Balanço Contábil. 1978.

O ano de 1978 também pode ser considerado como o reinício das atividades expansionistas da política oficial de financiamento rural. Essa política de concessão de crédito a taxas reais negativas com condições favoráveis de financiamento, elasticidade nos prazos de pagamento e carências generosas é de fato a articulação do Estado para atender os interesses agro-industriais e dura até o ano de 1979. Nesses dois anos há um crescimento muito rápido na demanda por insumos modernos, não só nesta região mas em todo o Brasil, o que fortalece a ocupação espacial do complexo Agro-Industrial.

O quadro XXXI, nos mostra a evolução do crédito rural de 1969 a 1982 para uma melhor análise.

Esse quadro nos possibilita a interpretação sobre o papel do Estado na concessão de crédito, sempre com taxas nominais de juros abaixo das taxas de inflação do período. Outro fato também que podemos entender é que nos 10 anos compreendidos entre 1969 e 1979, com uma retração em 1977, houve uma vultosa soma de créditos subsidiados, o que pode ser compreendido como a busca da solidificação da aliança urbano-rural e a transformação na base técnica da produção rural.

A Cooperativa em Rio Verde soube se utilizar bem desses incentivos e através deles vai realizar um processo intensivo de acumulação, o que podemos verificar nos relatórios e Balanços Contábeis apresentados pela direção da entidade.

QUADRO XXXI - Evolução do Crédito Rural concedido e outros indicadores da política de crédito entre 1969 e 1982 (e

milhões em cruzeiros)

ANOS	CRÉDITO CUSTEIO MILHÕES CRS DE 1977	CRÉDITO INVEST. MILHÕES DE CRS DE 1977	CRÉDITO COMERCIAL MILHÕES CR$ 1977	CRÉD. RURAL TOTAL ÍNDICE DE VALOR REAL. BASE - 1969	CRED. RURAL TOTAL MILHÕES CRS CORRENTES	TX NOMINAL DE JUROS (TX MÍNIMA COBRADA)	TX. INFLAÇÃO AO ANO
1969	25.873,8	15.649,8	14.176,8	100	6.489,0	18,0	20,8
1970	29.543,7	17.982,1	18.719,9	118,97	9.428,0	17,0	19,8
1971	24.957,7	16.918,4	15.475,5	137,47	12.870,0	7,0	20,2
1972	29.610,7	23.522,7	17.985,9	170,49	18.669,0	15,0	17,0
1973	42.949,3	33.278,8	24.384,5	240,62	30.334,0	15,0	15,1
1974	56.003,0	37.652,7	30.726,0	297,56	48.273,0	15,0	28,7
1975	79.480,0	56.683,5	45.172,5	433,76	89.997,0	15,0	27,7
1976	78.399,1	60.233,2	47.149,5	444,93	130.226,0	15,0	41,3
1977	78.428,4	40.236,0	47.193,9	396,75	165.858,0	15,0	42,7
1978	80.437,0	42.122,4	46.108,5	403,45	233.942,0	15,0	38,7
1979	104.730,3	52.020,8	51.476,8	503,13	448.731,0	38,0	53,9
1980	113.720,9	37.700,9	49.558,9	481,11	825.397,8	45,0	100,2
1981	102.227,8	26.942,7	45.129,2	417,27	1.563.090,2	45,0	109,9
1982	108.582,8	22.138,9	38.080,4	404,10	2.960.272,9	60 a 80% da variação ORTN	95,4

Fonte: Banco Central do Brasil - GERUR - APUD. DELGADO. Guilherme: Capital Financeiro e agricultura no Brasil, pag. 81.
Crédito Rural - dados estatísticos - 1982, corrigidos para 1972 por índice 2 da Conjuntura Econômica.

Interrelacionando capital financeiro e capital comercial, a COMIGO irá aprimorar sua eficiência perante o quadro social, criando um departamento de Assistência Técnica, com médico-veterinário e Engenheiro Agrônomo para exercer o papel de difusor das modernas técnicas agropecuárias. O Departamento Técnico da Cooperativa é criado em 1977 e conta com a ajuda do INCRA, que através do PLANATE[20] remunera o veterinário e da EMATER que cede um agrônomo. O trabalho desses técnicos é mostrado em 1978 com atividades expressivas na orientação à diretoria para aquisição de fertilizantes para a safra 78/79 e ainda na:

1 - elaboração de projetos técnicos no valor de Cr$ 31.678.840,00 para aquisição de fertilizantes e Cr$ 5.000.000,00 para quotas-partes de capital social, o que proporcionou um ganho de Cr$ 366.778,40 (1%) para a entidade;

2 - elaboração de 20 projetos de custeio agrícola e pecuário para os cooperados no valor de Cr$ 13.862.866,00 (1% para a cooperativa);

3 - implantação do campo de sementes para os cooperados em uma área de 65 ha;

4 - emissão de 35 laudos de adubação à cooperados com a finalidade de apresentar ao Banco do Brasil para financiamento de lavoura;

5 - coleta de amostra do solo para análise química;

6 - orientação veterinária e incentivo ao pecuarista para vacinação do rebanho;

7 - atividade de "conscientização cooperativista" junto aos produtores associados e não associados.

---

[20] PLANATE, Plano Nacional de Assistência Técnica, criado junto ao INCRA em 1976, com o objetivo de remunerar o corpo técnico da Cooperativa a título de ajuda.

Como se pode notar, o Departamento Técnico da Cooperativa exercerá uma função importante para a difusão de tecnologia para o processo produtivo, com vistas a colocar o produtor rural no processo capitalista de produção. Sua atuação prioritária se dará junto ao quadro social da COMIGO que era composto de médio e grandes produtores até 1979. O tipo mais relevante de trabalho exercido pelo Departamento Técnico em 1979 se realizava na elaboração de projetos para financiamento de capital junto aos Bancos. Além da Cooperativa e da EMATER, após o lançamento do POLOCENTRO, em 1975, existiam em 1979 quatro escritórios particulares em Rio Verde de elaboração de projetos de investimentos e custeio no setor agropecuário, credenciados junto às entidades financeiras. Somente no ano de 1979 o Departamento Técnico da Cooperativa elaborou uma série de projetos no valor total de Cr$ 257.530.605,00 o que propiciou à entidade um ganho de Cr$ 5.150.612,10.

Dessa forma, o crescimento da cooperativa é proporcional ao da sua dependência em relação ao Estado, ao capital financeiro e à Indústria. Graças a essa política de entrelaçamento com o Estado e à dinâmica propiciada pela atividade eminentemente empresarial a cooperativa conseguirá multiplicar seu capital social em 3750%, em apenas quatro anos de atividades. Em 1979, 100% do capital social já estava integralizado. A cooperativa se utilizou nestes quatro anos, e continuará a fazê-lo nos anos subseqüentes, do mecanismo de captação de recursos do próprio quadro social. Isto é, em todas as Assembléias Gerais Ordinárias, quando da prestação de contas, houve sobras positivas que foram incorporadas ao capital. O quadro XXXII, a seguir, nos mostra o montante.

QUADRO XXXII: Sobras líquidas à disposição da A.G.O. - 1976 a 1980 e incorporadas à conta capital social, proporcional a cada associado.

ANO	VALOR DAS SOBRAS CR$
1976	175.498,27
1977	36.418,56
1978	458.918,37
1979	3.223.799,39
1980	10.479.005,37

Fonte: COMIGO: Balanço Contábil, 1976, 1977, 1978, 1979 e 1980.

O fato importante a ressaltar em relação às sobras líquidas é que:

1 - elas são distribuídas ao quadro social em forma de "retorno proporcional" às operações que o cooperado, individualmente, realizou com a cooperativa. O cooperado poderá ter sua quota-parte integralizada mas, se não realizar nenhum movimento econômico com a cooperativa, ele não terá direito à participação nas sobras, que é o resultado líquido das operações que a empresa-cooperativa realizou durante um exercício;

2 - a dependência financeira a que a cooperativa se submete não lhe propicia condições de dispensar as sobras líquidas. Isto é, a captação de recursos no quadro social constitui-se em mais uma forma de acumular capital a partir do próprio cooperado e;

3 - o retorno proporcional é o espelho do processo social de produção onde a produção agrícola está estreitamente ligada às condições em que ela ocorre. Quem efetivamente tem a produção para cooperativa, ou participa da aquisição de insumos ou bens de consumo junto à entidade, terá direito às sobras

positivas. Quanto às perdas (resultado negativo) elas também poderão ser rateadas entre o quadro social, no limite do seu capital.

No exercício de 1980 a diretoria informa que teve um aumento do quadro social na ordem de 120%. Outros setores também se desenvolveram a pleno vapor, como a comercialização agrícola que cresceu 47,3%, e o fornecimento de insumos modernos à agricultura em que aconteceu um crescimento de 212% em relação ao ano anterior. Com referência ainda ao último exercício, a Cooperativa realizou projetos de custeio agrícola com um crescimento de 89%, além de ter dado início ao financiamento de lavouras através do sistema de repasse, em convênio com o Banco do Brasil.[21]

Começam, no exercício de 80, os estudos para viabilidade econômica da implantação de uma agroindústria para esmagamento de soja na Cooperativa. A Assembléia Extraordinária de 20 de novembro de 1980, aprova o projeto econômico da agroindústria que é enviado ao BNCC para a aprovação.

A Cooperativa consegue nesse ano de 80 realizar a exportação de 7500 toneladas de grãos para a Suíça. Torna-se a pioneira do gênero no Estado de Goiás o que lhe rendeu US$ 2.118.600,00 (dois milhões, cento e dezoito mil e seiscentos dólares). A essa altura o capital social da Cooperativa já está totalmente integralizado e teve um crescimento também na ordem de 120%, passando de Cr$ 34.874.493,00 para Cr$ 76.890.229,00. O quadro, a seguir, nos mostra com mais clareza a evolução desse capital no período de 1976 - 1980.

[21]. Dados extraídos do Relatório do Conselho de Administração apresentado na Assembléia Geral Ordinária da COMIGO em março de 1981.

QUADRO XXXIII: Evolução do Capital-social subscrito e integralizado na COMIGO 1976 - 1980

ANO	CAPITAL-SOCIAL		
	SUBSCRITO	INTEGRALIZADO	A INTEGRALIZAR
1976	2.610.000	930.000	1.680.000
1977	11.958.416	2.268.416	9.960.000
1978	24.771.930	23.071.930	1.700.000
1979	34.874.493	34.874.493	-
1980	76.890.229	76.890.229	-

Fonte: COMIGO - Relatório do Conselho da Administração.

A evolução crescente do capital-social e a conseqüente integralização total é fruto da dinâmica que o capital encontra na cooperativa, entidade administrada para dar retorno positivo ao seu quadro social, bem como para viabilizar o processo de expansão da agricultura capitalista na região. Quando a cooperativa passa a realizar os financiamentos para o repasse aos associados, em 1980, fica evidente o quadro estratificado de captação de crédito. Por outro lado também podemos entender o papel dos Programas especiais utilizados pela COMIGO. Os quadros a seguir nos dão uma dimensão da utilização dos recursos financeiros através dos bancos oficiais e Programas especiais.

QUADRO XXXIV: Financiamento de repasse concedidos aos associados da COMIGO em 1980, por produto.

PRODUTO	QUANT. DE SÓCIOS	VALOR REPASSADO	%
ARROZ	21	12.105.108,00	44,4%
MILHO	21	11.775.885,00	43,2%
SOJA	02	2.226.738,00	8,2%
ALGODÃO	01	1.173.348,00	4,2%
TOTAL	45	**27.281.079,00**	**100,00%**

Fonte: COMIGO: Balanço Contábil - 1980

Alguns fatores do quadro nos remetem a seguinte análise: primeiro: ainda podemos ver a predominância da captação de crédito para os produtos até então tradicionais da agricultura local. Arroz e milho juntos ficam com 87,6% dos recursos repassados para a produção agrícola; em segundo lugar podemos ver que apenas 45 associados usufruem desse financiamento quando a Cooperativa contava com 721 componentes no quadro de cooperados.

O Balanço da Cooperativa, do exercício de 1980, nos mostra ainda que na conta "Devedores por financiamento" os cooperados construíram um débito de Cr$ 141.639.893,14 referentes aos repasses realizados pela Cooperativa. A referida conta de repasse pode ser demonstrada da seguinte forma:

Cooperados conta repasse - Capital Social	Cr$	63.779.885,33
Cooperados conta repasse - Polocentro	Cr$	41.350.033,87
Cooperados conta repasse - Procal	Cr$	11.541.390,63
Cooperados conta repasse - Custeio Agrícola	Cr$	24.968.583,31
	Cr$	191.639.893,14

Dessa forma podemos ver que a entidade utiliza recursos dos Programas especiais como POLOCENTRO e Procal para capitalização do quadro social, investimento e custeio da agricultura mecanizada. A cooperativa, direta e indiretamente, se capitaliza com esses créditos para o cooperado, pois o capital para quotas-partes não é repassado ao associado e fica na entidade.

No final do 6° ano de funcionamento, assim como no exercício anterior a Diretoria da Cooperativa, ao prestar contas aos associados, tece uma leve crítica à política agrícola do governo. Contudo observa que: "apesar das dificuldades porque passa o nosso país, entre elas a inflação, a limitação de recursos para serem aplicados na agropecuária, o aumento acelerado dos combustíveis líquidos, aumento da taxa de juros e insumos modernos, ainda assim podemos dizer que nossa cooperativa continua crescendo em ritmo acelerado..."[22] De fato a COMIGO cresce aceleradamente investindo em novos entrepostos no setor de consumo, armazéns e no setor agro-industrial.

Em 29.12.81 a direção da Cooperativa assina contrato de financiamento para a Agroindústria junto ao BNCC no valor de Cr$ 401.462.00,00. Esses recursos eram destinados à aquisição dos equipamentos industriais necessários à implantação da fábrica de óleos vegetais e farelos. Essa indústria será a pioneira do gênero em Goiás e propiciará um incremento à produção agrícola regional e às fontes de recursos ao processo de acumulação da Cooperativa.

A Cooperativa continua investindo no quadro social e em suas formas modernas de produzir. Esse quadro social é aos poucos preparado pelo setor técnico da COMIGO para assumir o desenvolvimento da produção de soja, que requer utilização de máquinas e implementos agrícolas mais sofisticados, assim como adubos químicos, herbicidas etc. O quadro social também é fonte de recursos próprios para a Cooperativa que, através dos fundos obrigatórios pela lei

[22] Relatório do Conselho de Administração da COMIGO, Exercício de 1981.

5764/71[23] e dos fundos próprios para capital de giro e de desenvolvimento, capta grandes somas de capitais, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO XXXV: Demonstrativo das Sobras da COMIGO - 1976 - 1981, e seu destino.

ANO	SOBRAS LÍQ. À DISP. AGO	FUNDO DE RESERVA 10%	FATES 5%	FUN. DE CAP. 50%	FUNDO DE DE SENVOLVI MENTO
1976	175.498	17.550	46.119	-	-
1977	36.418	22.102	17.757	-	-
1978	458.918	95.743	189.342	-	-
1979	3.223.799	1.740.450	2.833.342	8.059.498	1.611.900
1980	10.479.005	5.239.502	8.307.672	26.197.513	5.239.502
1981	45.491.262	22.745.631	11.372.815	113.728.155	22.745.631

Fonte: Balanço Contábil - COMIGO - 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981.

Esse exercício social marca o segundo grande negócio em que a Cooperativa realiza uma venda da soja para o mercado comum europeu, com uma quantidade de 2540 toneladas que representou uma receita de US$ 468.643,00. A soja configura-se como produto agrícola mais importante da Cooperativa como bem demonstra o quadro a seguir.

[23] A Lei 5764/71, estabelece em seu artigo 28 a obrigação das cooperativas constituírem o Fundo de reserva, com o mínimo de 10% das sobras líquidas do exercício e, o FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, Constituído de pelo menos 5% das sobras líquidas apuradas no exercício. A Lei permite também a criação de outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

QUADRO XXXVI: Comercialização dos Produtos Agrícolas pela COMIGO - 1979 - 1981

ANO	ARROZ (ton)		MILHO (ton)		SOJA (ton)	
	QUANT.	VALOR CrS	QUANT.	VALOR CrS	QUANT.	VALOR CrS
1979	29.514	17.774.686	506.870	115.714.826	-	-
1980	48.097	38.756.856	487.568	259.142.800	338.860	245.083.833
1981	182.249	259.780.710	536.798	487.979.704	572.808	818.041.437

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

Quanto à participação no faturamento proveniente da produção agrícola vimos um crescimento da soja, de 45,5% na safra de 80 para 52,24%, em 81. O arroz com 16,6% e o milho com 31,16%. A alteração desse quadro nos três últimos anos demonstra que a realidade do quadro social da Cooperativa aos poucos se adapta às exigências do processo produtivo com a utilização de tecnologia. Outro fato interessante também é que esse quadro de produtores associados está preparado para assumir a construção da agroindústria que se destinará a esmagar soja. Há, comparativamente, de 1979 a 1981, um crescimento no volume comercializado de arroz, isso graças à capacidade de armazenagem da Cooperativa, mas esse produto vai perdendo terreno, sob o ponto de vista comercial, para a soja.

O relatório do exercício de 1982 aponta um crescimento econômico real da COMIGO, de 22,6% o que a direção da entidade afirma ser resultado do bom desempenho da agricultura no Sudoeste Goiano, notadamente da soja. De fato este produto representa, em 1982, um montante de 90% da comercialização de grãos da Cooperativa. O arroz fica com 6%.

QUADRO XXXVII: Comparativo das receitas provenientes da comercialização de grãos (arroz, milho e soja). 1980 - 1982

ANO	ARROZ	MILHO	SOJA
	VALOR EM CrS 1,00	VALOR EM CrS 1,00	VALOR EM CrS 1,00
1980	38.756.856,00	259.142.800,00	246.083.833,00
1981	259.780.710,00	487.979.704,00	818.041.437,00
1982	101.852.756,00	167.931.794,00	2.421.318.024,00

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

QUADRO XXXVIII: Comparativo da evolução das vendas do setor de consumo da COMIGO.

ANO	ESTOQUE ANTERIOR	VALOR DE COMPRAS DO EXERCÍCIO CRS	VALOR DAS VENDAS CRS
1980	28.768.573,00	538.230.413,00	319.580.090,00
1981	316.639.467,00	658.705.154,00	848.318.855,00
1982	417.907.851,00	650.314.254,00	1.517.148.126,00

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

Do comparativo entre as receitas provenientes da comercialização de grãos e da venda de insumos e outros gêneros de consumo, podemos compreender que a produção agrícola representa 62% da entrada de recursos na cooperativa. O comércio de fornecimento de insumos agrícolas, que no início de

funcionamento da Cooperativa era o setor arrecadador mais importante, vai aos poucos perdendo terreno para a venda de grãos. Contudo, o setor de consumo continua tendo sua importância na sustentação da produção agrícola, fornecendo fertilizantes, sacarias, sementes selecionadas e defensivos agrícolas, como demonstra o quadro a seguir.

QUADRO XXXIX: Principais produtos fornecidos aos cooperados pelo setor de consumo da COMIGO - 1980 - 1982.

PRODUTOS		1980	1981	1982
	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
Fertilizantes	TON	8.158	18.170	11.600
Sacarias	UN	465.390	190.385	371.337
Sementes	SC	24.471	11.425	26.115
Defensivos Agrícolas	LITRO	39.882	13.882	73.388

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

Além dos produtos descritos no quadro a Cooperativa forneceu aos cooperados outros como: arames, produtos veterinários, óleo lubrificantes, graxas, peças e acessórios para máquinas agrícolas, artigos de montaria etc.

O quadro ainda nos mostra o crescimento da utilização de insumos modernos para a produção agrícola. O quadro social da Cooperativa, é o adquirente em potencial desses produtos. Em 1982 a COMIGO já conta com 1146 cooperados[24], número este que vai crescendo ano a ano e dando sustentação aos projetos da entidade, que neste ano começa a construir a Agroindústria de soja. Nesse período os investimentos realizados no setor industrial somaram-se a Cr$ 1.213.943.405,00 (Hum bilhão, duzentos e treze milhões, novecentos e quarenta e três mil quatrocentos e cinco cruzeiros) dos quais Cr$ 579.475.000,00 (quinhentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e

[24] Em 1982, de acordo com dados da COMIGO, 72% desses cooperados são classificados como pequeno e mini-produtores rurais.

setenta e cinco mil cruzeiros) financiados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A - BNCC; Cr$ 275.943.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil cruzeiros), financiados pelo Banco do Brasil S/A; Cr$ 76.533.305,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e cinco cruzeiros) que estava em fase de estudos para ser financiado pelo BNCC e Cr$ 281.992.100,00 (duzentos e oitenta e hum milhões, novecentos e noventa e dois mil e cem cruzeiros) com recursos próprios, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO XL: Origem dos Recursos Financeiros para montar o Setor Agroindustrial da COMIGO - 1982.

FONTE DOS RECURSOS	VALOR DOS RECURSOS	TAXA DE JUROS	
	Cr$	FINANC. %	INFLAÇÃO
BNCC S/A	579.575.000,00	18 a 45%	94%
BNCC S/A	76.533.305,00	18 A 22%	94%
BANCO DO BRASIL	275.943.000,00	45%	94%
RECURSOS PRÓPRIOS	281.992.100.00	-	94%
TOTAL	**1.213.943.405,00**		

Fonte: COMIGO - Relatório do Conselho de Administração - 1982.

Podemos notar assim que a produção agrícola dos associados da COMIGO já nasceu inserida no processo do capital o que justifica a implantação do setor de processamento de soja com a capacidade de absorver 600 toneladas/dia de matéria-prima que resultarão em óleo e farelo, e também a ampliação da capacidade armazenadora com um armazém graneleiro de 45.000 toneladas.

Com seu estilo de diversificação multissetorial e espacial de operação econômica e com uma complexa estrutura organizacional, a COMIGO inaugura em Goiás a fase do cooperativismo empresarial trabalhando com eficiência dentro da lógica do modelo econômico, concentrando, acumulando e estimulando a reprodução ampliada do capital. Nos principais momentos de realização dos investimentos da cooperativa, esta contou com a participação efetiva do crédito subsidiado. A agroindústria não fugiu à regra, como bem demonstra o quadro XL, quando a entidade tem ganhos reais somente na tomada de recursos financeiros dos órgãos oficiais, que diretamente liberaram 77% do capital necessário à construção do setor industrial.

Consideramos os seis primeiros anos de funcionamento da COMIGO como o período inicial de acumulação e concentração de capital, quando a cooperativa se utilizou fartamente dos recursos financeiros subsidiados provenientes das entidades oficiais de crédito.

O crescimento econômico da cooperativa esteve também estreitamente associado ao desenvolvimento da agricultura capitalista regional e, em especial, do desenvolvimento da produção de soja. Esses fatores propiciaram o início das operações da indústria de esmagamento de soja em 17 de abril de 1983 com o processamento de 36.239 toneladas de soja em grãos, obtendo uma produção de 6.636 toneladas de óleo bruto e 27.527 toneladas de farelo.

Do quadro XLI, comparativo dos índices de faturamento da cooperativa nos anos de 1981, 1982 e 1983, podemos ver a importância que a soja passa a ter como fonte de arrecadação da entidade. A sua participação no faturamento geral da COMIGO salta de 31,4% em 1981 para 52,8% em 1982 e 71,5% em 1983. O segundo maior índice de faturamento da cooperativa está na comercialização de fertilizantes e defensivos agrícolas com 23%, 21% e 11%, respectivamente, no mesmo período.

QUADRO XLI- Evolução do Faturamento e Fontes de Receita da COMIGO compreendida entre 1981 e 1983 - em Cr$ 1,00.

DISCRIMINAÇÃO	ANO		
	1981	1982	1983
Arroz[1]	248.292.239,	124.511.343,	345.147.840,
Milho	466.788.176,	299.061.077,	1.359.646.041,
Soja[2]	787.198.244,	2.484.158.379,	20.658.422.957,
Fertiliz./Defensivos	585.355.670,	995.355.670,	3.153.811.722,
Sementes[3]	135.459.995,	229.895.168,	1.335.664.884,
Sacarias	3.672.416,	29.519.894,	9.957.650,
Diversos[4]	283.569.389,	535.333.188,	2.019.204.157,
TOTAL	**2.510.443.762,**	**4.697.834.719,**	**28.881.855.25,**

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.
(1) Inclui arroz beneficiado, farelo e quirela
(2) Inclui óleo bruto e farelo
(3) Inclui sementes de produção própria e adquiridas para revenda
(4) Inclui mercadorias diversas mais os serviços do Departamento de Assistência Técnica e Fazenda COMIGO

A importância da combinação dessas duas fontes principais de renda da COMIGO, para a nossa análise, confirma a participação efetiva da Cooperativa como veículo difusor e reprodutor das formas capitalistas de produção agrícola. A característica básica do processo de produção da soja está associada à utilização de máquinas e equipamentos agrícolas assim como de fertilizantes e defensivos. Da nossa amostra de pequenos, mini, médios e grandes produtores, podemos constatar que 100% dos grandes e médios possuem máquinas agrícolas (tratores, colhedeiras, arados, grades, etc.), enquanto que nos pequenos encontramos um índice de 40% e nos mini apenas 25% têm máquinas próprias. Geralmente estes se utilizam do trabalho manual para a colheita ou quando podem arrendam uma colhedeira. A produção principal dos pequenos e mini

produtores é o arroz, o que, por outro lado, nos leva a sentir que a indústria de armazenamento de soja não lhes fará nenhum benefício direto.

A indústria de esmagamento de soja, a pioneira no Estado de Goiás, marcará uma nova etapa no processo de produção agrícola regional e colocará a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. - COMIGO, como uma grande empresa a nível nacional, com relações internacionais. A sua forma de atuação se identifica no quadros das empresas agro-industriais integradas, onde o processo de produção agropecuária, processamento e comercialização se encontram sob um mesmo estabelecimento. A partir da implantação da Agroindústria a cooperativa assumirá o controle da produção de soja a nível regional. Com a capacidade de processar 600 toneladas por dia, a indústria poderá perfeitamente trabalhar durante todo o ano, com a produção total do quadro social da cooperativa, que em 1983 entregou nos armazéns da COMIGO 168 mil toneladas de soja.

A estrutura de recepção, administração e processamento da produção montada pela COMIGO será a partir de 1984 o meio mais importante para sustentação empresarial da cooperativa. Ampliando cada vez mais sua capacidade de atuação, dentro da área de ação, a entidade já conta com unidades armazenadoras em Rio Verde, Santa Helena, Acreúna e Jataí. Isso fez com que a Cooperativa estabelecesse a recepção da produção agrícola nos principais centros de produção agrícola da região. Faz também com que a cooperativa se configure como o maior empreendimento econômico que trabalhará com grãos em todo o Sudoeste. Sua capacidade de absorção da produção lhe permitirá centralizar toda a produção do quadro social, monopolizando assim esse segmento, principalmente até 1984, pois, a partir de então várias empresas de todo o país instalam unidades armazenadoras na área de ação da COMIGO.

QUADRO XLII: Capacidade Armazenadora da COMIGO (em ton), na sua área de ação - ano 1990

MUNICÍPIO	A GRANEL	CONVENCIONAL	SEMENTES
Rio Verde	181.000	12.600	12.600
Santa Helena	40.180	9.000	
Acreúna	60.000		
Jataí	130.000		
Montividiu	70.000		
Paraúna	30.000		
Indiara	30.000		
TOTAL	**541.190**	**39.600**	**12.600**

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração

3.4 - A Dinâmica do Processo de Expansão das Atividades da Cooperativa.

O cooperativismo empresarial desenvolvido pela COMIGO se afirma cada vez mais na dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista. A década de 80 será o período das maiores realizações da cooperativa quanto às operações comerciais industriais e serviços. Coincidentemente, é nesse espaço de tempo que acontece a maior expansão da área agricultável em todo o Sudoeste ocupada com os principais produtos utilizados pela cooperativa, soja, milho e arroz.

À medida que se desenvolve a agricultura, maiores são as exigências desse acontecimento para com as formas de atuação da cooperativa. A cooperativa não apenas se adequa às demandas do processo produtivo mecanizado, como também cria e recria os mecanismos de reprodução desse

processo. A cooperativa capta os fluxos de capitais e os faz circular sob a forma de produtos.

Essa agricultura "moderna" gera produtividade, o que significa renda agrícola. Contudo, o seu verso é a dependência cada vez maior dos fatores industriais e financeiros, principalmente. Dentro dessa realidade da produção agrícola mecanizada, e entendendo que isso pode gerar produtividade (mais produtos por unidade de capital empregado), pode-se entender que o sobrelucro agrícola é intrínseco ao mercado que envolve a produção e o sistema capitalista em seu conjunto. Vergopulos faz um alerta que *" não se deve buscar a origem do sobrelucro nas relações internas de agricultura, entre fazendeiros e proprietários "*.[25] Isso se expressa bem na COMIGO, através do processo de industrialização e suas relações comerciais com o mercado externo e interno.

QUADRO XLIII: Comercialização de Produtos Industrializados na COMIGO 1985 - 1990 (Valores em US$ Dólar Americano media de cada mês)

Ano	Farelo de Soja		Óleo Bruto		Óleo Refinado		Resíduo Óleo		Sabão		Arroz Beneficiado	
	Ton	Valor	Ton.	Valor	Ton.	Valor	Ton.	Valor	Cx.	Valor	Ton.	Valor
1985	44.715	8.068.479	5.143	5.898.417	2.413	3.489.136	177	34.013	-	-	-	-
1986	93.364	15.319.259	5.976	3.050.855	14.384.648	10.384.648	1.043	73.494	1.004	4.287	-	-
1987	110.755	23.620.979	3.565	1.382.908	24.411	17.245.178	1.146	64.964	46.898	244.525	024	283.756
1988	102.627	29.418.919	795	501.737	25.733	23.071.989	748	70.792	153.537	760.297	1.633	490.777
1989	84.903	13.133.311	-	-	32.299	16.735.457	656	20.927	1.205.693	669.555	12.850	747.294
1990	102.450	18.251.225	1.817	888.378	26.853	21.584.824	157	7.920	169.614	809.991	2.729	928.876

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração

A agroindustrialização da produção de soja não se resume apenas ao esforço dos dirigentes cooperativistas que sempre perseguiram tal projeto. O processo de integração do produto agrícola ao setor industrial é fundamental para

[25] VERGOPOULUS, Kostas, Capitalismo Disforme O caso da agricultura no capitalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1977, p. 88 - O sobrelucro é uma possibilidade do mercado decorrentes das relações mecanizadas da agricultura com o conjunto do sistema capitalista

a cooperativa, pois permite uma utilização dos lucros dentro da mesma unidade orgânica. Contudo, o surgimento da industria de esmagamento de soja da COMIGO configura-se como resultado mais amplo das alterações das relações cidade-campo. " O avanço da divisão social do trabalho nas cidades exigirá pois, a simultaneidade da industrialização com a produção industrial "[26]. A existência do parque industrial na cooperativa é possível e viável, no período histórico em estudo, também pelas características que essa divisão social do trabalho impõe para o custo de reprodução da força de trabalho. Esta se manterá baixa pela disponibilidade que existe a partir das alterações das forças produtivas no campo.

É, pois, dessa maneira que se pode interpretar a agroindústria cooperativa como a expressão da busca de novos campos de valorização do capital e também como afirmação do compromisso da cooperativa com o desenvolvimento capitalista de agricultura.

O processo agro-industrial definirá novos rumos de acumulação na cooperativa e terá na soja sua expressão maior, conforme podemos analisar na quadro XLIV.

[26] OLIVEIRA, Francisco de; A economia da dependência imperfeita - Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977 p-. 26.

QUADRO XLIV: Evolução do Faturamento da COMIGO 1984 - 1990 (em US$ - Dolar Americano médio de cada Mês)

Discriminação	84/85	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90
Dolar Médio	US$ 3.184,00	US$ 10.490,00	US$ 14.895	US$ 72,251	US$ 765,30	***
Soja e Derivados	58.038.270,00	40.413.450,00	55.990.660,61	70.840.708,54	43.127.840,00	57.017.759,28
Lojas *	13.983.530,00	13.063.230,00	17.040.670,61	37.297.709,03	30.674.800,00	54.254.403,51
Milho	2.641.140,00	12.136.490,00	17.498.896,01	2.625.465,34	24.677.330,00	13.300.362,61
Serviços **	2.975.860,00	3.501.970,00	4.788.608,83	4.925.987,65	3.158.370,00	4.477.975,63
Arroz e Derivados	388.270,00	359.680,00	352.091,38	805.989,78	1.274.940,00	1.606.931,81
Outros Prod. Agric.	-	-	-	126.026,85	191.480,00	271.451,08
TOTAL	78.027.070,00	69.474.820,00	95.670.927,44	116.621.887,18	103.104.760,00	130.928.883,92

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.
* Inclui insumos agrícolas, supermercados, produtos veterinários, peças e implementos e sementes
** Inclui serviços do Departamento Técnico e Armazenagem.
***A conversão do faturamento para a moeda americana, durante esse período, foi feita pela sua variação mensal.

Nota-se no quadro XLIV que o milho se caracteriza como o segundo produto agrícola mais importante,o que se pode explicar pelo grande investimento tecnológico nesse produto que é cultivado em grandes áreas. O mesmo não se pode dizer do arroz que continua a ser cultivado pela pequena lavoura, e representa tão somente 1,24% do faturamento da COMIGO. A representação do gráfico das lojas, significa o faturamento proveniente da venda de insumos agrícolas, supermercados, produtos veterinários etc. Este centro comercial e o industrial somam 84,95% do faturamento geral da cooperativa, fato este que concretiza, no interior da cooperativa, a aliança entre o capital comercial e industrial. Interdependentes em suas ações, eles se complementam. Contudo, sob o ponto de vista empresarial é a soja o carro-chefe do processo e, se por alguma conseqüência drástica houver queda no preço ou grandes perdas na produção, poderá haver prejuízos irreversíveis à cooperativa.

Uma das grandes formas de compromisso com a lavoura mecanizada que a COMIGO tem pode ser visto através do seu setor de vendas de insumos aos associados, conforme quadro XLV.

QUADRO XLV: Principais Produtos Fornecidos ao quadro-social da COMIGO 1982 - 1990.

Produtos	Referencia	82/83/	83/84	84/84	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90
Fertilizantes	Tonelada	13.089	2.079	17.651	26.825	18.063	40.145	45.251	61.520
Sacarias	Unidade	65.245	73.245	261.834	182.903	9.310	72.563	10.436	3.892
Sementes	Sacos	67.016	95	6.586	94.315	76.884	93.223	48.123	139.378
Def. Agricolas	Unidade	189.362	56.940	345.367	259.155	216.296	450.913	588.021	416.160

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

No relatório sobre o exercício 89/90 o conselho de administração da COMIGO demonstra uma grande preocupação com a conjuntura econômica e afirma a necessidade de que a empresa se torne cada vez mais competitiva no mercado. A cooperativa conta, nessa época, com vários projetos agroindustriais de laticínio, frigorifico, fábrica de rações e beneficiamento algodoeiro, que, de acordo com a mensagem, precisam ser implantados. Afirmam, dessa forma, os conselheiros da COMIGO, a necessidade de diversificação como meio de atingir o mercado regional e de criar mecanismo de defesa diante da fragilidade da economia.

3.5 - A Afirmação do Padrão Empresarial Cooperativista

Após o processo inicial de expansão a COMIGO colocará em prática aquilo que pode se denominar de padrão empresarial cooperativista. Há uma rearticulação interna no setor da administração que propõe novas formas de controle do processo empresarial. São criadas Superintendências, Departamentos, etc., com o objetivo de agilizar o processo de tomada de decisões. O que acontece prioritariamente é uma redivisão intensa de trabalho, fruto das relações externas impostas pelo crescimento da entidade. Isto é interpretado por GORZ[27], quando diz que a divisão do trabalho não se

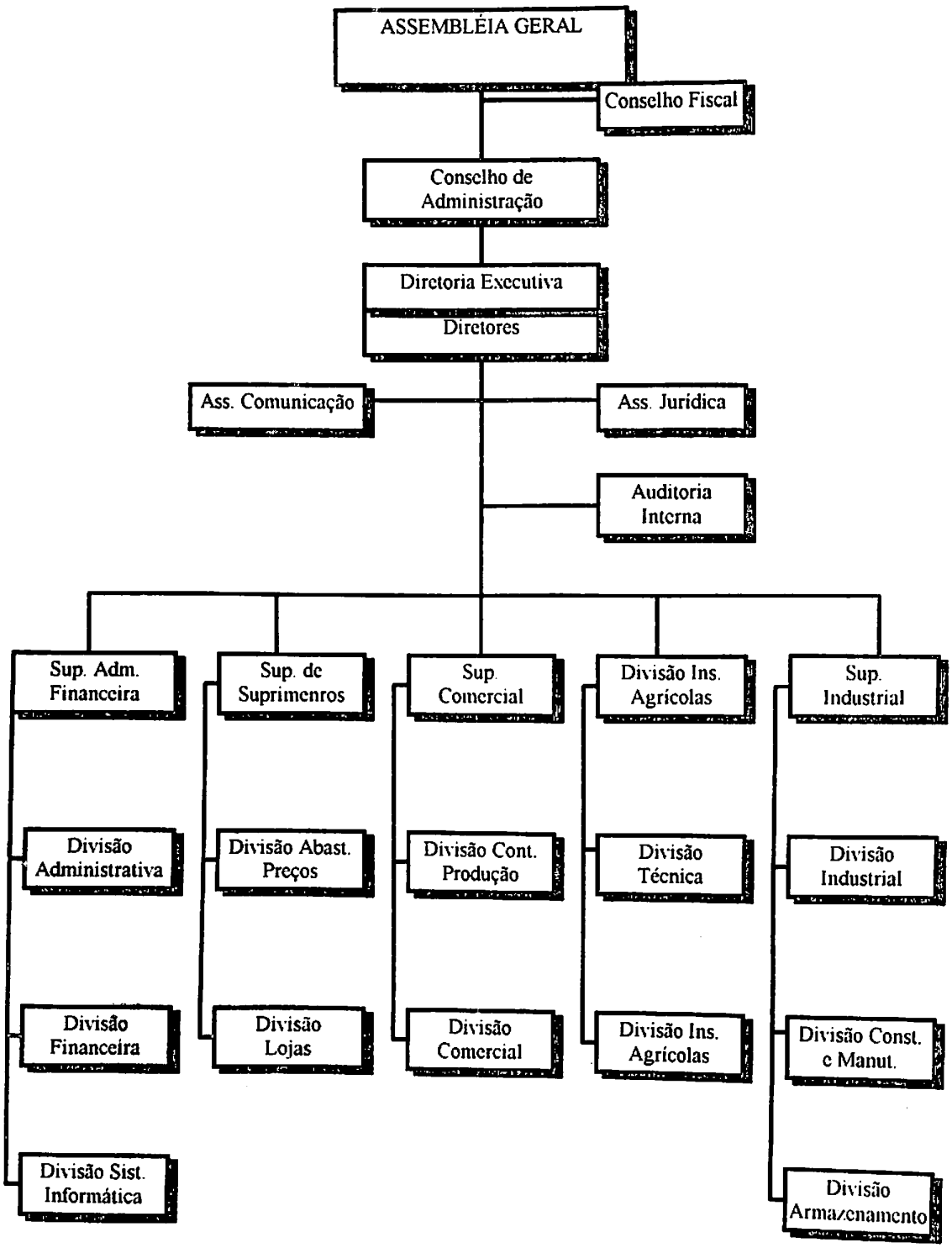
[27] GORZ, André; O despotismo na Fabrica e suas Consequências; in.. Crítica da Divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980, p 8

desenvolve por causa da eficácia produtiva em, si mas para maximizar a produtividade para o capital através dos trabalhadores envolvidos no processo.

As exigências do processo produtivo, desenvolvido também pela participação da cooperativa, fazem com que esta crie uma organização de sistemas e métodos que possa dar mais poder de domínio aos dirigentes sobre as gestões na empresa. A par do crescimento físico estrutural com a construção de armazéns e ampliação dos projetos industriais, a cooperativa continuará investindo na capacitação dos Recursos Humanos de que dispõe. O quadro de empregados da cooperativa participa constantemente de encontros técnicos, dias de campo, cursos de capacitação profissional, regulagem de máquinas agrícolas, armazenamento, recursos humanos, etc.

A finalidade maior da cooperativa, colocada no Estatuto social, é a prestação de serviços aos seus cooperados. Para os dirigentes da cooperativa a prestação eficiente desses serviços se dará na medida em que o trabalho na empresa estiver organizado, sob o ponto de vista da definição de método e formação de pessoal. Quem se beneficiará de um quadro eficiente de empregados é o quadro social, que é o verdadeiro dono da cooperativa. Essa é a afirmação que fazem os dirigentes cooperativistas ao quadro social. Por outro lado, essa relação da empresa/empregado se dá de forma a satisfazer o ganho de capital que acontece não somente pela boa prestação de serviços aos cooperados, mas, fundamentalmente, pela redução do valor do trabalho. O espelho dessa relação pode ser visto na diferença existente entre o maior salário da cooperativa (o do presidente) com a média salarial da empresa. Essa diferença está da média para o maior, na ordem de 57,25 vezes, no exercício de 1991.

ORGANOGRAMA



As novas formas de organização do trabalho, requeridas pela necessidade que o crescimento da cooperativa impõe, não significam a formação para

melhores salários ao trabalhador. " *A valorização da personalidade do trabalhador e de suas capacidades torna-se um meio de atrair mão-de-obra, cativá-la, resolver o absenteísmo e prevenir conflitos*".[28] A cooperativa é para o conceito ideológico dirigente uma organização para a cooperação. e, na medida em que essas novas técnicas são implantadas na entidade, acontece um quadro de " subordinação cultural e política *"dos trabalhadores, elas tornam-se meios de integração de personificação do trabalho e de despersonalização do trabalhador*".[29] Manifestações que enfocam essa questão, podem ser vistas a partir do momento em que os empregados assumem o discurso cooperativista, criam sua própria cooperativa e fazem circular na empresa seu próprio jornal.

De certa forma esse procedimento tem assegurado uma média de 300 empregados com tempo de serviço superior a 4 anos, fato este que garante um linearidade na condução da política da direção com a base da cooperativa.

O que se pode ver também é que existe uma grande mobilidade de funcionários na empresa, (quadro XLVII), fruto da sazonalidade do trabalho braçal no processo de armazenagem e, com menor intensidade, nas demais atividades da cooperativa.

O padrão empresarial adotado pelos administradores da COMIGO aliado à produção regional demonstra uma constância em seus índices de crescimento. O quadro social tem evoluído significativamente desde o início do seu funcionamento, porém, com maior intensidade a partir de 1984, resultado das transformações acontecidas na agricultura do Sudoeste e da extensão da cooperativa, aliada à necessidade do produtor em ter armazéns e suporte de apoio às atividades comerciais. A cooperativa também realizará serviços ao

---

[28] LETTIERI, Antônio; A Fábrica e a Escola, in. Crítica da Divisão do Trabalho, op. cit., p. 200
[29] Idem. p. 200

produtor rural associado e seus dependentes na área médico odontológica. Esse tipo de "beneficio" também é realizado para os empregados da cooperativa.

QUADRO XLVI: Pessoal segundo o tempo de serviço na empresa. Maio de 1992.

TEMPO DE EMPRESA	Nº DE FUNCIONÁRIOS
16 anos	1
13 anos	07
12 anos	13
11 anos	09
10 anos	16
09 anos	14
08 anos	31
07 anos	58
06 anos	69
05 anos	76
04 anos	153
03 anos	169
02 anos	89
01 ano	340
Menos de 01 ano	210
TOTAL	**1.255**

Fonte; COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

QUADRO XLVII: Evolução do quadro de empregados da COMIGO . Agosto/92.

ANOS	ANTERIOR	ADMITIDOS	DEMITIDOS	TOTAL	ÍNDICE
75	0	03	0	03	100%
76	03	05	0	08	133%
77	07	25	07	25	257%
78	25	81	40	66	164%
79	66	108	49	157	137%
80	157	107	106	160	2%
81	160	126	55	231	44%
82	231	226	148	309	33%
83	303	284	205	388	25%
84	388	549	330	607	56%
85	607	152	89	762	26%
86	762	917	802	877	15%
87	877	789	311	1.355	55%
88	1.355	2.330	2.274	1.411	4%
89	1.411	518	808	1.121	(- 25%)
90	1.121	594	637	1.078	(- 4%)

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração

Efetivamente para os associados a cooperativa fornecerá os produtos básicos para a produção, bem como realizará planos técnicos para as diversas atividades realizadas na propriedade rural.

QUADRO XLVIII: Evolução do quadro Social da COMIGO. 1976 - 1990

Anos	Numero de Associados				
	Anterior	Admitidos	Demitidos	Eliminados	TOTAL
75	32	35	-	-	67
76	67	30	10	-	87
77	87	91	01	-	177
78	177	89	15	-	251
79	251	96	19	-	328
80	328	403	10	-	721
81	721	274	16	-	979
82	979	190	11	12	1146
83	1146	203	06	36	1307
84	1307	246	12	02	1539
85	1539	225	12	37	1715
86	1715	197	11	-	1901
87	1901	382	18	-	2265
88	2265	1378	28	03	3612
89	3612	890	19	-	4483
90	4483	217	27	189	4484

Fonte: COMIGO - Relatório Conselho de Administração.

Com a evolução do quadro social evolui também o capital social da cooperativa e o seu patrimônio liquido. Contudo, não se pode amarrar o capital social ao aumento do quadro social, e, sim, ao desenvolvimento das atividades econômicas da entidade que no final de cada exercício reteve as "sobras" e as incorporou ao capital social sob a forma de quotas-partes.

QUADRO XLIX: Evolução do capital da COMIGO- 1984 - 1990 (em US$ - Dolar Americano da data do Balanço*)

Exercício	Capital Social	
	Subscrito	Integralizado
84/85	404.922	404.922
85/86	4.712.687	4.712.687
86/87	7.839.224	7.839.224
87/88	9.500,052	9.236.953
88/89	11.212.890	11.003.149
89/90	9.570.522	9.562.314

Fonte: COMIGO - Balanço Contábil

* O balanço da Cooperativa passa a ser realizada a partir de 1985 em coincidência com o ano agrícola regional que compreende o período de 1° de junho a 30 de julho

Uma das formas de captação de recursos financeiros para a Cooperativa advém do próprio quadro social, nesse período. O crescimento significativo no exercício de 1986 deve-se à transferência dos fundos de desenvolvimento e de capital de giro para a integralização de capital, autorizado pela Assembléia Geral das Associados. Essa operação tem sido prática corrente em quase todas as cooperativas brasileiras.

No caso específico da COMIGO, esta utilizou sempre os recursos das "sobras" para o aumento do capital social, mas nunca desprezou também os recursos advindos de capital de terceiros. Sempre prevaleceu, contudo, a obtenção de empréstimos junto às entidades de crédito, oficiais ou particulares. Para que melhor possa ser analisado, em duas situações de prestação de contas no exercícios de 1989 e 1990, o coeficiente de utilização de recursos próprios em relação aos empréstimos bancários estava 1,4 e 0,99 respectivamente.

Essa competência da administração da COMIGO, dentro da lógica capitalista, fará da entidade o empreendimento econômico mais importante do

Centro-Oeste afeto ao processo agroindustrial. Especialmente no município de Rio Verde, sede da Cooperativa, a entidade terá como associados ao seu empreendimento uma média de 50% dos produtores rurais existentes, conforme nos mostra o quadro a seguir.

QUADRO L : Participação dos produtores rurais do município de Rio Verde na COMIGO - 1985 - 1989.

Ano	Número de Produtores		
	Rio Verde	COMIGO	Participação na COMIGO %
1985	2.087	1.029	49,3
1986	2.137	1.141	53,4
1987	2.745	1.133	41,3
1988	2.937	1.445	49,2
1989	2.762	1.631	59,1

Fonte: IBGE: COMIGO.

A COMIGO é a maior cooperativa do Estado em volume de negócios, patrimônio, quadro social etc. Dispõe a cooperativa, de acordo com seus próprios dados, de 4.484 cooperados em 1990. Sua importância reside também na oferta de trabalho ao município e na contribuição de ICMS para a Prefeitura de Rio Verde, conforme Quadro LI.

QUADRO LI : Participação da COMIGO da arrecadação de ICMS da Prefeitura de Rio Verde. 1985 - 1988

Ano	Total da Arrecadação em US$		
	Município	COMIGO	Participação relativa%
1985	9.947.836	4.829.161	48,5
1986	13.305.302	1.722.219	12,9
1987	12.298.590	6.036.614	49,1
1988	23.965.358	4.704.623	19,6

Fonte: IBGE/COMIGO

Dessa importância econômica deriva a importância política que a COMIGO exerce no município de Rio Verde e no Sudoeste Goiano. A entidade, que inicia suas ações na busca do comercialização e armazenamento da produção, se insere no contexto do desenvolvimento regional, elege administradores e dirigentes para o município e para o parlamento federal e estadual. Sua participação efetiva e concreta na introdução de modernas técnicas de produção agrícola corrobora as afirmações de que o Cooperativismo, através dessa e de tantas outras entidades, servirá como instrumento extremamente útil ao desenvolvimento do capitalismo nas relações produtivas da agricultura.

CONCLUSÃO

A agricultura e cooperativismo tem sido um binômio interessante a ser analisado no Brasil, principalmente em dois períodos históricos da política e da economia nacional, a partir de 1930 e após o governo militar de 1964. Com características diferentes nas várias regiões do país, o cooperativismo agrícola tem evoluído com mais rapidez nas regiões mais desenvolvidas e na identificação com os produtos mais "nobres" da agricultura.

Nesses dois momentos históricos o cooperativismo foi utilizado pelo Estado como instrumento necessário à expansão da produção para o mercado interno, período de 30, e para o externo, na década de 60, aliado à agroindustrialização.

Na década de 30, o modelo econômico de substituição de importações fortalecido pela conjuntura internacional da II Guerra Mundial encontra, no nível político, sua expressão no Estado populista-desenvolvimentista que representa uma aliança com o empresariado nacional. Este busca no Estado leis protecionistas, que proporcionam o desenvolvimento da indústria. Por outro lado, os setores populares urbanos desejam uma maior participação na economia, traduzida em maior acesso aos bens de consumo, e na política, representada por uma maior participação nos processos decisórios nacionais.

A atuação política do Estado, a partir de 30, buscará o estabelecimento das novas alianças com o intuito de fortalecer o governo fora do eixo Minas - São

Paulo. Nesse contexto acontece a efetiva interiorização do país como forma de afirmação das bases políticas que dariam sustentação à expansão das ações do Estado sob o controle do governo. O projeto Geo-Político de Vargas envolve a expansão da fronteira agrícola e o conseqüente fortalecimento do parque industrial brasileiro situado no sudeste e sul. O espaço das novas áreas representa o estabelecimento de pontos de apoio regionais às políticas do governo, bem como a redivisão social do trabalho com vistas ao desenvolvimento do capital industrial. A fundação de Goiânia, em 1933, as políticas de colonização no Estado, a partir da 2ª guerra, a abertura de estradas ligando o norte ao sul e a criação de Brasília se inserem nesse contexto, como suporte estrutural à internalização do capital.

A agricultura, com essas ações do Estado, passa a ocupar um novo lugar nos padrões de acumulação, a partir da década de 30, porém, de uma maneira diferenciada no país. É nesse período que se desenvolvem as primeiras cooperativas agropecuárias, atreladas ao Estado pela lei 22.239, e com a perspectiva de organizar a produção para o mercado interno. Essas organizações surgem nas regiões desenvolvidas do país e se afirmam como parte integrante das relações de interesse da política governamental de um lado, e do outro da industrialização. Com maior ênfase no sul do país, as cooperativas agrícolas terão no trigo e na soja, a partir de 1950, o suporte econômico para o seu desenvolvimento e com isso a via mais eficaz de integração ao processo agroindustrial.

Nas demais regiões do país as cooperativas agrícolas aparecem de forma isolada a partir de 1960 e se sustentam, basicamente com o repasse de insumos necessários à agropecuária. Isso aconteceu no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde as Cooperativas se integram à agricultura comercial somente na década de 70.

Um fato importante que se pode analisar nessa interrelação cooperativismo, agricultura e Estado Nacional, principalmente na década de 70, é a transformação da economia brasileira na busca de uma nova forma de manter e intensificar o padrão de acumulação de capital. Essa realidade já se faz sentir desde a década de 50, mas só é colocada em prática com o agravamento da crise econômica e política no início de 1960. O Golpe de 1964 determina uma mudança de regime onde uma fração da classe dominante comprometida com o capital internacional se instala no poder. Essa classe irá buscar sua hegemonia com a coesão das demais frações da classe dominante que se aliam ao capital transnacional, desencadeando um processo de neutralização da luta de classes através de um regime autoritário que oferece condições para a acumulação do capital. Começa a se intensificar nesse período a utilização do modelo de agricultura industrial, já implantado nos Estados Unidos e na Europa, após a segunda guerra.

Dentro desse clima, estabelece-se uma nova política para o setor agrário, quando o Estado Nacional agiliza e aprimora a política de crédito rural, de preços de garantia, incentivos fiscais e subsídios à indústria de insumos. Nisso estão envolvidas as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes, herbicidas, etc. A atitude oficial, diante dessa realidade, tinha dois endereços:

1- atender o setor industrial ligado às multinacionais e ;

2- incentivar a produção e produtividade com vistas ao mercado externo, mantendo a mesma estrutura fundiária e a mesma distribuição de renda.

A estratégia do governo, de fato, era a de criar para a indústria novas fontes de acumulação de capital ligadas ao setor agrícola, alimentado por créditos e subsídios. Num primeiro momento essa estratégia não vingou porque o setor agrário detinha uma forte concentração de grandes propriedades, que de fato não

seriam consumidoras, em potencial, de bens industriais. Contudo, esse processo é reorientado para que a tecnologia disponível fosse direcionada para uma agricultura de exportação que pudesse mais facilmente assimilar e tornar-se dependente dos insumos modernos, máquinas e equipamentos, projetando dessa forma, o crescimento do setor industrial produtor desses bens. Isso é possível porque o Estado criou condições artificiais para a política de crédito rural a juros negativos, através dos programas especiais, em todas as regiões brasileiras. Os maiores incentivos, no entanto, para a participação nesses programas aconteceram no Nordeste, no Norte e Centro-Oeste (todos esses programas são abordados no interior deste trabalho). Sua aplicação gera uma divisão social do trabalho que, na produção beneficia o capital industrial e financeiro.

O que se procurou mostrar neste trabalho foi a atuação das cooperativas agrícolas, que, estruturadas empresarialmente a partir de 1970, assumem o papel de "Sócio-Subordinado" do sistema político e econômico vigente com espaço definido no movimento geral da acumulação e reprodução. Como bem enfoca CORADINI, "O cooperativismo agrícola nessas condições representa uma aliança de classes e passa a exercer efetivamente o lugar de canal político do interesse das classes e camadas sociais rurais melhores situadas, em termos produtivos, frente ao Estado e à agroindustria".[1]

É um período também em que se desenvolve uma nova etapa do cooperativismo goiano no meio rural, justamente pelo desenvolvimento mais intenso da agricultura mecanizada. A intervenção do Estado na formação e desenvolvimento da agricultura capitalista em Goiás pode ser melhor compreendida a partir de 1970. A razão dessa afirmação tem como fundamento o desenvolvimento de uma agricultura que passa a existir basicamente em função de um sistema economicamente maior, além fronteiras. Já se pode observar um

[1] CORADINI, Odacir Luis, op. cit. p. 65

maior investimento em todas as fases do processo produtivo com crédito subsidiado, seguro agrícola, adubos químicos, sementes selecionadas e a produção passa por um processo racional, sob o ponto de vista capitalista. O produtor passa a atuar enquanto classe social e intensifica seus mecanismos de defesa pelo sindicato ou pela cooperativa. A capitalização dos empreendimentos rurais com base na mesma estrutura fundiária fortalece a organização dos produtores rurais na cooperativa que, sob o ponto de vista econômico e empresarial, será o espaço privilegiado da realização do capital.

A dimensão político-ideológica do discurso cooperativista congregará numa mesma organização os interesses divergentes da grande e da pequena produção. Isso se sustenta com base nas ações práticas das cooperativas, através da assistência técnica, do crédito, fornecimento de insumos e comercialização da produção, ainda que individualmente esta seja pequena. Pelo que se pode constatar, no Estado de Goiás, os pequenos produtores não alcançaram sucesso quando organizaram sua cooperativa e a opção mais próxima foi a filiação a uma grande entidade. Por seu lado à grande cooperativa interessava a participação do pequeno produtor, pelos aspectos políticos e ideológicos dessa questão e pelo caráter funcional que essa relação estabelece no interior da cooperativa.

A cooperativa empresarialmente organizada participará efetivamente como articuladora das diferentes formas de produção e processos produtivos do setor agrário com o capital financeiro. Para Duarte[2], a inserção da pequena produção ou mesmo dos produtores tradicionais na cooperativa se deu na medida em que esta passa a cumprir os papéis atribuídos à agricultura no processo de expansão do capitalismo: fornecimento de matérias-primas para a indústria, fornecimento de produtos alimentares para o setor urbano, mercado para os produtos industrializados e geração de divisas.

---

[2] DUARTE, Laura Maria Goulart. op. cit., p. 87.

Com isso pode-se afirmar que a cooperativa, enquanto unidade econômica, que tem em seu quadro social produtores-proprietários, e que tenha produto agrícola para o mercado, estará sujeita às diretrizes políticas dominantes, na sociedade. Essas cooperativas agrícolas, formalmente organizadas com suas características, em qualquer situação, estarão condicionadas pela dissonância do modelo de acumulação vigente no país. O que a história do cooperativismo agrícola tem mostrado é a sua crescente capitalização principalmente a partir de 1970, com base na agricultura comercial e nos estímulos creditícios inerentes a este setor. Condiz esse posicionamento com a percepção de que o cooperativismo pode ser visto como um instrumento político e econômico de uma determinada classe capaz de aliar-se ao Estado para manter a situação, isto é, a aliança do seu interesse.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, Maria do Amparo; A Expansão Capitalista e a Incorporação de Novas Áreas; o norte de Goiás. São Paulo, USP, 1988 (mimeo).

ALENCAR, LUZ, Maria Amélia de; Estrutura Fundiária de Goiás. Consolidação e mudanças, 1850-1910. Dissertação de Mestrado UFG, 1982.

AMIM, Samir & VERGOPOULOS, Kostas; A questão Agrária e o Capitalismo; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

BANDEIRA, Abrahão Pereira; Desempenho e Perspectiva da Agropecuária Goiana, 1982-1983, Goiânia, CEPA, 1984.

BENECKE, Dieter W.; Cooperação e Desenvolvimento: O papel das Cooperativas no Processo de Desenvolvimento Econômico nos Países do Terceiro Mundo. Porto Alegre Coojornal, 1980.

BORGES, Barsanulfo G.; O Despertar dos Dormentes, estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás, CEGRAF, UFG, 1990.

CAMPOS, Francisco Itami; Coronelismo em Goiás; Goiânia, ed. UFG, 1983.

_____; Política Agrária. Uma proposta de análise. Goiânia, Revista do ICHL/UFG, Jan / Jun / 1982.

CAMPOS, Onaldo; Rio Verde Histórico - aspectos de Rio Verde: São Paulo, EDIGRAF, 1971.

CAPDEVILLE, Aluízio; Regionalização - Considerações Metodológicas. São Paulo, Boletim de Geografia Teorética nº 10, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector Perez; Os métodos da História: Introdução dos Problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CARNEIRO, Maria Esperança F.; A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas 1950 - 1964. Dissertação de Mestrado em História / UFG, 1981.

CASTRO, Ana Célia e outros; Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Síntese das Transformações. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Brasília-Binagri, 1979.

CHAUL, Nasr N. Fayad; A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia, CEGRAF, UFG, 1988.

CORADINI, Odacir Luiz; Agricultura, Cooperativas e Multinacionais, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CRACOGNA, Dante; O Cooperativismo Face ao ano 2.000; O desafio da hora. in Perspectiva Econômica n. 18,Sao Leopoldo, Unisinos , 1986.

CUNHA NETO, Oscar; Rio Verde, Apontamentos para a sua História. Goiânia, O Popular. 1988.

DE MASY, Rafael C.; Moderna Administração de Empresas Cooperativas Agrárias. Porto Alegre. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

DELGADO, Guilherme Costa; Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985. São Paulo. Ed. Unicamp. 1985.

DINIZ, José Wilson Coelho et alli. Programas Especiais e Linhas de Crédito Rural que beneficiam atualmente o Estado de Goiás. Goiânia, CEPA, 1984.

DOLES, Dalísia Elizabeth M. et alli; Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no contexto Econômico e Social da Região. Goiânia, CEPA, 1979. (mimeo).

DUARTE, Laura Maria Goulart; Capitalismo & Cooperativismo no Rio Grande do Sul.; Porto Alegre RS, L & PM Editores, 1986.

FONSECA, Maria Tereza Louza da; A extensão Rural no Brasil. Um projeto educativo para o capital. Sao Paulo, Ed. Loyola, 1985.

FRANKE, Walmor; Direito das Sociedades Cooperativas. São Paulo, Saraiva, 1973.

FURTADO, Celso; Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1980.

GERMANO, José Willington; Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo, Cortez, 1993.

GOLICOV, V.A.; A Cooperativação da Agricultura na U.R.S.S.; Moscou, Ed. Progresso, 1976.

GORZ, André; Crítica da Divisão do Trabalho, São Paulo, Martins Fontes, 1980.

GRAMSCI, Antônio; Alguns Temas da Questão Meridional; in "A questão Meridional". Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1987.

HUGON, Paul; História das Doutrinas Econômicas, São Paulo, Ed. Atlas.1972.

IANNI, Octávio; Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1979.

KAUTSKY, Karl; A questão Agrária; São Paulo; Ed. Proposta Editorial Ltda., 1980.

KLOES, Luiz Salgado; História dos Pioneiros do Movimento Cooperativista no Brasil. in, Perspectiva Econômica n. 42, São Leopoldo-RS., Unisinos, 1983.

LABAIG, Henrique Carlos; O Cooperativismo em Goiás. in coleção História do Cooperativismo Brasileiro. Brasília. Denacoop. 1993.

LAUSCHENER, Roque; El Sector Agroindustrial y el Desarollo Econômico: in Perspectiva Econômica n. 54, São Leopoldo-RS,Unisinos - 1986.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre; História, Novos Problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro. F. Alves, 1979.

LENIN, Vladmir I; Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos; São Paulo, Ed. Brasil debates, 1980.

_____; O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa, 1905-1907; São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas. 1980.

LEME FLEURY, Maria Tereza; Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, São Paulo Global, 1983.

LETTIERI, Antônio; A Fábrica e a Escola; in Crítica da Divisão do Trabalho, São Paulo, Martins Fontes, 1980.

LINHARES, Maria Yeda; História da Agricultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita; Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa; Reforma Social ou Revolução, São Paulo; Global Editora, 1986.

MAGALINSKI, Jan; Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí - (Fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás) - Dissertação de mestrado em História - UFG, 1978.

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C; Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Ed. Cartes, 1987.

MARTINS, José de Souza; a Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.

MARX, Karl; Crítica ao Programa de Gotha: in: Obras Escolhidas, Vol. 2; São Paulo, Alfa Ômega, 1973.

_____; Contribuição à Crítica da Economia Política, in Obras escolhidas, Vol. 1, São Paulo, Alfa Ômega, 1973.

_____; Estatutos da Associação Internacional do Trabalhadores; in Obras escolhidas, Vol. 1, São Paulo, Alfa Ômega, 1973.

_____; Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores; in Obras Escolhidas, Vol. 1, Sao Paulo, Ed. Alfa Ômega, 1973.

_____; O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte; in Obras Escolhidas, Vol. 1, Sao Paulo ,Alfa Ômega, 1982.

_____; O Capital, Livro 3 vol. 6. São Paulo, Civilização Brasileira 1982.

MUNHOZ, Dércio Garcia; Economia Agrícola - Agricultura, uma Defesa dos subsídios, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de; Elegia para uma Re(li)gião, São Paulo, Paz e Terra, 1981.

_____; A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.

PALACIN, Luiz; Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás. Goiânia, Oriente, 1976.

PINHO, Diva Benevides; Manual de Cooperativismo, vol. 1, São Paulo, CNPq, 1982.

_____; Cooperativismo e Desenvolvimento Econômico, Boletim n. 289. FFCL / USP. São Paulo. 1983.

_____; A Evolução do Pensamento Cooperativo. São Paulo CNPq, 1982.

PINTO, Maria Novaes (ORG.); Cerrado, caracterização, ocupação e perspectivas. Ed. UNB, Brasília-DF, 1990.

REZENDE, Antônio Paulo; História do Movimento Operário no Brasil; São Paulo, Ática, 1986.

RIOS, Gilvando Sá Leitão; O que é Cooperativismo; Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Roberto; As Grandes Coordenadas do Cooperativismo Brasileiro, Vol. II, Brasília, OCB / Coopercultura, 1991.

SANTOS, José Vicente Tavares dos: Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, José Elmo; O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: O caso brasileiro; in Cooperativas

Agrícolas e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Cortez, autores associados 1981.

SCHNEIDER, José Odelso; O Cooperativismo no Brasil; Enfoques, Análises e Contribuições . Curitiba, Fundação Friederich Naumann, 1979.

_____; Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa, São Leopoldo, Unisinos 1991.

_____; Tendências do Cooperativismo Brasileiro; in O pensamento cooperativismo e o Cooperativismo brasileiro - Manual do Cooperativismo vol. 1, São Paulo CNPq. 1982.

SILVA, Ana Lúcia da; A Revolução de 30 em Goiás. São Paulo, USP, 1982 (mimeo).

SILVA, José Graziano da (coord); Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Hucitec, 1980.

_____; Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo. Hucitec, 1981.

SILVA, Sérgio; Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

SINGER, Paul; Curso de Introdução a Economia Política. Rio de Janeiro, forense Universitária, 1979.

SMITH, Neil, Desenvolvimento Desigual; Natureza, Capital e a Produção de espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S.A. 1988.

SORJ, Bernardo; Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro - Zahar 1980.

TRAPENIKOV, S.; El Leninismo y el Problema Agrário Campesino. Moscou; Ed. Progresso, 1979.

VAZ, Eber; A modernização da Agricultura e as Relações de Trabalho no Sudoeste Goiano: a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989) UFG, 1992 (mimeo)Dissertaçao de mestrado em Historia.

VERGOPOULOS, Kostas; Capitalismo Disforme. O caso da agricultura no capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VON MISES, Ludwing; Liberalismo Segundo a Tradição Clássica; Rio de Janeiro; Ed. José Olímpio, 1987.

DOCUMENTOS PESQUISADOS E REVISTAS

BRASIL; Lei n. 4504 de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra.

_____; Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971 - Lei Cooperativista.

_____; "Decreto 22.239 de 19.12.1932.

_____; Anuário Estatístico do Brasil. 1978, 1981, 1984, 1985 e 1989.

GOIÁS; Decreto 7966 de 22 de abril de 1909.

_____; Lei n. 22, de 05 de setembro de 1918.

_____; Lei 591, de 26 de junho de 1918.

_____; Revista Notícia Estatística. Descritiva do Município de Rio Verde 1941.

_____; Censos Agropecuários do Estados de Goiás, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.

_____; SEPLAN - Anuário Estatístico 1970, 1975, 1981 e 1989.

_____; Secretaria da Agricultura - CEPA - Documento sobre Agricultura e Cooperativismo, 1970-1989.

_____; CEPA - Documentos Estatístico sobre a Produção Agropecuária Goiânia, 1973-1993.

_____; CEPA - Consolidação dos Programas que beneficiam o Setor Agrícola no Estado de Goiás - 1975.

_____; CEPA: Desempenho e Perspectivas da agropecuária Goiana 1982/83 Vol. 1

_____; DAC - Departamento de Cooperativismo - Livro de Registro das Cooperativas Goianas (De 1962 a 1984).

_____; SUDECO - POLOCENTRO - Documento de Base, Goiânia 1975/1977.

OCG - Organização das Cooperativas de Goiás, informativo sobre o Cooperativismo Goiano 1992. Estatística sobre as cooperativas Goianas.

INCRA - GO - Livro de Registro sobre a Autorização de Funcionamento de Cooperativas, 1991.

O.C.B. - Organização das Cooperativas Brasileiras. As grandes coordenadas do Cooperativismo Brasileiro Vol. II, 1991.

_____; Revista Nacional do Cooperativismo, nov/dez, 1979, Brasília - DF.

A.C.I. - Aliança Cooperativa Internacional. Nuevos Enfoques de los principios cooperativo en el mundo - Ide / coop. (Rosário - Argentina) 1986.

COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda.

- Balanço Contábil dos anos de 1976 a 1990.

- Ata de Fundação da Cooperativa.

- Atas do Conselho de Administração.

- Ata das Assembléias Gerais.

- Estatuto Social da Cooperativa.

- Jornal Informativo da COMIGO.

- Jornal Informativo da Associaçao dos mpregados da Comigo

ENTREVISTAS

- E - 1 - Entrevista com Carlos Cunha, sócio fundador da Comigo e fazendeiro da Região.

- E - 2 - Entrevista com um associado que não faz parte da diretoria da Comigo.

- E - 3 - Entrevista com o Presidente da Comigo Antonio Chavaglia.

CAPÍTULO I
DA QUESTÃO COOPERATIVISTA AO COOPERATIVISMO NO BRASIL E EM GOIÁS

1.1 - A Cooperativa e o Cooperativismo - Concepções Históricas

Organizada inicialmente por operários em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra[1], a primeira cooperativa chegava com uma proposta de dar solução ao "Laissez-Faire" da sociedade capitalista e não como uma intervenção radical no modo de produção dominante. Seus princípios demonstram caracteristicas reformadoras do meio econômico e social e podem ser assim entendidos: **Adesão Livre**, a todos os que quisessem fazer parte da cooperativa. Este é o denominado princípio da "porta aberta", podendo também o associado sair quando lhe aprouver; **Gestão Democrática**, onde cada membro da entidade teria um tratamento igual com direito a apenas um voto; **Retorno "*pro rata*"**, que se daria de acordo com as operações realizadas de cada associado, o que significaria um marco diferencial das sociedades por ações; **Juro Limitado ao Capital**, empregado como forma de inibir a usura e valorizar a participação do cooperado na cooperativa e não pelo capital nela empregado; **Vendas somente a vista**, representava a busca da disciplina para o consumo da classe operária cooperada;

[1] A primeira cooperativa foi fundada por 28 tecelões em 24 de dezembro de 1844 em Rochdale, Inglaterra, com um capital inicial de 28 libras. A entidade se constituía em um armazém de consumo, com gêneros de primeira necessidade para o abastecimento doméstico Em Pinho, Diva Benevides: evolução do pensamento cooperativo: São Paulo CNPq, 1982, podemos encontrar, com mais detalhes a história dos "Pioneiros de Rochdale" e o enfoque doutrinário do Cooperativismo a partir da elaboração dos princípios que orientam a administração da primeira cooperativa

Educação Permanente, uma necessidade colocada pelos fundadores da primeira cooperativa como forma de formar o cooperado para a cooperação e, **Neutralidade Política, Religiosa, Racial e Social**.

Esses princípios carregam em si traços marcantes de uma crítica moral à sociedade capitalista, que se afirmava em todos os ramos da produção social às custas da exploração da classe trabalhadora. A proposta cooperativista aparece como uma opção econômica reformadora na busca de uma sociedade mais justa. A partir do exercício prático desses princípios, através da atuação da cooperativa, foram elaborados os aspectos doutrinários com a finalidade de pregar o Cooperativismo como um movimento econômico e social que não queria se identificar com a prática capitalista do século XIX e, tampouco com as idéias do Estado Socialista propostas por Marx a partir do Manifesto de 1848.

No período compreendido entre o surgimento da primeira cooperativa, em 1844, até 1864, por ocasião do primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, surgiu na Europa, uma enorme quantidade de cooperativas no setor de consumo, crédito e produção industrial, patrocinadas pelas mais diferentes correntes sociais e religiosas da época. Dentre essas correntes podemos destacar o Movimento Católico-Democrata, Movimento Católico-Social, os Protestantes Sociais, os Boerenbond e os Christian Socialist. Pela interferência deste último, conseguiu-se em 1852, na Inglaterra, o reconhecimento por lei da personalidade jurídica das cooperativas. Os seguidores do protestantismo inglês apoiaram o cooperativismo mostrando preferência pelas cooperativas de consumo. Na França essa preferência era liderada pelos protestantes da corrente centro-moderada, onde se destaca o economista Charles Gide (1847-1932), um dos fundadores da Escola de Nimes e elaborador do processo doutrinário do cooperativismo.[2]

[2] No final do século passado o economista Charles Gide demonstrou interesse pelo estudo das cooperativas e passou a divulgar a atuação dessa entidade como um instrumento eficaz de reforma da sociedade capitalista. As idéias cooperativistas de inspiração rochdaleana foram sistematizadas por Gide para uma

Gide defendia a tese de que o cooperativismo deveria se situar à margem da luta de classes e, portanto, não se engajaria na luta desenvolvida pelos trabalhadores por uma sociedade socialista. Esse era o pensamento tipicamente reformista da maioria dos líderes cooperativistas que se ocupavam da divulgação doutrinária do cooperativismo. Na opção pela organização cooperativista como combate às práticas da Doutrina Liberal e individualista, nasce o que Gide denominou de a "Doutrina Opositora" - que projetava uma sociedade cooperativa.

Marx considerava a cooperativa um instrumento útil à classe trabalhadora. Contudo, negava que o movimento por si só poderia vir a ser o meio principal de transformação da sociedade. Por ocasião do I° Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, dizia ele:

> *"... por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguiu deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o pêso de sua miséria".*[3]

Não sem razão, Marx fez essas observações no sentido de colocar em seu devido eixo a luta dos trabalhadores. Para ele a organização das cooperativas deveria acontecer independente do Estado capitalista ou de setores ligados à burguesia. O projeto cooperativista em Marx está implícito na supressão da sociedade de classes. Observava Marx que as ilusões sobre a possibilidade do surgimento e desenvolvimento do "socialismo-cooperativo" no seio do capitalismo já haviam causado enormes prejuízos à luta revolucionária. O

---

proposta doutrinária cujos principais objetivos podem ser resumidos da seguinte forma: corrigir e modificar o meio econômico e social, pacífica e gradativamente com base nas cooperativas de consumo; prestar serviços aos cooperados; eliminar a concorrência; eliminar o salariado; eliminar o lucro; obter o justo preço e, realizar a "República Cooperativa". Maiores detalhes sobre este assunto podem ser encontrados em PINHO; Diva Benevides; Manual de Cooperativismo, op. cit. p.36.

[3] In MARX, Karl; Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864: Marx e Engels, Obras Escolhidas, Volume I; São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1982, p. 319.

surgimento das cooperativas não afetava os alicerces da sociedade capitalista e a sua atuação conciliava os trabalhadores com o regime de exploração, desviando o movimento operário da luta pela sua libertação, reduzindo-o às tentativas de conseguir um insignificante melhoramento de vida aos membros da cooperativa(4). Quanto à sua situação econômica, Marx observava que as cooperativas se colocavam como instituições comerciais que se degeneravam frente à concorrência capitalista.

O movimento cooperativo, surgido há mais de cem anos atrás, sempre atraiu a atenção de várias correntes socialistas. O fato de a empresa cooperativa ser coletiva pela sua forma, fez com que alguns socialistas elaborassem a idéia de que a cooperação poderia constituir uma organização socialista acabada. Lênin, nas suas atividades políticas se pronunciava contra os teóricos que pregavam o "socialismo cooperativo" e afirmavam que através de uma simples cooperação se poderia transformar os inimigos de classe em parceiros, e a guerra de classes em paz entre as classes.[5]

A teoria marxista-leninista sobre a cooperação leva em consideração, antes de mais nada, o seu conteúdo econômico-social, a sua natureza de classe condicionada pela essência do poder político e pelo regime econômico do país. Tal posição permitiu a Lênin conceber a teoria científica da cooperação nos princípios do materialismo dialético, bem como determinar o lugar e o significado da cooperação no capitalismo e nas condições do período de transição para o socialismo. Entendiam os revolucionários russos que nas condições do domínio econômico da burguesia, a cooperação por si só não está em condições de mudar radicalmente a situação dos trabalhadores. Depois da

---

[4] MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores; in: Obras escolhidas, op. cit.

[5] GOLIKOV, V.; A Cooperativação da Agricultura na U.R.S.S., Edições Progresso, Moscou 1976, p.21

vitória da revolução socialista a essência e o significado da cooperação modificam-se radicalmente. Escreveu Lenin que:

> *"sendo a classe operária detentora do poder Estatal e pertencendo a esse poder todos os meios de produção, na realidade só nos resta a tarefa de organizar a população em cooperativas. Conseguindo a máxima organização dos trabalhadores em cooperativas, chega por si mesmo ao seu objetivo aquele mesmo socialismo que antes provocava ironias justificadas, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte dos que estavam convencidos, e com razão, da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político".*[6]

Lênin criticava também os próprios camaradas de partido pela falta de entendimento da questão cooperativista. Dizia ele que o menosprezo de alguns camaradas pelo cooperativismo era a não compreensão dos próprios princípios, onde a propriedade dos meios de produção estava nas mãos do estado proletário. Observava ainda que "uma coisa era se fantasiar de associações operárias para a construção do socialismo e outra é na prática construir esse socialismo"[7]. Para Lenin as cooperativas deveriam exercer uma importante atividade na organização dos pequenos camponeses e de toda a população para a construção do socialismo. Dentro dessa posição a cooperativa seria, sem dúvida, mais um instrumento de suporte ao Estado.

A trajetória da organização cooperativista do urbano para o rural começa pela criação das cooperativas de consumo, posteriormente aparecem as cooperativas de produção industrial, cooperativas de crédito e de habitação. As cooperativas foram penetrando no campo junto aos pequenos e médios agricultores, os objetivos dessas entidades eram, quanto à atuação política, totalmente opostos àqueles desenvolvidos pelas cooperativas no meio operário. As ações das cooperativas agrícolas se pautavam pela convivência pacífica com

---

[6] LENIN. O Programa Agrário, da Social Democracia na Revolução Russa 1905-1907, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980. p.82.

[7] TRAPEZNIKOV, S. El Leninismo y el Problema Agrário Campensino. Moscou; Ed. Progresso, 1979. Livro I, p. 224.

o regime dominante e pela defesa da independência do produtor rural em relação à cidade.

A característica básica do aparecimento das cooperativas agrícolas é que elas se desenvolveram com o avanço da agricultura capitalista e do crédito rural. Isso pode ser encontrado nas origens das cooperativas agrícolas na Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, entre outros, a partir da década de 60 do século XIX. Um exemplo ilustrativo para esta análise podemos encontrar nos Arteis Agrícolas[8], na Rússia. Na Alemanha, a partir de 1861, o modelo de crédito mais difundido para o cooperativismo eram os bancos Raiffeisen, sob o patrocínio do clero e, os bancos Schulze-Delitzch, onde preponderavam os "pequenos burgueses", segundo Kaustsky[9]. Neste país, este esse tipo de banco de crédito agrícola, modelo para as cooperativas agrícolas de crédito, desenvolveu-se rapidamente e em 1871 já existiam 100 bancos de créditos agrícolas; em 1891, 2134 e em 1896, eram em número de 6391. Os maiores beneficiários desses empreendimentos eram os grandes proprietários rurais e uma pequena parcela de camponeses "ricos"[10].

Em Kaustsky encontramos também uma análise detalhada sobre a atuação da cooperativa na sociedade capitalista. Dizia ele:

> *"é inconcebível que alguém possa negar a importância das cooperativas". Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses".*[11]

---

[8] O primeiro Artel Agrícola surgiu na Rússia em 1863 e seu princípio de funcionamento se baseava no cultivo comum da terra através da cooperação do trabalho camponês e no combate contra a exploração de usuários e intermediários. No princípio de seu funcionamento o Artel cultivava em comum somente sua terra parcelaria e logo agregou a esta as terras tomadas em arrendo. A medida que crescia a economia do Artel se agravavam suas contradições internas que minaram suas bases. O Marco principal do Artel era a proposta de sair da economia natural e converter-se em provedor dos produtos agrícolas para o mercado. Maiores detalhes sobre este assunto indicamos a obra de TRAPEZNIKOV S.; El Leninismo y el Problema Agrário Campesino; Ed. Progresso, 1979.

[9] KAUSTSKY, Karl; A Questão Agrária ; São Paulo, Ed. Proposta Editorial Ltda., 1980, p. 137.

[10] Idem, p. 138.

[11] Idem, p. 138.

Para esse autor, a formação de cooperativas seria muito mais fácil junto aos grandes produtores, proprietários, do que junto aos camponeses. Justifica essa afirmativa em relação ao menor número de grandes proprietários, do conhecimento comercial e do tempo de que esses dispunham. Kaustsky descartava a possibilidade das cooperativas virem a constituir uma etapa do projeto da transformação para a sociedade socialista, pois em uma sociedade capitalista o processo de expansão econômica da cooperativa necessariamente a colocará como uma empresa capitalista.

> *"A vantagem que os agricultores tiram das cooperativas, independentemente das economias realizadas de transporte e comercialização, consiste na entrada do lucro de capital. A cooperativa de produção agrícola deste tipo – e até hoje não existem outras - é uma etapa do capitalismo e não do socialismo".*[12]

Em Rosa Luxemburgo não vamos encontrar uma análise especifica sobre as cooperativas de produção agrícola mas sim, das cooperativas de produção industrial e de consumo. Essas entidades eram compostas de trabalhadores do setor industrial. Para a autora, as cooperativas de produção industrial somente teriam sentido com a existência das cooperativas de consumo pois,

> *"... as cooperativas, e sobretudo as cooperativas de produção industrial, são instituições híbridas dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas".*[13]

As análises teóricas encontradas na literatura marxista sobre as cooperativas na sociedade capitalista nos mostram que essas organizações tendem a se constituírem cada vez mais em um instrumento das relações de

---

[12] KAUSTSKY, op. cit. p. 149.
[13] LUXEMBURGO, Rosa. Reforma Social ou Revolução, São Paulo. Global Editora. 1936, p. 87.

produção dominante. Embora o marxismo destaque o caráter econômico e político dessas cooperativas como importantes para trabalhadores urbanos e para os camponeses, no capitalismo, não vamos encontrar em Marx, Kaustsky, Luxemburgo, Gramsci ou Lênin a defesa das cooperativas como instrumento preponderante para a transformação dessa sociedade. No meio rural essas entidades se situam como organismo de defesa dos interesses de grande propriedade e da expansão da agricultura capitalista.

No socialismo soviético, após a revolução de outubro, Lênin fez entender que sendo o poder do Estado exercido pela classe operária e, detendo o Estado os meios de produção, era necessário agrupar a população em cooperativas. A cooperativa defendida por Lênin é aquela que busca o socialismo e está estreitamente vinculada às diretrizes do Estado. Caberia também, à cooperativa, a tarefa de educar, principalmente o camponês, para a nova sociedade. Essa era a missão inicial das cooperativas junto a 25 milhões de pequenas economias camponesas individuais e a mais significativa, dentro da proposta socialista era a concretização da aliança operária-camponesa. No plano cooperativo de Lênin tal aliança pressupunha a realização gradual da transformação socialista das pequenas economias camponesas, "*no início da organização das cooperativas na esfera da circulação (venda, abastecimento e crédito) e depois na esfera da produção*".[14]

Na Nova Política Econômica – Nep, criada em 1921 após a guerra civil, foi projetado o estabelecimento de vínculos econômicos mais sólidos entre a cidade e campo com vistas à construção das bases da economia socialista. A Nep contribuiu para o desenvolvimento das relações mercantis da URSS criando condições favoráveis de êxito do plano cooperativo de Lênin. Nessa política Leninista ficava explícito que a organização das economias camponesas tornar-se-ia praticamente impossível "*sem que tenham um determinado nível de*

[14] GOLICOV, V. op. cit. p. 26.

produção mercantil"[15]. O isolamento da economia camponesa, o seu caráter natural e o meio ambiente não representavam interesse para a participação na cooperação, pois, esta não encontra terreno nas condições de relações mercantis não desenvolvidas, perdendo o seu sentido e significado.

Lênin já previa dificuldades na organização dos camponeses em cooperativas e a história nos mostrará que somente com o advento da "coletivização em massa da agricultura" esse fato se concretizará. Mesmo com o desenvolvimento significativo do setor industrial, assinalado a partir de 1925, tornavam-se cada vez mais evidentes as vantagens da indústria socialista sobre a pequena agricultura mercantil atrasada. Pelos dados citados por Golicov[16], o aumento médio anual da produção industrial global em 1924-1927 foi de 22% enquanto que o da produção agrícola foi apenas de 10,3%. De acordo com a política de coletivização em massa da agricultura, o trabalho a ser realizado pelas cooperativas agrícolas passava a ser orientado com base no crédito cooperativo. Passava a ser compulsória a entrada do camponês na cooperativa se quisesse utilizar-se do crédito agrícola. São criadas também cooperativas especializadas por tipos de produtos agrícolas (linho, beterraba) e cooperativas agrícolas de crédito. Essas cooperativas especiais visavam atender as necessidades do Estado Soviético que buscava o desenvolvimento de ramos específicos da agricultura para o fortalecimento do setor industrial. Esse tipo de procedimento da cooperação agrícola especializada estava estreitamente ligada à indústria por meio de contrato, o que amarrava ambas as atividades de acordo com o interesse do Estado. Dentro dessa perspectiva de socialização em massa estava reservado, também para as cooperativas, a tarefa de convencimento do camponês para passar para o caminho do coletivismo.

[15] LÊNIN, V. Obras escolhidas, op cit. p 37
[16] GOLICOV, V. op. cit. p. 95.

> *"A cooperação era chamada a modificar a psicologia dos camponeses e a educá-los como construtores hábeis e fiéis de uma nova aldeia socialista"*[17]

Papel semelhante ao do Estado Soviético foi adotado nos países capitalistas pela ação do Estado através da "Extensão rural". O papel fundamental da "psicologia" da extensão rural era o de incorporar a produção agrícola ao circuito do capital. A expansão da lógica de produção capitalista teve na extensão rural a tarefa de convencer, o produtor rural da necessidade de conhecer as técnicas modernas de produção.

> *"a extensão rural passou a ser organizada nos países latino-americanos não apenas como uma extensão de conhecimentos científicos válidos e aplicáveis à agricultura e pecuária, mas também como um projeto comunitário-educativo..."*[18]

1.2 - O Pensamento Hegemônico Cooperativista na Atualidade

Através dos encaminhamentos tomados pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI, pode-se delinear as concepções fundamentais que orientam as ações cooperativistas no mundo atual. A A.C.I. é um organismo internacional criado e mantido pelas organizações cooperativas de 75 países do mundo e considera ter como filiados, cerca de 365 milhões de pessoas[19]. Essa organização trabalha em conjunto com a O.I.T. e a F.A.O., em sistema de colaboração técnica, em várias regiões do mundo, através das cooperativas.

Parte da A.C.I. a orientação de que as cooperativas devem atuar simultaneamente como uma empresa comercial e como um movimento popular controlado democraticamente. Devem estas empresas cooperativas representar a mais alta eficiência dentro da economia competitiva[20] . O pensamento

---

[17] GOLICOV, V. op. cit. pag. 101.

[18] FONSECA, Mª Tereza Louza da; A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital. Ed. Loyola, São Paulo, 1985, p. 48.

[19] CRACOGNA, Dante. O Cooperativismo Face ao ano 2000, O desafio da hora. in Perspectiva Econômica nº 18, UNISINOS. São Leopoldo, 1986, p. 36

[20] ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, Nuevos Enfoques de los Principios Cooperativos en el Mundo. Idelcoop, Rosário (Argentina). 1986

cooperativista elaborado pela ACI, principalmente a partir de 1960 e expostos nos Congressos Cooperativistas Internacionais, realizados trienalmente, enfatiza a necessidade de ampliar o processo de democratização nas cooperativas. "Constatou-se que a mera eficiência e racionalidade, através da introdução de modernos métodos de gestão, constituia uma ameaça de desvirtuamento dos objetivos do cooperativismo[21]. Contudo, a ACI não abandona a orientação de que as cooperativas devem atuar como empresa. Porém é preciso que o associado seja visto como dono do empreendimento cooperativo e não como um simples usuário. Para que isso aconteça, observa a ACI é necessário "retomar" a prática efetiva da democracia interna onde os associados devem participar em novas instâncias da cooperativa além das Assembléias Gerais.

A fundamentação básica do pensamento cooperativista hegemônico, hoje, está na necessidade de mostrar que entre a cooperativa-empresa e o seu associado existe uma identidade intencional[22] onde o sócio é ao mesmo tempo dono e cliente. "Os donos da cooperativa põem seu capital à disposição de uma empresa cooperativa com o objetivo de produzir um serviço que eles, os donos, necessitam, assumindo, então, a função de usuários".[23]

No Brasil a representação máxima do Cooperativismo é a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, órgão técnico-consultivo do governo estruturado nos termos da lei 5764/71[24]. Esse organismo, por ocasião do X Congresso Brasileiro do Cooperativismo, em 1988, apresenta a Cooperativa como um instrumento que confere resultados financeiros positivos aos seus associados[25]. A OCB divulga, como resultado do X Congresso, a necessidade de se adequar um programa de capacitação e educação cooperativista para que

---

[21] SCHNEIDER, José Odelso, Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa, São Leopoldo, Unisinos, 1991, p. 24.

[22] Essa análise é feita por BENECKE, D.W op. cit. p.82, quando aborda que o grupo formado pelos cooperadores e a empresa cooperativa mantém entre si um laço de identidade intencional e espontâneo.

[23] BENECKE, D.W. op. cit. p. 83.

[24] Lei 5764/71 - Legislação Cooperativista, art. 105.

[25] RODRIGUES, Roberto: As Grandes Coordenadas do Cooperativismo Brasileiro, Vol. II, Brasília, OCB/COOPERCULTURA, 1991, p. 79.

que possa ser ajustado às realidades regionais e locais, tendo o envolvimento direto do associado, do dirigente, do funcionário da cooperativa, da comunidade, dos familiares dos associados e de futuros sócios[26].

As diretrizes principais desse programa de educação e capacitação da OCB tinham como ponto central a "ideologia cooperativista e a capacitação política do associado"[27], organizando o quadro social da cooperativa e utilizando-se, também, do mesmo modelo empregado pela Emater no processo da extensão rural. A partir do X Congresso intensifica-se em âmbito nacional a criação de Comitês Educativos com a finalidade de "efetivar o elo de ligação entre o associado e a cooperativa"[28], e de sustentar posição de que a cooperativa é uma organização que deve atuar de forma empresarial para que possa prestar bons serviços aos seus donos (e clientes ao mesmo tempo).

1.3 - O Cooperativismo No Brasil

Tal qual o europeu, o cooperativismo brasileiro nascerá com o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista e empunhando a bandeira de reformar a estrutura social e sobretudo econômica imposta aos assalariados. Segundo Rios,[29] o "nosso" cooperativismo surge como uma caricatura do modelo inglês das cooperativas de consumo, com base no modelo Rochdaliano. Já para Kloes[30], o Cooperativismo brasileiro tem suas origens calcadas no século XVII, com a

---

[26] OCB - As Grandes Coordenadas do Cooperativismo Brasiliero, Vol. II, Brasília, OCB/COOPERCULTURA 1991, p. 214.

[27] idem, p. 214.

[28] OCB - Anuário do Cooperativismo Brasileiro - 1991, Brasília, OCB 1991. p. 4.

[29] RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é Cooperativismo. Brasiliense, São Paulo, 1989.

[30] KLOES, Luiz Salgado. História dos Pioneiros do Movimento Cooperativista no Brasil; in: Perspectiva Econômica, nº 42, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS. 1983. O autor narra como experiências cooperativistas além da República dos Guaranis, a atividade desenvolvida pelos quilombos ou ainda as Experiências Fourieristas de Cooperativas integrais (1840-1895) tais como as desenvolvidas em: Vila da Glória em São Francisco do Sul-SC (1842-1843); A Colônia Belga em Santa Catarina (1845-1860); A Colônia Tereza Cristina, no Paraná (1847); A Colônia Cecília no Paraná (1890). Kloes, trata também as manifestações cooperativistas como: O movimento dos MUCKER no Rio Grande do Sul (1872-1890) ; A experiência do Padre José Maria Jacob em SC; A experiência do padre Teodoro Amstad no Rio Grande do Sul e outros de caráter messiânico no Sul do País.

o Cooperativismo brasileiro tem suas origens calcadas no século XVII, com a República Cooperativa dos Guaranis (1610-1768), representado pela experiência das reduções jesuíticas dos Povos Guaranis.

O que de fato pode ser visto na história do Cooperativismo brasileiro, é que este teve influência dos povos europeus que para aqui vieram. Notadamente o que podemos perceber é que o modelo hoje vigente de cooperativas, tanto no meio urbano quanto rural, é fruto daquele cooperativismo surgido na Europa com o advento da revolução industrial.

Uma característica semelhante que podemos encontrar nas origens cooperativistas com o movimento desenvolvido na Europa, não está apenas na sua formulação no meio urbano, mas na sua participação social e religiosa. A primeira cooperativa, em 1891, surgiu em São Paulo associando os empregados da Companhia Telefônica de Limeira e a segunda, no mesmo ano, surge no Rio de Janeiro, associando militares a uma Cooperativa de consumo. Contudo, o próprio empresariado começa a perceber a utilidade política das Cooperativas, principalmente como instrumento de freio ao movimento operário desencadeado no século passado. No Nordeste, o sindicalismo Cristão, através do industrial Carlos Alberto Menezes, cria em sua fábrica de tecidos, em Pernambuco, serviços de Assistência Social e Cooperativas de Consumo. Objetivava o Sindicalismo Cristão, aumentar o controle dos patrões sobre os operários e distanciá-los das formas de organizações combativas. "*A Federação Operária Cristã, de Pernambuco tinha como uma de suas funções, ligar entre si todas as associações operárias e patronais, evitando as greves e escamoteando a luta de classes*".[31]

SC; A experiência do padre Teodoro Amstad no Rio Grande do Sul e outros de caráter messiânico no Sul do País.

[31] REZENDE, Antônio Paulo. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo, Ática; 1986, p. 13.

Do urbano para o rural, as iniciativas cooperativas no Brasil surgiram a partir do início deste século (1902) no setor de crédito e, posteriormente, com cooperativas agropecuárias, em 1906. Ambos os segmentos são fundados no Rio Grande do Sul pela iniciativa de imigrantes europeus, que também eram religiosos. São os imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses, pequenos proprietários no Sul e Sudeste do País que se estabeleceram nas colônias e trouxeram dos seus países de origem a experiência da pequena propriedade familiar, propícia ao cooperativismo. "*Por isto as cooperativas de crédito e a de produção agropecuária tiveram entre as regiões de imigração o maior respaldo e as melhores condições iniciais de expansão e dentro de um modelo autônomo e livre de influências oficiais*".[32]

Porém, não foi esta a característica que predominou na expansão do cooperativismo agrícola brasileiro. No Sul e Sudeste do País, o surgimento das cooperativas agrícolas se deu também como uma conseqüência da própria organização social de produção ali desenvolvida. Contudo, o trabalhador assalariado no campo ou mesmo o "colonato" das fazendas de café, especialmente no Sudeste do Brasil, não obtiveram sucesso econômico na organização em cooperativas agrícolas. No Rio Grande do Sul, a expansão do capitalismo de forma mais dinâmica junto à pequena produção é que propicia o surgimento das cooperativas agrícolas. "*Os pequenos produtores, que mantinham laços de dependência com os comerciantes das colônias agrícolas, podem ser apontados como um primeiro elemento da genealogia do cooperativismo agrícola colonial no Estado*"[33]. Contudo, com a expansão das relações capitalistas no campo, as cooperativas organizadas por pequenos produtores, para comercializarem o excedente da produção e contraporem-se à figura do intermediário, são tragadas pela dinâmica desse capital. Quanto à

---

[32] SCHNEIDER, José Odelso. Tendências do Cooperativismo Brasileiro; in. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro - Manual do Cooperativismo Vol. I, São Paulo, CNPq, 1982, p. 168.

[33] DUARTE, Laura Maria Goulart Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.; L & PM editores, Porto Alegre-RS, 1986, p. 36.

eficácia, portanto, esperada da organização cooperativista, diante do mercado e das formas de produção capitalistas, elas fracassam. O Estado terá um papel importante, também, na definição dos rumos empresariais que o cooperativismo assumirá, principalmente a partir da década de 1930. Intervindo na economia, o Estado será o tutor do cooperativismo, com a finalidade de promover esse setor como elemento necessário à viabilização da política oficial para o setor agrário.

Com a interferência do Estado, o compromisso do cooperativismo brasileiro assume as características de reprodutor das suas ações no campo econômico e social.

1.4 - Estado e Cooperativismo

A identificação formal da relação do Estado com o cooperativismo no Brasil, acontecerá no Governo Vargas com a edição do Decreto nº 22.239 de 19/12/32 que, em seu artigo 2º, definia as cooperativas como: sociedade de pessoas, de natureza civil ou mercantil, com forma jurídica ***"sui generis"*** sem objetivo de lucro. A partir do primeiro governo Vargas podemos entender o caráter histórico da intervenção do Governo Federal na regulamentação das cooperativas agrícolas, com o objetivo de expandir a produção agrícola, principalmente de alimentos destinados ao abastecimento interno do país.

Ao interferir formalmente na organização das cooperativas, não só agrícola mas de todos os tipos, o governo estabelece também a função ideológica da sua atuação. No Decreto 22.239 o Estado cria também normas de funcionamento, dentro das variantes doutrinárias do cooperativismo Europeu. É o que podemos constatar no citado decreto, em seu artigo 2º, que nos diz o seguinte: a) variabilidade do capital social; b) não limitação do número de associados, sendo entretanto, esse número no mínimo de sete; c) limites no valor da soma das quotas-partes do capital social de cada associado; d)

inacessibilidade das quotas-partes do capital social a terceiros estranhos à sociedade, ainda mesmo em "***causa mortis***"; e) "***quorum***" para funcionar e deliberar a assembléia geral, fundado no número de associados presentes e não no capital social representado; f) distribuição de lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital social realizado, um juro fixo, não maior que doze por cento ao ano, previamente estabelecido nos estatutos; ou ausência completa da distribuição de lucros; g) indivisibilidade do fundo de reservas ao associado, mesmo em caso de dissolução da sociedade; h) singularidade de votos nas deliberações, isto é, cada associado tem um só voto, quer a sociedade tenha quer não tenha capital social, e esse direito é social, não admite representação, senão em casos especiais, taxativamente expressos nos Estatutos, não sendo, nesses casos, permitido a um associado representar mais que um outro.

Como podemos ver, os princípios da organização e funcionamento da entidade cooperativa se insere nas diretrizes da doutrina liberal[34], com uma característica, porém, contraditória, visto que essa determinação, parte do próprio Estado. Dentro dessa perspectiva formal, legal, no governo militar, o Decreto-Lei 59/66 revoga o decreto 22239 e, em 1971 a lei 5764 revoga o decreto 59/66, dando características nitidamente empresariais às cooperativas e determinando a sua política e dependência dos órgãos oficiais para funcionamento, fiscalização e crédito. O próprio modelo econômico pós 64 e a política do capital para a agricultura mudam o quadro das cooperativas agrícolas no país, principalmente na década de 70.

[34] Para a concepção política liberal, a tarefa do Estado consiste única e exclusivamente, em garantir a proteção da vida, a saúde, a liberdade e a propriedade privada contra ataques violentos. "Tudo que vá além disso é mau"; in: VON MISES, Ludwing (1881-1973), Liberalismo Segundo a Tradição Clássica; Rio de Janeiro; José Olympio - Instituto Liberal 1987, p. 53.

O quadro I nos mostra, na década de 70, uma redução sensível no número das cooperativas agrícolas, ocasionado não apenas por uma legislação que estimulava a fusão de cooperativas, mas por uma política de incentivos ao desenvolvimento da agricultura capitalista e pela facilidade de crédito subsidiado. As cooperativas que se reestruturam ou que surgiram com base nitidamente empresariais, se sustentaram no mercado. "*Na verdade, a promulgação da lei 5764, de dezembro de 1971, de orientação nitidamente empresarial, inicia o período o período de caracterização como de "renovação de estruturas", que enfatiza a primazia da qualidade sobre a quantidade, estimulando a fusão de cooperativas agrícolas isoladas e abrindo espaço para a integração vertical de cooperativas já assentadas sobre bases econômicas mais sólidas*"[35].

QUADRO I: Evolução das Cooperativas Agropecuárias e Taxas de Crescimento - Brasil - 1940/1977.

ANOS	COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS		LEGISLAÇÃO EM VIGOR
	QUANTIDADE	TX. DE CRESC. %	
1940	465	--	Decreto 22.239
1951	1.408	303	Decreto 22.239
1960	1.808	28	Decreto 22.239
1966	2.377	31	Decreto-Lei 59
1971	1.737	-27	Lei - 5764
1975	1.543	-21	Lei - 5764
1977	1.252	-18	Lei - 5764

Fonte: INCRA

A Legislação cooperativista de 1971, realizada com base na realidade política do período está assentada na necessidade do Estado ter esse segmento como instrumento de sua política para o meio rural, viabilizará as grandes

[35] SCHNEIDER, João Elmo: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1981, p. 15.

cooperativas agropecuárias, principalmente aquelas que assumirão importância efetiva na relação produção agrícola – complexo agroindustrial. É a partir dessa identificação, da amarração com o capital financeiro, da operação efetiva no comércio de grãos e também, em algumas regiões, da montagem de uma estrutura de recepção e processamento e/ou beneficiamento do produto agrícola, que o cooperativismo nesse setor se afirmará economicamente.

A política governamental também incentivava a colonização particular na Amazônia e estabelecia, através do estatuto da Terra, artigo 60, o favorecimento aos interessados, pessoas físicas ou jurídicas, grupos nacionais e estrangeiros, a executarem projetos de colonização. Para isso o governo oferecia todo o estímulo necessário ao sucesso do empreendimento entre os quais: assistência técnica, eletrificação rural, crédito, seguro agrícola, garantia de preços mínimos, etc. (art. 73 - Lei 4504). Nesses projetos de colonização, realizados principalmente ao longo das rodovias transamazônica e da Cuiabá-Santarém, a forma particular ou governamental teve no cooperativismo os meios mais atraentes de assentar os colonos.

A história dos projetos oficiais de colonização através da organização demonstrou que essa forma de intervenção não obteve o sucesso esperado para o Estado, principalmente no que diz respeito à contenção dos movimentos sociais ou à fixação do homem à terra. O Estado, aos poucos, abandonou a assistência técnica e creditícia às pequenas cooperativas e a seus cooperados dos projetos oficiais de colonização. Os movimentos sociais no campo se intensificaram e o governo abandonou de vez a estratégia de colonização cooperativista e partiu para uma agressão mais intimidatória aos trabalhadores do campo. O período de 1969-1973 foi extremamente crítico para o encaminhamento da questão fundiária no país. Foi um período de intensa repressão política, tanto no campo quanto na cidade, e o exército manteve um confronto direto com o movimento guerrilheiro na Região Amazônica.

A década de 70 definirá o perfil clássico da relação Cooperativa-Estado, no Brasil. Os governos militares intensificaram suas ações contra os movimentos sociais no campo e inibiram qualquer perspectiva de crescimento de cooperativas oriundas desse movimento ou que representassem a organização de pequenos produtores ou trabalhadores rurais. Por outro lado, procurará realizar a satisfação do grande capital que o apoiara em 1964. O desenvolvimento da agricultura capitalista encontrará nas grandes cooperativas um canal ideal para a veiculação das modernas técnicas de produção agrícola e, com isso, um estreitamento de relações com o setor industrial e o capital financeiro.

Por outro lado, o cooperativismo agrícola na década de 70 se afirmará como um organismo de defesa política e econômica das classes dominantes no meio rural. "*Desse modo, nas condições políticas em que essa forma de associativismo se desenvolve – consolidação do Estado autoritário – o cooperativismo politiza-se, corporativamente, ao ponto de se tornar o canal político efetivo básico dos interesses das camadas sociais rurais melhor situadas sócio-economicamente e ou da expressão daqueles que, se bem que contraditórios em relação às políticas estatais, não põem em questão o processo de acumulação e reprodução do capital*"[36].

As cooperativas agropecuárias realizarão um papel fundamental para o Estado como instrumento de mediação política nas questões sociais no meio rural. O Governo consegue assim resolver seus problemas, perante as tensões sociais sem por em questão o padrão de acumulação vigente. A Revista Nacional de Cooperativismo editada pela O.C.B. – Organização das Cooperativas Brasileiras, destaca em sua edição de dezembro de 1979, a posição do governo para com o setor quando diz: "*Uma vez que o Cooperativismo já demonstrou suficientemente a sua eficácia como instrumento de modernização e*

[36] CORADINI, O. L. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais O caso do trigo e da soja, in: Agricultura, Cooperativas e Multinacionais Rio de Janeiro, Zahar. 1983, p. 65

desenvolvimento do setor agropecuário, o governo tende a torná-lo executor dos seus programas de desenvolvimento setoriais, mediante condições especiais de obtenção de recursos e de tributação"[37]. É nesse prisma de entre-ajuda, Estado-classe dominante rural organizada, que o cooperativismo se desenvolverá com traços marcantes, a partir da década de 30, nas regiões sul e sudeste do país e, a partir da década de 70, nas demais regiões do Brasil, como instrumento útil à expansão, reprodução e acumulação do capital na agricultura.

1.5 - Desenvolvimento Capitalista no Campo e as Cooperativas Agropecuárias.

Já foi exposto anteriormente, na análise sobre a relação Estado-Cooperativismo, que no contexto histórico o cooperativismo agrícola assume um papel importante na mediação sócio-política junto ao desenvolvimento das forças produtivas no meio rural, com vistas a propiciar a reprodução e expansão do capitalismo. Analisamos também que a interferência do Estado começa efetivamente com o governo Vargas (1° mandato) e se acentua muito mais a partir da década de 70. Coincide este último período com a atuação mais marcante do Estado na expansão de áreas para a produção agrícola, facilidade de crédito, repressão política, criação de uma legislação cooperativista com características nitidamente empresariais, etc.

A compreensão do processo de desenvolvimento do Cooperativismo Agrícola no Brasil está estritamente relacionada com o avanço da agricultura capitalista. Anteriormente à década de 30, as cooperativas no meio rural nascem no sul e sudeste do país, por iniciativa dos próprios produtores rurais sem a interferência do Estado. Posteriormente ao Governo Vargas, esse cooperativismo se expandirá em outras regiões do país, dentro da política do governo de expansão da produção agrícola para abastecimento do mercado interno. As

[37] OCB - A Revista Nacional do Cooperativismo. Nov./dez. 1979 - Brasília-DF

regiões Sul/Sudeste do Brasil, pelas suas características econômicas, se constituirão no polo centralizador do maior número de cooperativas brasileiras, como nos mostra o quadro II, a seguir.

A interação deste quadro II, segundo o qual as regiões sul/sudeste do país contam com 76% das cooperativas agropecuárias, em 1940, e mantém um número elevado dessas entidades, ao longo das décadas seguintes, é realizada também por Schneider[38] como resultado da lógica da reprodução das estruturas econômico-sociais vigentes na sociedade brasileira. Consolida-se esse segmento do Cooperativismo nas regiões mais dinâmicas e junto aos produtos mais "nobres" (economicamente mais rentáveis - soja e trigo) em detrimento daqueles considerados tradicionais (menos rentáveis economicamente).

QUADRO II: Cooperativas Agropecuárias Brasileiras - 1940/1980. Por regiões.

REGIÕES	PERÍODO				
	1940	1950	1960	1970	1980
SUD/SUL	402 (76%)	835 (70%)	1.188 (68%)	830 (72%)	982 (66%)
NE	118 (22%)	296 (25%)	453 (26%)	248 (21%)	408 (27%)
N/C.O	10 (2%)	60 (5%)	98 (6%)	82 (7%)	90 (7%)
BRASIL	530 (100%)	1.191(100%)	1.739(100%)	1.160(100%)	1.480(100%)

Fonte: Manual de Cooperativismo - Vol. IV, p. 63*

A tendência do cooperativismo agrícola em crescer nas regiões economicamente mais ricas e com base nos produtos mais rentáveis nos mostra que esse segmento tem um compromisso claro com um determinado extrato social que detém os meios de produção no meio rural. Isto é, é característica

[38] SCHNEIDER, João Elmo; op. cit

* Os dados desta fonte diferem daqueles utilizados por nós anteriormente no quadro I. Contudo, o que nos interessa é o enfoque regional para mostrar que as cooperativas agropecuárias cresceram em maior número nas regiões economicamente mais desenvolvidas no Brasil

básica dos associados das cooperativas agropecuárias serem proprietários. Em pesquisa realizada sobre a distribuição dos produtores associados às cooperativas no Brasil em 1970 e 1975, (quadro III) podemos notar que 85,6% são proprietários da terra; 75% arrendatários; 4% ocupantes e 3,4% parceiros.

O quadro III também nos mostra que de 1970 para 1975 há um crescimento da participação dos proprietários rurais nas cooperativas, com um índice de 89%. Em relação ao tamanho dos estabelecimentos, encontramos um maior número de associados nos proprietários relacionados na faixa entre 10 e menos de 100 ha (60,3%), seguido daqueles entre 100 e menos de 1000 ha com 19,1% e ainda aqueles com menos de 10 ha com um índice de 18,3%.

QUADRO III: Distribuição dos Produtores Associados às Cooperativas Agropecuárias - Brasil/1970 e 1975

CONDIÇÕES DO PRODUTOR, CLASSE DA ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970		1975	
	Nºs Abs	%	Nº Abs	%
TOTAIS	413.587	100,00	423.371	100,00
Condições do produtor				
Proprietário	354.198	85.6	376.949	89.0
Arrendatário	28.777	7.0	20.010	4.8
Parceiro	14.009	3.4	10.751	2.4
Ocupante	16.603	4.0	15.661	3.7
CLASSE DA ATIVIDADE ECONÔMICA				
Agricultura	235.024	56.8	251.812	59.5
Pecuária	138.588	33.5	148.398	35.0
Agropecuária	26.491	6.4	12.960	3.1
Outras	13.484	3.3	10.201	2.4
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)				
Menos de 10	75.677	18.3	62.948	14.8
10 a menos de 100	249.436	60.3	263.271	62.2
100 a menos de 1000	78.941	19.1	97.202	20.6
1000 a menos de 10000	9.145	2.2	9.594	2.3
10.000 e mais	315	0.1	289	0.1
Sem declaração	73	--	67	--

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários, 1970 e 1975. Apud Pizarro e CALSING; O Movimento cooperativista na Década de Setenta: in: Perspectiva Econômica nº 42.

pequena produção nos quadros de associados dessas organizações. Essa autora enfoca que *"Apesar dos benefícios que a cooperativa possa trazer aos associados, os laços de dependência entre a organização e os produtores tendem a se aguçar, em especial os pequenos, tem acesso aos dois mecanismos que reforçam a "articulação funcional", o crédito e a assistência técnica"*.[40]

Para a autora em questão o crédito oficial desempenha um papel fundamental na dinâmica do sistema, junto aos pequenos produtores. *Estes "ao substituírem sua linha de produção por produtos dinâmicos, como o trigo e a soja, tiveram que alterar suas bases produtivas, o que significou a utilização de insumos e equipamentos modernos"*[41]. As análises de Duarte se fundamentam em pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul onde constatou-se que o volume do crédito repassado às propriedades com menos de 50 ha, correspondia, em média, a mais de 50% do total de crédito repassado aos produtos trigo e soja, pelas cooperativas pesquisadas em 1975/1977.

A mudança da estrutura produtiva dos pequenos produtores exigirá uma utilização maior da mecanização, adubação e demais tratos culturais necessários para assegurar uma maior produtividade. A especificidade da produção e a utilização do capital financeiro exigirá também uma maior especialização, monetarização dos custos de produção e acompanhamento técnico que só a cooperativa, com sua estrutura, pode fornecer.

Essa realidade sentida nas regiões sul e sudeste do país, principalmente, pode ser vista também no sudoeste goiano e configura-se como a expressão da lógica desempenhada pela organização empresarial cooperativa de favorecer a expansão da agricultura capitalista. Esse procedimento assegura a manutenção da pequena propriedade tecnificada e produtiva e também atende os interesses do

---

40 Idem, p. 62.
41 Idem, p. 65.

expansão da agricultura capitalista. Esse procedimento assegura a manutenção da pequena propriedade tecnificada e produtiva e também atende os interesses do complexo agroindustrial que expande o seu mercado de máquinas, equipamentos, adubos e herbicidas para a agricultura.

Uma análise importante sobre a participação dos estabelecimentos rurais em cooperativas é feita por Lauschner[42] que em seu trabalho enfoca o percentual de estabelecimentos rurais que comercializam através da cooperativa, dentro de cada faixa de área no periodo de 1970. O que fica evidente é que na faixa de área entre 100 e menos de 1000 ha e acima de 1000 ha existe uma maior participação desses proprietários no processo de comercialização com a cooperativa. Essa característica que demonstra que a cooperativa se constitui na alternativa econômica para o grande produtor mais que para o pequeno. A produção da grande propriedade, com tendências à monocultura, se beneficia muito mais da cooperativa do que a da pequena que, ao diversificar, não encontra apoio adequado ao seu processo produtivo. Lauschner indica que "a alternativa dos pequenos agricultores será construir organizações próprias em torno dos produtos secundários ou marginais, viabilizando a comercialização por cooperativas próprias ou criando setores dentro das cooperativas existentes".[43]

A realidade mais próxima da indicação de Lauschner é a da criação de setores comerciais ou de atendimento às necessidades do pequeno junto às grandes cooperativas. Contudo, a análise mais correta que se tem da participação do pequeno produtor na grande cooperativa, vem de Duarte[44] no sentido de que aqueles atuam de forma funcional na organização. Sua participação em Assembléias ou na relação produto/serviços cooperativista corrobora a política desenvolvida pela grande produção em suas várias fases, como se pode verificar

---

42 LAUSCHNER, Roque; El Sector Agroindustrial y el desarollo Econômico: in Perspectiva Econômica n. 54, São Leopoldo RS - uNISINOS, 1986,

43 Idem p. 25.

44 DUARTE, Laura Maria Goulart, op cit

expansão da agricultura capitalista. Esse procedimento assegura a manutenção da pequena propriedade tecnificada e produtiva e também atende os interesses do complexo agroindustrial que expande o seu mercado de máquinas, equipamentos, adubos e herbicidas para a agricultura.

Uma análise importante sobre a participação dos estabelecimentos rurais em cooperativas é feita por Lauschner[42] que em seu trabalho enfoca o percentual de estabelecimentos rurais que comercializam através da cooperativa, dentro de cada faixa de área no periodo de 1970. O que fica evidente é que na faixa de área entre 100 e menos de 1000 ha e acima de 1000 ha existe uma maior participação desses proprietários no processo de comercialização com a cooperativa. Essa característica que demonstra que a cooperativa se constitui na alternativa econômica para o grande produtor mais que para o pequeno. A produção da grande propriedade, com tendências à monocultura, se beneficia muito mais da cooperativa do que a da pequena que, ao diversificar, não encontra apoio adequado ao seu processo produtivo. Lauschner indica que "a alternativa dos pequenos agricultores será construir organizações próprias em torno dos produtos secundários ou marginais, viabilizando a comercialização por cooperativas próprias ou criando setores dentro das cooperativas existentes".[43]

A realidade mais próxima da indicação de Lauschner é a da criação de setores comerciais ou de atendimento às necessidades do pequeno junto às grandes cooperativas. Contudo, a análise mais correta que se tem da participação do pequeno produtor na grande cooperativa, vem de Duarte[44] no sentido de que aqueles atuam de forma funcional na organização. Sua participação em Assembléias ou na relação produto/serviços cooperativista corrobora a política desenvolvida pela grande produção em suas várias fases, como se pode verificar

---

42 LAUSCHNER, Roque; El Sector Agroindustrial y el desarollo Econômico: in Perspectiva Econômica n. 54, São Leopoldo RS - uNISINOS, 1986,.

43 Idem p. 25.

44 DUARTE, Laura Maria Goulart, op cit

nas análises de Loureiro[45] a respeito da Cooperativa Agrícola de Cotia e a subordinação camponesa ao capital industrial e financeiro. Nos dados colhidos[46] junto à Cooperativa Mista dos produtores rurais do Sudoeste Goiano Ltda. - COMIGO encontramos um quadro social em constante crescimento com uma alteração fundamental na sua composição inicial, considerada 100% de grandes produtores em 1975. Quinze anos depois encontramos uma realidade que nos mostra 82% na categoria de pequenos produtores e mini produtores e 18% entre médios e grande produtores. Esse quadro não é muito diferente nas demais cooperativas do Sul e Sudoeste do Estado de Goiás, onde se encontram as maiores cooperativas goianas (COMIGO, COMIVA, COPRIL, AGROVALE e COMPSGOL).

Todas essas cooperativas goianas citadas nasceram na década de 70, quando regionalmente temos um acelerado desenvolvimento da agricultura capitalista no Estado, notadamente com uma ênfase maior nas áreas de cerrado do Sul e Sudoeste Goiano. O que podemos notar, em âmbito nacional com relação às cooperativas agrícolas é que estas, na década de 70, são reduzidas drasticamente, principalmente nas regiões nordeste e sudeste do país. A redução se explica pela OCB como fruto do desenvolvimento empresarial necessário ao bom funcionamento das entidades sob o regime da Lei 5764/71.

A compreensão melhor desse fato pode ser encontrada na análise das políticas oficiais e no modelo de desenvolvimento do governo pós-64. A partir de 1970 o governo militar reestrutura a base institucional para atuar junto a questão agrária e agrícola brasileira. O propósito do governo se definia pela interferência dos movimentos sociais no campo e, ao mesmo tempo, na busca da satisfação do grande capital que o apoiara no golpe de 1964. Portanto, já no Estatuto da Terra encontramos a interferência geo-política do governo militar junto à questão

45 LOUREIRO, Mª Rita Garcia; Cooperativismo e Reprodução Camponesa; in: Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Cortês, 1981.

46 Dados encontrados nos Relatórios anuais de prestação de contas da COMIGO e cadastro de associados.

agrária o que se afirmará, com mais contundência, no Governo Médici. Nesse governo aparecem os planos e projetos de grande envergadura como O P.I.N. (Plano de Integração Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste) em 1971.

A criação do INCRA vinculado ao Ministério da Agricultura é vista por Martins como forma de dar vazão às propostas de desenvolvimento econômico e de ter em conta a questão social dos trabalhadores sem terra. Essa mudança visava "*desvencilhar os programas de desenvolvimento de concessões à questão fundiária, a dar peso decisivo aos interesses e propostas das empresas privadas e, a permitir uma reformulação política governamental de reorientar os fluxos migratórios para fora do campo e não para o campo*"...[47].

Objetiva o governo, com essa política, aliviar os conflitos sociais no campo, oferecer força de trabalho aos centros urbanos e incentivar o desenvolvimento capitalista da agropecuária através das grandes empresas que quisessem se estabelecer no meio rural. Inaugura-se, assim, a fase dos grandes projetos regionais como fonte de recursos subsidiados, não só para a Amazônia como para as demais regiões brasileiras.

A rearticulação do Estado em relação à questão agrária lhe permite alterar suas relações com os grupos tradicionais privilegiando as formas "modernas" ou empresariais de produção agrícola. Estímulos e subsídios são dados à indústria e à agricultura. A indústria avança para o campo e a agricultura consome máquinas, equipamentos, insumos modernos, semente selecionada, fertilizantes, crédito subsidiado, etc. A incorporação progressiva da agricultura ao processo de acumulação capitalista propicia o surgimento do complexo agro-industrial, o que

---

47 MARTINS, José de Souza; A militarização da questão Agrária no Brasil; Petrópolis, Vozes, 1985 p. 45. Neste livro o autor aborda a destruição da base institucional da Reforma Agrária no Governo Médici e a Inauguração dos Pólos de Desenvolvimento que concebia a Amazônia como uma fronteira de recursos e não mais como uma região problema

dará ao capital financeiro e industrial novas formas de realização dentro da agricultura[48].

Alguns autores que tratam desse assunto, como Sorj, Coradini, Costa Delgado e Martine, nos remetem à análise de que o modelo básico da agricultura brasileira tem suas raízes nas formas de produção agrícola norte-americana e que, a partir da década de 60, a conjugação de alguns fatores propiciam o desenvolvimento da agricultura capitalista, quais sejam: a) o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa, o que propicia a descoberta de novos cultivares e a produção de semente selecionada bem como a combinação eficiente da utilização de fertilizantes em cada ambiente; b) a integração funcional entre pesquisa agrícola, indústria de insumos e crédito agrícola; c) a elevação de preços de grãos no mercado internacional e a dependência crescente do mercado externo que exige do produtor/exportador mais eficiência na produção e produtividade, e dentro da análise de Martine[49] "as condições favoráveis para o capital, na segunda metade da década de 60, em função da grande disponibilidade de recursos financeiros vindos do exterior, do arrocho salarial, dos ótimos preços internacionais e da conseqüente recuperação da economia, propiciaram a geração de excedentes de proporções notáveis..."

Com base nessa característica do modelo econômico brasileiro podemos analisar o crédito agrícola como sendo um dos instrumentos de suma importância na viabilização do modelo junto ao meio rural, como vemos no quadro a seguir.

48 MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Os impactos sociais da Modernização Agrícola. São Paulo. Ed. Caetés, 1987, p. 20.
49 Idem, p. 21.

QUADRO IV: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas rurais. 1970/1980.

ANO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALORES	
	Total Geral dos Contratos, Custeio, Investimento, Comercialização	CR$ (Milhões)	US$ (1.000)
1970	1.190.592	9.248,0	1.868.282,8
1971	1.252.800	12.869,7	2.283.886,4
1972	1.266.200	18.668,8	3.003.829,4
1973	1.399.700	30.333,9	4.876.832,7
1974	1.450.400	48.272,8	6.492.642,9
1975	1.856.100	89.997,1	9.922.502,7
1976	1.832.200	130.226,2	10.548.902,0
1977	1.722.200	165.858,7	10.333.875,0
1978	1.895.500	233.942,5	11.385.725,0
1979	2.373.500	448.730,9	11.334.164,0
1980	2.766.100	859.193,1	13.416.925,0

Fonte: Banco Central.

Esse volume de crédito quando distribuído por categorias de produtor, produto e região, pode demonstrar a sua concentração nos grandes produtores, nos produtos como a soja e trigo e nas regiões sul e sudeste do país.

Nas análises de Munhoz[50] a pequena participação do pequeno produtor no crédito não é uma coisa nova no Brasil. Os dados do Banco do Brasil nos mostram que, em 1955, os pequenos produtores obtiveram apenas 3,8% do total de créditos concedidos à agricultura. Em 1960 esse percentual se elevou para

[50] MUNHOZ, Dércio Garcia; Economia Agrícola Agricultura uma defesa dos subsídios. Petrópolis-RJ. Ed. Vozes, 1982, p. 50.

6,2% e em 1976 a pequena produção obtinha tão somente 11,4% dos financiamentos.

QUADRO V: Créditos concedidos através do Banco do Brasil segundo o tamanho dos produtores - 1979/1980.

	NÚMERO DE CONTRATO				VALOR DOS CRÉDITOS (CR$ Bilhões)			
TAMANHO DO PRODUTOR	1979		1980		1979		1980	
	Contratos (1000)	%	Contratos (1000)	%	Cr$ Bilhões	%	CR$ bilhões	%
MINI E PEQUENOS	1.009,3	71,3	1.427,5	79,5	63,4	25,9	138,8	28,7
DEMAIS	406,6	28,7	369,1	20,5	181,1	74,1	342,9	71,3
TOTAL	**1.415,9**	**100,**	**1.796,6**	**100,**	**245,5**	**100,**	**481,2**	**100,**

Fonte: Banco do Brasil

Observamos neste quadro que houve expansão do número de contratos para a pequena produção de 1979 para 1980, contudo a participação no volume total dos créditos ainda continua pequena, na faixa de 28,7%.

O enfoque que nos interessa aprofundar neste trabalho é o da inserção do cooperativismo agrícola nesse contexto histórico-econômico onde ele representará os interesses organizados da classe proprietária rural, enquanto instrumento de desenvolvimento e reprodução do capitalismo na agricultura . As cooperativas agrícolas fundadas na década de 70, sob a orientação da lei 5.764 e com uma orientação eminentemente empresarial, podem ser vistas sob dois aspectos: o primeiro é o da racionalização econômico-produtiva que essa organização exerce; o segundo é o da mediação sócio-política que essas cooperativas assumem no processo social, com vistas a viabilizar e reproduzir as relações capitalistas.

A origem desse tipo de cooperativismo é a mesma em todo o país, ocorrendo diferenças apenas quanto ao tempo e lugar de atuação. Os Estados do Sul e Sudeste do País, com características históricas diferentes quanto a sua ocupação e desenvolvimento do capitalismo, destacam-se como pioneiros desse tipo de cooperativismo empresarial, já a partir da década de 50, com o Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional. A dinâmica do capital e a absorção desta pela organização cooperativa a fará expandir além do processo de produção primária. As cooperativas passarão a ser o canal viável entre o complexo agroindustrial e o Estado. A preocupação dos produtores e do Governo na resolução dos problemas pertinentes à produção, com todas as suas vertentes, unifica o discurso doutrinário cooperativo que terá uma maior conotação com a criação da lei cooperativista 5764/71, que em tempos de "cólera" do regime militar procura transformar o cooperativismo agrícola em um canal político efetivo.

É nesse tempo histórico, a partir de 1970, que Goiás renasce para o Cooperativismo com perspectivas de se desenvolver empresarialmente. A base desse desenvolvimento está na intensidade com que se procurou ocupar os cerrados através da utilização de máquinas, implementos e adubos químicos, nunca antes utilizados em escala tão elevada.

O Sudoeste Goiano é a referência de nossa análise, porque é nesta microrregião que encontramos os fundamentos necessários para a interpretação da lógica do capitalismo e da atuação cooperativista. A nossa análise passa pela interpretação histórica da formação econômica de Rio Verde e da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Rio Verde Ltda. - COMIGO.

1.6 - O Cooperativismo Goiano

O cooperativismo Goiano tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 1940. O seu nascimento

tem forte dependência do Governo Federal e Estadual no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento, que objetivam ter nos Estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentasse a indústria no Sul e Sudeste do País.

A Constituição do Estado de Goiás, de 1946, em seu artigo 36, estabelecia imunidade tributária para todas as cooperativas. Havia nessa época, como órgão integrante da Secretaria de Agricultura, o Serviço de Economia Rural, ao qual estava afeta a promoção, incentivo, estímulo e assistência ao Cooperativismo. Esse órgão desenvolveu alguns trabalhos que resultaram nas primeiras cooperativas goianas, experiência que, pelas características de atrelamento ao Estado[51], ausência de crédito, ausência de assistência ao processo produtivo e de uma política efetiva de apoio ao homem do campo, não obteve resultados positivos.

As primeiras cooperativas surgiram em Goiás a partir de 1949, porém todas tiveram vida curta. O governo desenvolveu um projeto com objetivo de trazer imigrantes para Goiás, não somente com a intenção de povoar o Estado, mas também de incrementar novas técnicas de produção agrícola na região.

As três primeiras cooperativas foram constituídas por imigrantes italianos e poloneses. No município de Rio Verde foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, em março de 1949, com objetivo de abrigar 3.000 famílias em uma área de 150.000 ha. Essa cooperativa foi fundada na Itália e se estabeleceu em Goiás já com um quadro social de 400 agricultores italianos. Desses apenas 106 cooperados chegaram à região e, devido às dificuldades encontradas, abandonaram o projeto, as terras e a própria cooperativa, um ano após sua criação.

[51] As Cooperativas eram constituídas por orientação do Decreto 22.239, do Governo Federal.

Duas outras cooperativas foram fundadas nesse mesmo período e tinham em seu quadro social os imigrantes poloneses, que, em maio de 1949, fundaram, na cidade de Itaberaí, a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí. Esta cooperativa assentou 61 famílias de "deslocados de guerra". Em outubro de 1957 essa entidade deixou de existir.

Em 1949 foi fundada outra cooperativa de poloneses na Fazenda Córrego Rico, situada na região entre as cidades de Itauçu e Itaberaí, com o nome de Cooperativa Rural de Córrego Rico, que durou até 1957.

As cooperativas de imigrantes, assim como todo o projeto de colonização no pós-guerra, tiveram uma forte resistência dos grupos oligárquicos goianos que, criaram várias barreiras para inibir qualquer organização desse tipo em Goiás. Uma campanha contrária à imigração foi desencadeada pelo jornal "O Estado de Goiás" que relacionava os "deslocados de guerra" às idéias de Prestes[52] numa alusão de que eram comunistas. Alertava também o referido jornal para o prejuízo que a vinda dos imigrantes acarretaria para os brasileiros . "O imigrante era visto como o que vem de fora para tomar terras e riquezas do brasileiro"...[53]

Com uma série de campanhas contra o processo de imigração, o governo estadual deixou de dar apoio técnico e creditício às cooperativas, o que provocou o consequente desestímulo à produção e a saída dos associados.

Na década de 50 surgiram várias cooperativas de crédito rural, e na de 60 as primeiras cooperativas de consumo e as agropecuárias. Contudo, somente na década de 70 houve nova fase de estruturação do Cooperativismo Goiano, fortemente amarrado às políticas oficiais.

---

[52] MAGALINSKI, Jan; Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí - (fixação de deslocados de guerra na Zona Rural de Goiás) - Dissertação de Mestrado em História - UFG, 1978.
[53] Idem, p. 197.

A partir de 1970 a realidade do crédito rural e da agricultura mecanizada propiciou o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e do corpo técnico para atender o cooperado. O pensamento empresarial-cooperativista nasceu nesse período. O segmento que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário.

No Norte Goiano, através de um programa estabelecido pelo Banco da Amazônia, criaram-se várias cooperativas. Na década de 60, esse programa do Banco consistiu em fornecer crédito somente àquele produtor que estivesse em uma cooperativa. Com base nessa orientação, inclusive encampada pelos órgãos do Governo Estadual, as entidades que nasceram não conseguiram estabelecer uma identidade da cooperativa com o quadro social. A maioria fracassou porque a partir já da organização inicial da cooperativa os associados apenas se interessaram pelo crédito subsidiado do banco e, quando esgotaram-se as fontes financeiras a cooperativa deixou de existir[54].

O movimento dos trabalhadores do campo, no início dos anos 50, fundou na região de Trombas e Formoso a primeira organização popular cooperativista dentro do que se consignou chamar a "República Cooperativista de Trombas e Formoso". Essa cooperativa surgiu como fruto da luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra. O movimento surgiu em 1950 e terminou com o advento do Governo Militar em 1964.[55]

Na década de 60, no Governo Mauro Borges, foi fundada a Cooperativa de Colonização do Combinado Agrourbano de Arraias. Essa experiência foi trazida de Israel, contudo não pode ser plenamente executada porque os Governos após

---

[54] As informações a esse respeito podem ser encontradas nos arquivos de registro de cooperativas do Departamento de Cooperativismo da Secretaria da Agricultura de Goiás.

[55] CARNEIRO, Maria Esperança F.; A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas 1950-1964. Dissertação de Mestrado em História/UFG, 1981.

Mauro Borges não deram prosseguimento ao projeto retirando o apoio técnico e financeiro.

A partir da década de 70 o Cooperativismo Goiano inicia o seu processo de integração aos projetos do Governo Federal para o setor rural. Começa com o redimensionamento da economia em âmbito nacional e a expansão da agricultura mecanizada. Essa fase proporcionou o surgimento de grandes cooperativas agropecuárias, nascidas no Sul e Sudoeste do Estado, tendo suas terras na proximidades dos centros mais desenvolvidos do País e dispondo da política oficial voltada para o setor.

No meio urbano, assim como em todo o País, as cooperativas de consumo, de crédito e de ensino, principalmente, sofreram um processo de retração e muitas deixaram de existir. O retorno desses segmentos ao processo de organização cooperativista se deu a partir da década de 80, quando presenciou-se o reaparecimento das cooperativas de crédito rural e mútuo, bem como as das cooperativas de ensino. Estas últimas são uma novidade, como resposta às dificuldades do sistema escolar. Surgem também as cooperativas de trabalho, organizando categorias profissionais com médicos, odontólogos, sapateiros etc.

O segmento agropecuário é o mais antigo do cooperativismo goiano, sua história é a base do cooperativismo no Estado de Goiás e seu crescimento está estritamente ligado ao desenvolvimento da agricultura e pecuária. Sua atuação tem se constituído, muitas vezes, em ponta-de-lança do processo de produção e de administração do empreendimento capitalista. O desenvolvimento da agricultura comercial e da utilização de novas técnicas de produção no meio rural tem nas cooperativas, principalmente no Sul e Sudoeste de Goiás, o principal ponto de partida. Nessas regiões vamos encontrar, a partir de 1970, um desenvolvimento acelerado da agricultura e com ela a criação das maiores cooperativas agropecuárias Estado.

O quadro do Cooperativismo Goiano pode ser representado da seguinte forma:

QUADRO VI: Cooperativas Goianas por segmento - Ano 1990

SEGMENTOS	N° COOPERATIVAS	N° COOPERADOS
Agropecuário	43	36.000
Consumo	16	10.000
Mineração	07	3.200
Trabalho	12	1.586
Crédito Mútuo	04	1.800
Crédito Rural	12	4.456
Escola	02	700
Ensino	09	2.400
Eletrificação	21	23.000
Habilitação	11	3.372
Centrais	02	17
Federações	01	21
TOTAL	**140**	**86.552**

Fonte: OCG

A esse período consignamos chamar de "a fase do cooperativismo empresarialmente desenvolvido", quando o produtor rural passa a ter na cooperativa a sua empresa de negócios. Isto é, dos seus negócios. Nesta fase, ainda notamos a presença do Estado e o surgimento de cooperativas de cima para baixo. Contudo, aos poucos os organismos estatais vão se afastando, visto que o cooperativismo cria seus próprios mecanismos de representação política.

As mais importantes cooperativas goianas na área de produtos agrícolas nasceram na década de 70 no Sudoeste e Sul do Estado. Em 1972 nasce em Mineiros a Cooperativa Agropecuária Vale do Araguaia LTDA., com a sigla

COMIVA; neste mesmo ano é fundada em Itumbiara a COPRIL - Cooperativa de Produção Rural de Itumbiara LTDA.; em 1974 surge a COMPSGOL - Cooperativa Mista de Produção de Soja de Goiatuba LTDA.; em 1975 a COMIGO - Cooperativa Mista de Produtores Rurais do Sudoeste Goiano LTDA. e em 1976 a AGROVALE - Cooperativa Mista do Produtores Rurais do Vale do Paranaíba LTDA. Essas cinco cooperativas representam em 1990, 30% do quadro social de todas as demais do Estado.

QUADRO VII: Cooperativas Agropecuárias de Goiás 1970-1990

Números de Cooperativas **Quadro de Associados**					
1970		**1984**		**1990**	
Coop.	**Assoc.**	**Coop.**	**Assoc.**	**Coop.**	**Assoc.**
34	13.700	49	24.829	43	36.000

Fonte: Secretaria de Agricultura de Goiás.

O quadro VII, das cooperativas agropecuárias goianas, registra uma diminuição do número de cooperativas de 1984 para 1990, o que se pode analisar como resultado da extinção de algumas entidades e também da incorporação das pequenas pelas maiores. A COMIGO incorpora, nesse período a cooperativa dos Produtores Rurais de Paraúna e a de Jandaia. Esse procedimento está relacionado com a tendência que o cooperativismo assume ao ter na cooperativa uma identificação com os procedimentos da grande empresa de negócios comerciais. A concorrência do capital, realizada de forma desigual, empurra as pequenas cooperativas à liquidação. Na década de 70 foram criadas 37 cooperativas agropecuárias sendo na sua maioria ligadas à pequena produção ou situando-se em regiões onde o produto predominante era a pecuária. Dessas entidades

somente 15 sobreviveram e, cinco delas são aquelas citadas do Sudoeste e Sul do Estado.

O ponto referencial para a compreensão da realidade do cooperativismo goiano no meio rural é o grau de compromisso que esse segmento assumiu no processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Quanto mais se integra ao processo agroindustrial mais sucesso tem esse tipo de organização. Essa é uma das razões fundamentais do fracasso de todas as pequenas cooperativas ou de todas aquelas que não conseguiram articular o desenvolvimento da agricultura comercial (mecanizada) com o complexo agroindustrial. Um exemplo notório dentro da década de 70 pode-se verificar com o surgimento das cooperativas de Eletrificação rural que, num determinado momento interessava ao Estado como forma de agilizar a expansão da energia elétrica como suporte à agricultura. Surgem nesse periodo 20 cooperativas de eletrificação rural dentro das facilidades propiciadas pelas políticas públicas. Contudo, na década de 80 essas cooperativas entram num processo de estagnação como conseqüência da política do governo para o setor e da frágil estrutura do próprio segmento que não participou do processo de acumulação realizado no complexo agroindustrial nesse mesmo período.

CAPÍTULO II
O SUDOESTE GOIANO
DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA ATÉ A COMIGO

2.1 - Caracterização da Microrregião e da Cidade de Rio Verde

A Microrregião Sudoeste Goiano é caracterizada atualmente pela composição dos seguintes municípios do Estado de Goiás: Aporé, Caiapônia, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis. A área total dessa Microrregião é de 56.567 km^2. O quadro VIII nos mostra a realidade de hoje sobre a população e tamanho de cada município.

O município mais antigo e o mais importante sob o aspecto de desenvolvimento econômico é o de Rio Verde.

A Lei nº 8, de 06 de novembro de 1854 criou a Vila do Rio Verde, contudo sua instalação se dá somente em 1862. Rio Verde torna-se cidade pela Resolução nº 670, de 31 de julho de 1882. No que concerne aos aspectos administrativos de Rio Verde, os dados extraídos da Carta de Alfredo Moreira Pinto nos permitiram elaborar o quadro IX .

QUADRO VIII: Quadro dos Municípios da Microrregião Sudoeste Goiano

Emancipação Política e Área

MUNICÍPIOS	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ANO	ÁREA DO MUNICÍPIO Km^2
1. Aporé	14.11.1958	5.030
2. Caiapônia	29.07.1913	7.102
3. Doverlândia	14.05.1982	3.064
4. Jataí	29.07.1882	9.862
5. Maurilândia	14.11.1963	662
6. Mineiros	24.05.1905	10.807
7. Montividiu	27.01.1988	--
8. Palestina de Goiás	27.01.1988	--
9. Portelândia	14.11.1963	729
10. Rio Verde	06.11.1854	11.475
11. Santa Helena de Goiás	20.10.1948	1.053
12. Santa Rita do Araguaia	12.10.1953	1.315
13. Serranópolis	14.11.1958	5.468
TOTAL		**56.567**

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de Goias - SEPLAN. 1989

QUADRO IX: Dados cronológicos de Rio Verde - 1886.

ETAPAS DA EMANCIPAÇÃO DE RIO VERDE	LEI OU RESOLUÇÃO	PERÍODO	
		DATA	ANO
.Paróchia de N. S. das Dores do Rio Verde	Lei Prov nº 06	05 agosto	1848
. Elevada à categoria de Vila	Lei Prov nº 08	06 novembro	1854
. Instalação da Vila		26 setembro	1862
. Comarca de 1 Instância	Lei Prov nº 454	30 setembro	1870
. Elevada à categoria de cidade	Lei Prov nº 670	31 julho	

Fonte CUNHA NETO, Oscar Rio Verde apontamentos para a sua historia - documentario ilustrado Goiânia Gráfica e Editora O Popular, 1988 p 128 dados montados por nos a partir da carta de Alfredo Moreira Pinto

O município de Rio Verde se confunde com a história da Microrregião.

A povoação do Sudoeste, notadamente a criação dos povoados de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde e Jataí, ocorre na terceira década do século XIX, como resultado da migração de mineiros e paulistas para o território goiano. Sob o ponto de vista administrativo os povoados pertenciam ao município da Capital da Província de Goiás, Vila Boa de Goiás. A criação do povoado de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde[1] acontece com a vinda da família de José Rodrigues de Mendonça que "lá pelos idos de 1840" chega à região. Essa família era mineira, mas sua última residência tinha sido o Estado de São Paulo e de lá, incentivada pela Lei nº 11, de 05 de setembro de 1838[2] se transferiu-se para Goiás, onde se apossou de uma vasta área de terras denominada Fazenda São Tomaz. Essa fazenda tinha a extensão de 07 (sete) sesmarias e, em 1904, foi dividida judicialmente dando origem a 462 propriedades com 385 donos. Nesse mesmo período a família de José Manoel Vilela se estabelece no atual Município de Jataí.

A imensa área do Sudoeste Goiano tinha como característica a predominância de uma vegetação de campos e cerrados, com boas águas e solo de aparente fertilidade às margens dos córregos, nos vales e baixadas. Era nesses lugares que se desenvolviam as lavouras de subsistência com base nas técnicas rudimentares de cultivo.

A região como um todo, dentro daqueles limites geográficos estabelecidos pela resolução de agosto de 1848, tinha uma superfície de 126 mil km^2, sendo 77.430 km^2 nos limites atuais do Estado de Goiás. O primeiro Recenseamento Geral do Império realizado em 1872 aponta a região com uma densidade demográfica de 0,07 hab. por km^2. Contudo, nos dados sobre o

---

[1] Em 25 de agosto de 1846, José Rodrigues de Mendonça doa parte de suas terras para construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores. Daí surgiu o nome de Arraial de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. CUNHA NETO, Oscar, Rio Verde, Apontamentos para sua história, Ed. O Popular, 1988, p. 29.

[2] Lei nº 22, de 05.09.1838, incentivava a ocupação do território Goiano com a isenção de impostos por 10 anos. Ficariam isentos dos "Dízimos e Miúnças de gado vacum e cavalar".

desenvolvimento econômico regional, em 1890 pode-se verificar um crescimento populacional (1872-1890) na ordem de 82,4%, o que colocava o já criado município de Rio Verde como um dos quatro que mais cresceram no Estado. Sua densidade demográfica passou para 0,12 hab./ km^2.

A população ainda continuava dispersa nesta vasta região pois a forma predominante de produção (o gado) e o grande latifúndio facilitavam essa dispersão e por outro lado dificultava as formas de comunicação e desenvolvimento urbano mais organizado.

De acordo com Cunha Neto, *"... em 1872 a população da região do Novo Sudoeste era de 4.544 almas. Sendo 3.456 na região de Rio Verde e 1.088 na região de Rio Bonito (Caiapônia). Entre 1872 e 1920, os municípios goianos passaram de 26 a 49, permanecendo o mesmo quadro estrutural até 1940, quando registravam-se 52 municípios. Em 1970 já eram 221."*[3]

QUADRO X: Dados sobre a população de Rio Verde. 1872/1980

ANO	POPULAÇÃO			
	TOTAL	URBANA	RURAL	CRESCIMENTO
1872	3.456	--	--	--
1920	12.661	--	--	266,3%
1940	31.337	--	--	147,5%
1950	25.329	6.511 (25,77%)	18.811 (74,3%)	-19,2%
1960	40.697	11.684 (25,7%)	28.706 (71%)	59,5%
1970	55.697	27.043 (48,5%)	28.654 (51,5%)	37,9%
1980	74.694	55 685 (74,5%)	19.009 (25,5%)	34,1%

Fonte: CUNHA NETO, op. cit. e IBGE.

[3] CUNHA NETO, op. cit. p. 26.

O que podemos analisar no quadro VI, na relação urbano-rural, é o crescimento da população urbana a partir da década de 50, muito maior que a rural. Esse fato ocorre devido à expansão das relações de produção capitalista no meio urbano. No campo, a partir de 60 é que vamos ter uma agricultura que começa a ser mecanizada e se acentua muito de 1970 para cá. O índice negativo de -19,2% não pode ser entendido como uma queda de crescimento e sim como o desmembramento do Município em vários outros como Santa Helena, Quirinópolis e parte de Cachoeira Dourada.

Em todo o Sudoeste a economia predominante tinha como sustentação o gado de corte. Seu comércio se dava através da Recebedoria de Cachoeira Dourada, às margens do Paranaíba. Esse era o ponto de contato com Minas Gerais e, daí, com São Paulo. O Triângulo Mineiro já exercia forte influência comercial sobre Goiás, e Rio Verde era o ponto mais próximo de contato entre Minas Gerais e o Sudoeste Goiano.

Em pesquisa realizada sobre a Estrutura Fundiária de Goiás, Maria Amélia de A. Luz observa que o Sudoeste caracterizou-se por uma ocupação de mineiros e paulistas que adotaram uma atitude de ver na terra uma fonte de produção e com isso realizaram investimentos mais lucrativos. A explicação que se tem da grande concentração territorial com propriedade individual de até 320.000 ha é que a produção extensiva de gado exigia a incorporação de grandes glebas[4]. No entanto, o que se pode observar, pelos próprios dados do trabalho de Alencar Luz é que a ocupação realizada por fazendeiros vindos de Minas e São Paulo tinha como característica principal a reprodução das relações atrasadas no

---

[4] ALENCAR LUZ, Maria Amélia de, Estrutura Fundiária de Goiás. Consolidação e Mudanças, 1850-1910, Dissertação de Mestrado - UFG, 1982.
Em Rio Verde 75% dos Registros Paroquiais continham dados sobre as áreas das propriedades territoriais, de forma que as conclusões podem ser mais precisas. Desses dados observa-se que 47% das fazendas situavam-se entre as faixas de 5.000 a 40.000 ha, sendo 24% entre 20.000 e 40.000 ha. Não existem propriedades menores de 500 ha e a freqüência tende a aumentar até o limite de 40.000 ha, havendo ainda 18 propriedades situadas entre 160.000 e 320.000 ha. Trata-se de imensos territórios apropriados por uma só pessoa. Da Fazenda S. Tomás registrada como tendo 07 sesmarias de área, afirma-se que de fato possuía 108 léguas quadradas. Uma das fazendas dos irmãos Morais, a Fazenda Douradinho do Bebedor, possuía 42 léguas quadradas...."

campo com base no latifúndio e no agrarismo. A terra não se coloca portanto, como uma fonte de produção, e sim como uma reserva de capital. Este fato vai contribuir historicamente para o isolamento de Goiás, especificamente aquela região, das relações capitalistas do resto do país. Não se criou na região um ambiente propício à produção agrícola e sim à criação de gado e acúmulo de terras. Mesmo com relações atrasadas de produção, a apropriação privada de grandes áreas de terra marca a ocupação capitalista do Sudoeste Goiano.

A associação da terra como um bem de valor, a pecuária como um produto economicamente viável e a agricultura de subsistência demarcam historicamente a vida econômica da região, bem como o surgimento de povoados, vilas e cidades.

É importante lembrar que a pecuária exerceu um papel histórico determinante após a fase mineratória. Graças a ela é que se evitou a "*falência econômica de Goiás, funcionando como elemento de fixação do homem e de ocupação de novas áreas do território goiano.*"[5]

2.2 - Relações Econômicas e a Produção Agropecuária

Conforme já escrito anteriormente, pode-se observar que Rio Verde sempre se constituiu no polo centralizador das atividades econômicas de todo o Sudoeste. Suas relações com São Paulo e Minas são basicamente de troca. Tendo como produto básico a pecuária, a sustentação de grande parte de suprimentos para esta atividade era negociada principalmente no triângulo mineiro. O gado se constituía na principal mercadoria que, negociada no mercado mineiro, serviria de base para a compra de manufaturados para toda a região de Rio Verde.

---

[5] DOLES, Dalisia Elizabeth Martins; Coord.; Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região. Goiânia, CEPA, 1982. p.14.

Sobre este ponto, é importante ler e analisar as impressões de historiadores, cronistas e viajantes[6], quando estes, dentre muitos aspectos abordam alguns fatos relevantes da economia local. A narrativa de Visconde de Taunay[7], por exemplo, já destacava a relação comercial da região com a leva de grandes boiadas que iam para Uberaba e até ao Rio de Janeiro. Diz ainda o militar que estranhava a pouca relação comercial que se dava entre Rio Verde e São Paulo. Minas intermediava as relações comerciais entre Goiás e São Paulo pois repassava produtos como sal e café aos goianos a preços muito mais caros.

Da carta de Alfredo Moreira Pinto, de 17 de setembro de 1886, extraímos alguns pontos importantes que denotam o contexto econômico regional e suas relações comerciais externas. Reforça o documento a presença de uma atividade econômica predominante na pecuária, e uma agricultura apenas de subsistência. Vale dizer que o gado se auto transportava e seu comércio, por isso, era mais vantajoso. Já se fala, pela carta, que os fazendeiros da região se preocupavam com o melhoramento do rebanho, trazendo alguns touros de raça provindos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Através do porto de São Jerônimo, a região exportava uma média anual de 5.000 a 6.000 bois para os mercados de Minas e São Paulo.

Um fato interessante é narrado por Oscar Leal, que na década de 1890 esteve na cidade de Rio Verde atestando que o município exportava gado para Minas, São Paulo e também para o Mato Grosso e Paraguai. O volume dessas exportações eqüivalia a quase 15.000 cabeças por ano, segundo ele.

---

[6] Ver CUNHA NETO, Oscar; op. cit. p. 125 em diante. É aconselhável ler tal obra pela riqueza dos documentos históricos ali situados.

[7] Visconde de Taunay, membro das forças militares que passaram pela região a caminho da guerra com o Paraguai. Seu relatório data de 1° de novembro de 1865, quando em plena época chuvosa acampou no lugar que denominou de "paupérrima aldeola de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, pomposamente qualificada como Vila, a que acrescentavam, no sertão, o prosaico apelido de abóboras". Contudo foi nesta "pobre vila" que os soldados mataram a fome com muita abóbora e carne de gado, daí seguiram rumo a Mato Grosso, levando todo o suprimento que puderam; in CUNHA NETO, Oscar, op. cit.

Rio Verde era um grande centro de negócios de gado e suas relações comerciais se davam também com o "estrangeiro" o que se podia atestar pela circulação local de moedas da Argentina e do Paraguai. Esse fato pode nos dar uma idéia do funcionamento do comércio local, já com relações externas, vendendo produtos importados numa cidade que se configurava como o polo econômico mais importante da região.

Pelas anotações de Pedro Salazar da Veiga Pessoa, em 1911[8], encontramos alguns aspectos interessantes no que diz respeito ao desenvolvimento da cidade de Rio Verde pois, nesta data, com a administração do intendente municipal Coronel Edmundo Augusto de Carvalho foi instalado o serviço de canalização de água potável, a primeira do gênero que se inaugura numa cidade goiana. Já existiam na cidade duas escolas públicas de ensino secundário com aproximadamente duzentos alunos e uma escola de "Instrução Secundária" para 40 alunos. Funcionava também uma biblioteca pública e Instituto de Ciências e Letras. Há uma "febre de construções" na cidade, o comércio funciona a "pleno vapor" e destacam-se como comerciantes mais importantes o Coronel Jerônimo Coimbra, o Major Frederico Jayme, o Coronel Quintiliano Leão e o Major Filogônio de Carvalho. Em 1911, podemos encontrar nesse documento de Salazar, existência no Sudoeste de quatro municípios: Jataí, Rio Bonito, Mineiros e Rio Verde, que compunham a Comarca deste último.

É importante observar nesse documento histórico que o capital comercial serviu de base de representação do poder político local, donde saíram as famílias que dirigiram a administração política rioverdense e também, em certo período, o Estado. Jerônimo Coimbra Bueno, filho do Coronel Jerônimo Coimbra foi Governador de Goiás na década de 40.

---

[8] Documento citado por CUNHA NETO; op. cit. p. 138-142

Vários são os relatos pelos quais podemos fazer alguma inferência ou referências sobre a atividade econômica do Sudoeste Goiano. Em todos, porém, se vê a pecuária como o setor dominante na economia. Em nível geral era esse setor responsável, desde o começo do século até a observação feita no relato de 1930-1933 de Pedro Ludovico, por mais de 50% da receita.

Pelos dados censitários de 1920 podemos observar ainda que havia pouco ou quase nenhum investimento de capital no setor agrário. Pela estatística apresentada por Campos[9], referente à condição do produtor, observa-se que 82% do valor total dos estabelecimentos correspondem ao valor das benfeitorias e apenas 0,9% ao valor das máquinas e instrumentos agrícolas.

A dedução que se pode ter é a de que realmente a pecuária era a que exigia maior investimento através da aquisição de grandes porções de terra. Era na pecuária que o capital circulava e através dela que se processa a acumulação associada do capital: gado-terra. A melhoria da criação, com a importação de bons reprodutores, já é citada no relatório presidencial desde 1905[10].

Algumas medidas concretas no sentido de melhorar o rebanho já podem ser encontradas oficialmente em 1907, através da Lei n° 310, de junho daquele ano, que dimensionava os aspectos legais e de estímulos à importação de reprodutores.

A lavoura não merecia nenhum incentivo dos governantes, mesmo porque esbarrava em alguns aspectos importantes, que interferiram no processo de produção, dentre os quais os meios de transporte e estradas. No fim o produto saia muito caro e a agricultura se colocava, sob o ponto de vista comercial, bastante inviável. Só para se ter uma idéia do que representava o custo da produção agrícola, analisemos com atenção um trecho da Mensagem

---

[9] CAMPOS, Francisco Itami; Política Agrária Uma Proposta de Análise. Revista do ICHL Jan/Jun, 1982.
[10] Mensagem Presidencial de 1905. Somanário Oficial n° 290, 25.05.1905, p. 8.

Presidencial de 1906, que estabelecia o seguinte: "o custo de produção é relativamente caríssimo por falta de braços e de não termos mercados consumidores para os nossos produtos... Se o agricultor vendesse o arroz em casca a 14$000 (quatorze mil réis) por saco de 60 kg, ainda assim sofreria prejuízo, porque dando de barato o trabalho de plantação, das limpas, da colheita, o custo da semente e a contribuição da terra, teria que gastar 15 ou 15$000 réis por saca para poder entregar o produto ao consumidor, assim distribuídos: 25$000 por saco; 3$000 pelo transporte da roça para a cidade; transporte da cidade para a estação ferroviária 12$000, total 17$000. Obviamente para o Sudoeste que não possuía estrada-de-ferro[11], nem boas rodovias, tudo ficava muito mais difícil. A opção era única: a pecuária. Na região sul do Estado, onde havia melhores estradas existiam taxas de pedágio em cada uma delas, assim como para passar ponte ou balsas. Para se passar numa ponte, por exemplo, com um veículo carregado pagava-se 13$000 (treze mil réis)[12].

Isso tudo também se constituía em impecilhos ao desenvolvimento da agricultura, sem falar da inexistência de qualquer política oficial para o setor, no que concerne aos custos de produção.

2.3 - Expansão Capitalista em Goiás e a Agricultura no Sudoeste.

O eixo privilegiado da interiorização do capital em território goiano se dá através da estrada-de-ferro e é, através dela que vamos encontrar, no início deste século, as manifestações mais marcantes da expansão capitalista que são o trabalho assalariado no meio rural e a transformação da terra em valor de troca[13].

---

[11] A estrada-de-ferro chega a Goiás em 1913, vinda de Minas Gerais. A esse respeito, ver BORGES, BarsanulfoG., O Despertar dos Dormentes, estudo sobre a estrada-de-ferro de Goiás, Goiânia-CEGRAF 1990.

[12] Ver Lei nº 591, de 26/junho/1918

[13] Tal fato pode ser explicado pela renda diferencial incrementada pela Estrada-de-Ferro. Sobre Renda Diferencial, ver Marx, Karl; O CAPITAL, Livro 3 vol. 6, Civilização Brasileira, 1982, a partir da página 744.

Com base nessas colocações iniciais e, dentro de uma linha de entendimento de que a expansão capitalista não se dá de forma homogênea, procuraremos, no processo histórico, delinear o seu perfil em Goiás.

A compreensão inicial do processo de expansão capitalista em Goiás passa pelo conhecimento da questão regional, com base no conceito de que a região é o espaço onde se realiza uma forma especial de reprodução do capital. Para Oliveira[14] é possível reconhecer a especificidade da reprodução capitalista, nas formas que o processo de acumulação assume. Dentro do marco teórico trabalhado por esse autor, é possível reconhecer a existência de espaços *político-econômico-sociais* onde é o capital comercial que comanda as leis de reprodução, sem, no entanto, entrar propriamente na produção.

O mesmo autor afirma ainda que a tendência do sistema econômico de base capitalista é a busca da homogeneização da reprodução do capital e suas formas, com base na concentração e centralização do capital. Contudo, a homogeneização é praticamente impossível visto que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado.

Dentro dessa perspectiva de análise na interpretação de Smith[15] sobre o espaço como uma mercadoria, o autor nos encaminha à compreensão de que o "espaço" geográfico é tomado como um lugar de produção para o capital. Ele, portanto, passa a representar uma mercadoria cujo valor de uso e de troca está em relação direta com os incrementos do capital. Smith nos coloca que: "o que determina a relatividade do espaço geográfico é o processo de acumulação do capital". Na análise da história contemporânea do espaço Smith afirma que o capitalismo necessita, para o seu desenvolvimento, de um mercado em escala mundial e de tornar universal o modo de produção. A abordagem desse autor nos conduz à compreensão de que o espaço "*funciona como um meio de produção*

[14] OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1981.
[15] SMITH, Neil, Desenvolvimento Desigual, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1988, pp 129-130.

na produção industrial como um todo. Estritamente falando, a terra é um meio de produção somente na agricultura (na medida em que o trabalho agrícola ainda cultiva o solo) e em algumas atividades de extração mineral, enquanto com relação a outras indústrias simplesmente é uma condição do processo produtivo"[16]. O autor em questão nos alerta, contudo, que o espaço geográfico não pode ser visto somente como um meio de produção.

A rearticulação da divisão interna do trabalho, na época da expansão cafeeira, no Brasil é colocada por Sérgio Silva[17] como pressuposto necessário à acumulação capitalista. Para isso "o capital concentra suas atividades ao nível de um espaço reduzido que serve de base física ao estabelecimento da Nação". É nesse espaço que, em regra geral, se resolve o problema da disponibilidade da terra, que é historicamente limitada por uma ocupação prévia do solo sob o domínio de outras relações sociais de produção, de cuja desagregação resulta o próprio capitalismo. Dentro dessa análise de Silva sobre a expansão cafeeira o autor aponta a necessidade do capitalismo romper as fronteiras nacionais e de desenvolver a produção em lugares que antes não lhe propiciavam condições necessárias para seu desenvolvimento.

A economia goiana no final do século passado, assentada principalmente na pecuária, se coloca como abastecedora de parte do mercado nacional. Mesmo com a abolição da escravatura e a Proclamação da República que, "criaram mecanismos de integração da economia brasileira ao capitalismo"[18], Goiás mantinha-se isolado do centro dinâmico do capital, pois alguns fatores estruturais como a distância dos portos, falta de meios de transporte, dependência de estímulos externos, falta de mercado, etc., o colocavam à margem do desenvolvimento capitalista. Para Ana Lúcia da Silva[19] as medidas para a saída do isolamento, após a decadência da fase mineratória do século XVIII, surgem

[16] SMITH, op. cit. pp. 133-134.
[17] SILVA, Sérgio; Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo. Alfa-Omega. 1976, p. 75.
[18] SILVA, Ana Lúcia; A Revolução de Trinta em Goiás, Tese de Doutoramento apresentada na USP em 1982.
[19] Idem.

pela necessidade da expansão cafeeira e a ampliação das atividades urbano-industriais nas regiões de Minas e São Paulo.

Dessa forma Goiás, assim como outros pontos regionais do país, se situa na proposta do capital, executada pelo Estado, como um espaço a ser incorporado no mercado nacional como fonte de abastecimento dos grandes centros e, consequentemente, como consumidor dos produtos manufaturados. A ferrovia no início deste século[20] ligando Catalão a Araguari e, daí, ao resto de Minas e São Paulo, será o elo fundamental para unir os interesses de expansão das relações de produção capitalista.

Para o avanço das formas de acumulação, para o capital, internamente, o aprofundamento da divisão do trabalho e o crescimento do mercado nacional são extremamente necessários. O espaço, ao longo da estrada de ferro, será o início do processo expansionista, mas não o único. No Norte do Estado, sem a presença da via férrea a expansão econômica se dá pelo aproveitamento das vias fluviais, onde o Araguaia e o Tocantins estabeleceram a ligação do Norte Goiano ao Norte do Brasil. Posteriormente a Rodovia Belém-Brasília, a partir da década de 50, se constituirá na principal via de transporte que ligará o Norte do País através de Goiás.

2.4 - As Características do Desenvolvimento Capitalista do Sul de Goiás e de Rio Verde

Efetivamente, após a implantação da via férrea na região sul do Estado, o comércio se intensificou muito mais ao longo do seu traçado. Várias cidades se desenvolveram com muito mais rapidez do que em outras regiões. A expansão desse meio de transporte dinamiza também a produção agrícola e abre caminhos para o avanço das relações de produção capitalista, quebrando as amarras do

[20] Pelo decreto 7.966, de 22 de abril de 1909, foram aprovados pelo Governo Federal os estudos definitivos do primeiro trecho do ramal de Araguari a Catalão com a extensão de 54 Km, bem como o respectivo orçamento de 4.011.118$244 réis. Dados obtidos do Livro "O Despertar dos Dormentes", op. cit. p. 66

atraso agrário que existia no Estado. Contudo, o que se pode observar é que os trilhos que entraram pelo Sul de Goiás não avançaram muito, não chegando sequer à cidade de Goiás, então Capital do Estado.

Segundo Borges, a realização desse meio de transporte não teve nenhum empenho dos políticos regionais, ligados ao poder dominante. Aos coronéis, afetos aos antigos sistemas de produção, a manutenção do atraso significava também a manutenção do controle político regional. Então:

> *"... a estrada de ferro resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com o apoio do capital financeiro internacional"*[21].

É notório, pelas estatísticas oficiais, que ao longo da ferrovia houve um desenvolvimento econômico muito grande. Cidades se modernizaram e se estruturaram como centros comerciais importantes à viabilização da exportação agropecuária do Estado. Ipameri e Catalão são exemplos bem significativos desses acontecimentos. Nessas cidades surgiram indústrias com instalações modernas, como charqueadas e máquinas de beneficiamento de arroz, com energia elétrica ou a vapor. Em Ipameri são inaugurados em 1915 o primeiro cinema do Estado e, em 1921, a primeira agência do Banco do Brasil de todo o Estado de Goiás. Catalão, igualmente se modernizou e, em 1920 já contava com iluminação pública e rede de esgoto[22].

Por outro lado, fora desse eixo ferroviário, a expansão das relações de produção capitalista se dá de forma mais lenta, dentro da lógica do desenvolvimento desigual. Se de um lado encontramos formas de produção agrícola e industrial, com bases capitalistas, vamos encontrar também noutras

---

[21] BORGES, Barsanulfo, op. cit. p. 12.
[22] Idem.

regiões relações sociais "fundamentais" não tipicamente capitalista. A produção de subsistência é inerente a esse processo.

No trabalho coordenado por Doles[23] sobre a "Interpretação Hi3tórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no contexto econômico e social da Região", encontramos a periodização histórica, referente à ocupação agrícola, compreendida entre 1890-1955, e esse período nos dá uma dimensão clara da expansão econômica no Estado de Goiás, com base nos pressupostos de interiorização do capital já abordados anteriormente nesta nossa análise. Com pouco mais de quarenta anos do início dessa "fase agrícola" o "adensamento e a expansão" do povoamento nas microrregiões Sudeste, Sul e Sudoeste de Goiás assinalam as características da ocupação espacial capitalista. Novas cidades e povoados surgem nas circunvizinhanças da ferrovia e nas proximidades dos centros de distribuição comercial. Podemos dizer que essa é a tendência do processo de acumulação do capital onde a expansão geográfica (dentro do conceito já estabelecido neste trabalho) é condição primordial para o estabelecimento de novas relações sociais de produção.

Do Sul para o Sudeste e Sudoeste as fronteiras são abertas com a participação do Estado na preparação da infraestrutura adequada para o ambiente da reprodução do capital. Surgem a ferrovia, as estradas de rodagem, fábricas, armazéns, cidades, etc. As cidades de fato são "***locus***" importantes para a irradiação de todo um procedimento cultural para o pensar capitalista. O comércio, a indústria, por mais incipientes que o sejam, alteram fundamentalmente as relações sociais de produção, principalmente quando surgidas nas hastes de uma estrutura regional calcada no agrarismo e nos procedimentos sócio, econômicos e políticos dali derivados. As cidades surgidas

---

[23] O Trabalho "Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no contexto Econômico e Social da Região", foi coordenado pela Professora Dalísia Elizabeth Martins Doles fazendo parte do grupo de trabalho as pesquisadoras Janaína Passos Amado, Maria Esperança Fernandes Carneiro e Nilva Maria Gomes Coelho - Pesquisa Econômica.

nessa fase da "ocupação agrícola" espelham essa realidade do processo de acumulação que passa a se realizar principalmente nas relações comerciais estabelecidas através do urbano.

A expansão do povoamento no Estado se dá de forma desigual. O Sul é mais populoso e os dados de 1920 nos mostram que Goiás possuía 511.919 habitantes, dos quais apenas 58.477 se encontravam nas regiões mais ao norte do estado. Pelo desequilíbrio que se apresenta, no aspecto populacional, podemos ter clara a idéia de que também o desenvolvimento histórico da agricultura no Estado se dá do Sudeste/Sul para o Sudoeste, marcando, notadamente, uma lentidão nesse processo, que se estende até a década de 70.

2.5 - A Incorporação de Rio Verde na Dinâmica do Capital

As análises feitas anteriormente nos indicam que a via férrea foi importante para as transformações nas relações de produção nas regiões Sul e Sudeste do Estado. Contudo, fora da área de ação do eixo ferroviário as características históricas do processo de expansão econômica acontecem de forma diferenciada. Vamos nos ater às especificidades do Sudoeste, em especial a Rio Verde, principal pólo econômico dessa microrregião que somente muito tempo depois, na década de 60 para 70, terá efetivamente uma agricultura realizada com modernas técnicas de produção.

Um dos maiores incentivos à produção agrícola era o meio de transporte, e a estrada de ferro se presta também a isso, viabilizando o escoamento da produção e a busca de mercado. Por isso podemos ver no quadro a seguir, que as cidades do Sul do Estado predominam no volume de produção agrícola, em 1920.

Mesmo se colocando como o 4º maior produtor agrícola do Estado, a vasta região de Rio Verde tinha sua produção fundamentada numa agricultura

rudimentar, realizada nas "terras novas". Essa produção era realizada logo após a derrubada da mata e se faziam dois ou três plantios no mesmo terreno. Logo em seguida essa área se transformava em pastagens ou "descansavam", em média três anos, para novamente serem semeadas.

QUADRO XI: Municípios de Maior População em 1920.

MUNICÍPIOS	REGIÃO	POPULAÇÃO	%
Catalão	Sul	38.574	7,5
Boa Vista do Tocantins	Norte	25.785	5,0
Morrinhos	Sul	24.502	4,8
Goiás	Centro	21.223	4,2
Ipameri	Sul	19.227	3,8
Pedro Afonso	Norte	18.571	3,7
Anápolis	Centro	16.037	3,2
Formosa	Nordeste	15.872	3,1
Corumbá	Centro	14.636	2,8
Porto Nacional	Norte	14.120	2,7

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920, IBGE. - Apud Campos, F. Itami, op. cit.

Uma característica importante dessa produção em Rio Verde é que a agricultura já mostra o seu lado mercantil. O produto, principalmente o arroz, entra como meio de troca, nas relações que se estabeleciam no triângulo mineiro[24]. Seria lógico nós pensarmos num desenvolvimento endógeno das relações capitalistas. A divisão inter-regional do trabalho promoverá uma dinâmica específica para a região de Rio Verde. A pecuária continuará sendo o suporte econômico regional mais forte.

[24] Conf. E-1 "...Nessa época, narra Carlos Cunha, por volta de 30, os nossos negócios se realizavam através do Triângulo, onde nós vendíamos o gado e também o produto agrícola. De lá a gente trazia o sal e outros produtos pra Fazenda". Carlos Cunha, nascido em Rio Verde é fazendeiro da região.

QUADRO XII: Goiás - Municípios com maior produção agrícola, em 1920.

MUNICÍPIOS	REGIÕES	PRODUÇÃO TOTAL	%
Corumbahyba	Sul	22.266,3	11,2
Catalão	Sul	21.180,1	10,6
Morrinhos	Sul	17.134,0	8,6
Rio Verde	Sudoeste	9.615,5	4,8
Annápolis	Centro	8.012,5	4,0
YIpamery	Sul	7.943,0	3,9
Goyas	Centro	7.633,8	3,8
Pouso Alto	Sul	7.345,2	3,7
Santa Rita do Paranahyba	Sul	6.942,8	3,5
Bela Vista	Sul	6.420,7	3,2
Outros Municipios	--	85.421,8	42,7
TOTAL.....	-	**199.915,7**	**100,0**

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920. IBGE Apud Campos, F. Itami, op. cit.

Uma revista[25] de 1941, do Departamento Estadual de Estatística nos remete, com mais especificidade, aos dados e análises da economia do Município de Rio Verde. Fonte histórica importante, a revista nos mostra o vasto município com 24.600 quilômetros quadrados, ou 4.659.000 hectares, dos quais apenas 16 mil ha são cultivados. Um quadro estatístico mais amplo nos dá uma dimensão global da época.

O quadro XIII nos mostra, entre outras coisas, o aumento significativo do pessoal ocupado com a atividade agrícola de 1920-40. Contudo, podemos observar também a precariedade da mecanização agrícola, já que o censo registra a existência de apenas 13 tratores em todo o Estado em 1940.

[25] Notícia Estatística. Descritiva do Município de Rio Verde, 1941.

QUADRO XIII: Estado de Goiás - Estabelecimentos, Área Total, Área de Lavouras, Pessoal Ocupado e Transporte. 1920, 1940,1950, 1960, 1970,1975, 1980 e 1985.

ANOS	ESTABELE-CIMENTOS	ÁREA TOTAL 1000 ha	ÁREAS DAS LAVOURAS (ha)			PESSOAL OCUPADO	TRATORES
			TOTAL	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS		
1920	16.634	24.830	113.562	–	–	117.484	1
1940	55.908	19.600	352.667	67.761	284.906	290.137	13
1950	63.736	24.590	464.942	52.590	412.352	299.334	89
1960	111.015	28.880	988.554	122.126	866.428	499.207	1.349
1970	145.115	35.780	1.636.170	78.459	1.557.711	547.647	5.692
1975	153.535	43.130	2.561.094	76.744	2.484.350	688.033	13.634
1980	153.770	47.850	3.226.269	121.980	3.104.289	780.749	27.600
1985	179.376	47.590	3.618.917	117.030	3.501.887	848.503	37.762

Fonte: Fundação IBGE
SEPLAN-GO/Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação/IDESTAT - 1990.

Os dados estatísticos sobre Rio Verde nos mostram a existência de maquinário agrícola moderno na produção agrícola. O município contava com áreas de terras boas, mas nenhuma técnica avançada de cultivo.

Mas, a economia regional e municipal girava em torno do seu produto principal - o gado de corte. A população bovina era estimada em 150.000 cabeças, de diferentes raças como: o Guzerat, Nelore e Gir, posteriormente o Indubrasil (resultado do cruzamento do Gir com o Guzerat).

Dessa forma podemos ver que a agricultura realizada no município de Rio Verde não estava inserida como produto comercial mais importante. O gado sim, gerava receita imprescindível ao município, e sua exportação anual de 30 mil cabeças era a maior do Sudoeste.

Em 1945 são registrados aproximadamente 16.000 ha de roças, o equivalente ao ano agrícola 1940/41, fato este que marca a posição desse setor como o de suporte apenas à pecuária e às relações de troca para subsistência no meio rural. Se compararmos o censo agrícola de 1940 podemos ver que no Estado existia um total de 352.667 ha de áreas cultivadas e que em Rio Verde 16.000 ha. Este número, por si só, nos leva a uma reflexão sobre a importância da agricultura na região. O Estado como um todo já está em pleno vapor no desenvolvimento agrícola mesmo em regiões cujas terras não detinham as mesmas qualidades que as de Rio Verde. A revista de estatística já mencionada nos mostra que as estradas de rodagens já existiam ligando o município a Minas e Mato Grosso. A mesma fonte também nos mostra a dificuldade dos meios de transportes, pois em 1941, Rio Verde contava com cerca de 545 veículos assim especificados: 20 automóveis; 13 caminhões; 5 auto-ônibus; 4 motocicletas; 10 bicicletas; 22 carroças e 470 carros de bois.

A opção pela agricultura comercial vai ser demonstrada a partir da década de 60 e se consolida na década de 70 em diante, a partir de uma infra-estrutura mais adequada, incluindo além de estradas e meios de transportes, o crédito agrícola subsidiado e suporte armazenador, a organização política e econômica do fazendeiro.

2.6 - O Desenvolvimento Capitalista da Agricultura no Sudoeste Goiano

A compreensão do processo de desenvolvimento capitalista em Goiás supõe uma análise da política de interiorização do governo Vargas que, em seu primeiro mandato (1930-45), tem no Centro-Oeste, especialmente em Goiás, um espaço apropriado para a exploração territorial e para a expansão da fronteira agrícola, como forma de sustentar o desenvolvimento no Sul e Sudoeste do país.

Esse período de ocupação é analisado por DOLES[26], quando trata da "marcha para o Oeste", como conseqüência da "estratégia da nova divisão interna do trabalho", onde o Estado de Goiás seria um espaço geográfico importante na produção de matérias-primas e alimentos para as regiões brasileiras onde o capitalismo já havia alcançado um desenvolvimento maior. Insere-se nessa análise a interpretação de que Goiás seria uma etapa preliminar da ocupação da Amazônia. Isso realmente ocorre quase duas décadas mais à frente, com a abertura de estradas que ligam o norte ao sul, tanto passando por Goiás como por Mato Grosso.

Essa busca do desenvolvimento capitalista no interior do país, tinha chegado em Goiás, via agricultura, já no início do século, como necessidade da expansão da lavoura cafeeira. Isso acontece através das estradas de ferro que se prestarão para escoar a produção agrícola e pecuária goiana para Minas e São Paulo, principalmente.

A construção de Goiânia, a partir de 1933, faz parte da política de interiorização de Vargas e se situa no projeto desenvolvimentista do Estado Nacional e servirá para Goiás como um novo centro de "atenções sócio-políticas e econômicas, estimulando uma maior expansão territorial e econômica do Estado[27]. Mais à frente na década de 50 vamos ter a expansão rodoviária chegando até o norte do país e a Construção de Brasília, completando essa fase de integração nacional, iniciada a partir de 1930.

Brasília, além das perspectivas de interiorização do governo federal, construída em território goiano contribuirá decisivamente para a economia do Estado de Goiás. Além de criar um mercado consumidor em potencial, desenvolvem-se os setores de serviço, indústria e produção agro-pecuárias. Com os governos militares, a partir de 1964 inaugura-se também a segunda fase da

[26] DOLES, Dalisia: op. cit. p. 10
[27] Idem, p. 11

marcha para o Oeste[28], que compreenderá o período de 64/78, cujo projeto prioritário era o de integrar o setor agropecuário ao setor industrial. A "modernização" da propriedade rural e sua integração ao complexo agroindustrial passa a ser meta principal das políticas públicas para o desenvolvimento capitalista. Goiás, como tantos outros Estados, são alvos dessa política.

A análise desse período histórico, a partir dos governos militares de 64, é fundamental para a compreensão dessa nova etapa do desenvolvimento capitalista em solo goiano. A agricultura terá um papel fundamental nesse contexto pois, com a perspectiva da produção tecnificada, se tem todo um conjunto de medidas oficiais que irão movimentar o crédito subsidiado, o setor industrial e a manutenção da estrutura fundiária com a realização da produção comercial em áreas antes insuficientes para tal, a exemplo dos cerrados.

Torna-se cada vez mais importante o papel do Estado na diversificação do aparelho produtivo interno e a sua atuação junto ao processo produtivo agrícola com uma série de incentivos para alterar a sua produtividade.

Reforçam-se os vínculos da Agricultura com a indústria e o sistema financeiro, criando nesse fato uma relação de dependência daquela com os demais setores. Esses "novos tempos" da economia nacional, a partir da década de 60 no país, com efeitos marcantes a partir de 70 em Goiás, acentua com maior clareza a submissão do processo produtivo e do produto agrícola à indústria, ao capital financeiro e às diretrizes políticas do Estado. O padrão de acumulação nesse período se estabelece essencialmente na produção de bens de consumo, que se realiza no meio urbano, de onde se extrai a mais valia absoluta que financiará o setor rural. "O setor industrial oligopolítico com baixos salários gera um potencial de acumulação muito maior do que o efetivamente realizável dentro do próprio meio. Daí a necessidade de se criarem novas fontes de acumulação

[28] Idem, p. 13

ligadas ao setor agrícola"[29]. Adota-se a estratégia da "modernização agrícola" com grandes investimentos em tecnologia e pesquisa com o objetivo de incentivar a agricultura de exportação através do incremento às áreas já existentes e à abertura de novos espaços que fosse um potencial consumidor de bens industriais necessários ao processo produtivo.

O que se convencionou chamar de "modernização agrícola", realizado pela implementação tecnológica no processo produtivo rural, é tratado por muitos autores como "modernização conservadora" na medida em que mantém o sistema latifundiário e gera uma série de dependências e desarranjos na organização social no campo. "*A introdução de inovações técnicas em certos processos de produção agrícola, especialmente nos cultivos de exportação, produziu um aumento considerável na sazonalidade do emprego rural.*"[30] No trabalho de Eber Vaz sobre a "Modernização da Agricultura e as Relações de Trabalho no Sudoeste Goiano" vamos encontrar as análises que nos mostram que as especificidades do desenvolvimento da Agricultura capitalista gera a categoria do trabalhador volante, pelo menos como uma etapa do seu domínio. A respeito do Sudoeste Goiano, o autor nos mostra que o assalariamento está se tornando predominante. "*Os trabalhadores assalariados somam um total de 9161 pessoas em 1970 e em 1985 atingem 12.285, enquanto o pessoal ocupado nas relações de parceria sofrem uma redução de 97,7% (...) a mão-de-obra familiar também se reduz em torno de 32,7%..*"[31]

Essa realidade sentida, a partir da década de 70, no meio rural goiano, espelha a lógica do processo produtivo e destaca o relevante participação do Estado para a mecanização da lavoura bem como a intensificação da

---

[29] CASTRO, Ana Célia e outros, Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Síntese das Transformações. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Brasília-BINAGRI, 1979, p. 143.

[30] CASTRO, Ana Célia e outros op. cit. p. 167

[31] VAZ, Eber; A Modernização da Agricultura e as Relações de Trabalho no Sudoeste Goiano. A Situação do Trabalhador Volante no corte da cana (1964-1989) Dissertação de Mestrado - U.F.G. 1992. p. 95

monocultura da cana-de-açúcar, que ocupa cada vez mais, uma quantidade maior de área. O quadro XII a seguir nos dá uma visão mais clara desse processo.

QUADRO XIV: Área cultivada (em ha) com cana-de-açúcar nos principais Estados. 1972/1983.

ESTADO	ANO		VARIAÇÃO
	1972	1983	%
Brasil	1.541.033	3.720.300	141,4
São Paulo	619.743	1.836.830	196,4
Pernambuco	350.000	460.000	31,5
Alagoas	176.055	460.370	161,5
Rio de Janeiro	177.600	219.000	23,3
Minas Gerais	76.290	177.600	132,8
Paraná	33.437	133.450	299,1
Paraíba	33.500	121.100	261,5
Goiás	5.788	51.400	788,0

Fonte: IAA: apud Vaz, p. 92

O aumento significativo, o maior entre todos os Estados, no período de 1972-1983, na área cultivada da cana-de-açúcar em Goiás, reflete o processo de acumulação do setor canavieiro e significa também a expressão inequívoca do latifúndio, que é inerente a esse produto. O manejo desse tipo de cultura requer um tipo de trabalhador rural chamado "volante" que é gerado no próprio sistema produtivo e é o que melhor atende às necessidades do capital.

A cana-de-açúcar com o processo agro-industrial a ela inerente coloca Goiás, em 1981, em quarto lugar no país, com 17 projetos de destilarias aprovadas. Nos estudos de Vaz[32], a respeito do assunto encontramos a análise de que Goiás, em 1981 foi o segundo estado brasileiro em volume de recursos

[32] VAZ, Ebér, op. cit. p. 86

financeiros destinados ao PROALCOOL, tendo sido superado apenas por São Paulo. Os dados da CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Goiás[33], a respeito da evolução da cultura da cana em Goiás, nos mostram que de 1973 a 1981 essa cultura apresenta um crescimento de 226% na área colhida e 77,28% no rendimento médio por hectare. Isso é atribuído principalmente aos incentivos do Proalcool, o que possibilitou um maior investimento em tecnologia.

QUADRO XV: Evolução da área colhida, Produção e Produtividade da Cana-de-açúcar. 1973/1982.

ANOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1973	8.299	304.429	36.683
1974	20.000	900.000	45.000
1975	15.350	614.000	40 000
1976	18.870	754.800	40.000
1877	18 000	756.000	42.000
1978	18.500	937.950	50.700
1979	20.580	1.111.320	54.000
1980	20.664	1.2180.325	58.959
1981	24.730	1.746.000	70.602
1982	28.560	1.670.200	58.480

Fonte: IBGE - 1981 e 1982.

A produção da cana exigirá uma maior intensidade na utilização da mão-de-obra volante conforme já observamos, e, especificamente tomando a referência de Santa Helena, como parte dos estudos, pode se notar a predominância da categoria desses trabalhadores.

[33] CEPA; Desemponho e Perspectivas da Agropecuária Goiana 1982/83, vol I p 71

QUADRO XVI: Municípios maiores produtores de Cana-de-açúcar, Goiás, 1981.

MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (ton.)
Barro Alto	7.330	513.100
Formosa	3.250	325.000
Goianésia	4.500	315.000
Santa Helena	2.750	220.000
Itumbiara	1 870	97.240
Itapuranga	500	35.000
Sub-total	20.200	1.505.340
Outros Municípios	4 530	240.660
Total do Estado	24 730	1.746.000

Fonte: IBGE/CEPA.

As características dos dados do quadro XVII, a seguir, nos dão uma clara visão da predominância do trabalhador volante (bóia fria) sindicalizado (74,5%), o que podemos interpretar como fato inerente ao tipo de produto realizado no município bem como, também, a herança do "ciclo" do algodão e predominantemente à própria especificidade de desenvolvimento que tem, nessa relação de trabalho, maior campo para a acumulação.

A produção do algodão, notadamente, na área em estudo nos chama a atenção pela sua importância histórica como um ponto de referência ao desenvolvimento capitalista, com o trabalhador volante e a utilização de

agrotóxicos na lavoura. O algodão adquire importância econômica em Goiás a partir de 1968, quando a produção atinge 26.151 toneladas. O Censo agropecuário de Goiás de 1970 registra uma produção de 62.406 toneladas no Estado com uma área plantada de 34.597 ha. Desse total apenas o município de Santa Helena produziu 38.749 toneladas em uma área de 19.749 ha. Isto significa 62,10% da produção do Estado e 57,1% da área plantada. O município de Rio Verde também é em 1970 um grande produtor de algodão com 16.979, ou 27.21% da produção total, bem como ocupa uma área de 8452 ha ou 24,43% de toda a área produzida no Estado.

QUADRO XVII: Ocupação do Trabalhador Rural em Santa Helena, segundo o Registro no Sindicato até 1989.

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Total pesquisado	2.054	100,0
diarista volante	1.530	74,5
diarista fixo	283	13,8
assalariado	181	8,8
tratorista volante	5	0,2
tratorista fixo	19	0,9
pequeno proprietário	13	0,6
parceiro	3	0,1
arrendatário	1	0,1
posseiro	1	0,1
vaqueiro fixo	17	0,8
vaqueiro volante	1	0,1

Fonte: Arquivo STR Santa Helena, apud Vaz, op. cit.

Ao compararmos com a produção estadual, de acordo com o censo agropecuário de 1970, podemos constatar que a região caracterizada como área de influência da COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda., ocupa nesse período 90,15% da área de produção de algodão, bem como 92,8% do volume de produção.

O auge da produção cotonícola em Goiás se dá em 1972 com uma área plantada de 170.323 hectares e uma produção de 306.581 toneladas. A partir de 1972 a produção de algodão entra em decadência e, em 1975 vamos ter produzido 47.130 toneladas numa área de 27.121 ha.

O município de Santa Helena, que em 1972 atingiu 93.677 ha, terá sua produção reduzida em 1975 para uma área de 11.075 ha. Essa redução drástica em área e volume de produção é tida como resultado das grandes elevações dos custos de produção, principalmente pelo excessivo uso de agrotóxico e aplicações inadequadas, de acordo com os estudos da CEPA[34]. Além de Santa Helena os outros dois maiores produtores de algodão nesse período são os municípios de Itumbiara e Rio Verde.

Não temos pesquisa que nos mostre as conseqüências da decadência do algodão nessa região. Contudo, certamente, elas foram desastrosas à força de trabalho e a todas as atividades comerciais diretamente ligadas a essa monocultura.

A produção de algodão somente terá novo incentivo a partir de 1976, quando o preço da arroba do algodão em caroço sobe em conseqüência da pouca oferta. Na safra de 1976/77 tem-se uma área colhida de 73.100 ha e uma produção de 85.527 toneladas, diminuindo contudo a produtividade que havia atingido em 1972, 1,8 ton/ha. Logo na safra seguinte 77/78 temos novamente a redução da área plantada para 66.000 ha e a produção para 54.120.

---

[34] CEPA. Documentos sobre Agricultura e Cooperativismo 1970-1989. p. 40.

QUADRO XVIII: Sudoeste goiano (Área de Influência da COMIGO) Produção Agrícola por Município 1960-1985 - Algodão em caroço/ton.

ORD	MUNICÍPIOS	ALGODÃO EM CAROÇO - 1960/1985 - TONELADA				
		1960	1970	1975	1980	1985
01	Acreúna	-	-	-	1.218	1.197
02	Aporé	-	56	-	-	-
03	Caiapônia	-	-	-	09	12
04	Jandaia	-	109	207	285	03
05	Jataí	01	-	-	-	67
06	Maurilândia	-	1610	332	2.190	5.487
07	Mineiros	-	-	-	-	-
08	Paraúna	01	-	917	-	52
09	Portelândia	-	-	-	-	-
10	Quirinópolis	32	394	3.047	3.930	6.314
11	Rio Verde	17	16 979	6.046	8.091	8.746
12	Santa Helena	142	38.749	24.698	10.881	18.800
13	Santa Rita	-	-	-	-	-
14	Serranópolis	-	10	-	-	-
TOTAL		**193**	**57.907**	**35.247**	**26.604**	**40.678**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 1960/1985.

A safra de 78/79 é realizada em 39.800 ha com uma produção de 61.292 toneladas. A safra de 79/80 em 31.450 ha, com a produção de 62.960 toneladas. Essas duas últimas safras apresentaram uma produtividade de 1,54 ton/ha e 2,01 ton/ha, respectivamente. Isso pode ser interpretado como resultado do trabalho tecnológico com assistência de extensão rural e das condições climáticas consideradas pela CEPA como favoráveis. Pelo quadro XVIII pode-se ver que a partir de 1985 começa a acontecer um crescimento no volume de produção. O censo de 1985 nos dá também um crescimento da área plantada de 26.172 ha, em

1980, para 49.995 em 1985, portanto 91,03% a mais. A produção no Estado passa de 54.923 ton em 1980 para 98002 toneladas em 1985, registrando um acréscimo de 78,44%. A área de influência da COMIGO, continua representando um maior volume de produção com 48,44%, em 1980, e 41,52%, em 1985. Registra-se contudo que, a partir de 1980, o município de Itumbiara passa a ser o maior produtor de algodão do Estado com 12.374 ton em uma área de 5.600 ha. Santa Helena fica em 2° lugar com 10.881 ton em 5.080 ha. O município de Rio Verde v%m em seguida, com 8.091 toneladas em 4.612 ha. Em 1985 o censo registra Itumbiara com 22.556 toneladas, Santa Helena com 18.800 toneladas, Rio Verde com 8.746 toneladas e Quirinópolis com 6.314 toneladas. Verifica-se nesse contexto que o espaço da agricultura no Sudoeste e em toda a mesoregião Sul do Estado estará mais dividido no que concerne à produção do algodão. Mas, constata-se também a interferência da soja, do milho e do arroz, que, de forma diferente, formam o conjunto de grãos que se constituirão na inserção do cooperativismo agrícola no complexo agroindustrial brasileiro.

2.6.1 - O Arroz

A cultura do arroz de sequeiro em Goiás remonta à época da mineração e persiste após a sua decadência como um dos principais alimentos da população bem como um investimento, interessante economicamente, para a abertura de novas áreas, principalmente para futuras pastagens. A produção e produtividade desse produto dependia de poucos recursos técnicos e das condições climáticas. Contudo. é um produto estreitamente ligado à pequena propriedade. Já o arroz irrigado, que passa a fazer parte da agricultura goiana a partir de 1969, é realizada pelos grandes produtores e tem início com a participação de migrantes gaúchos.

Os dados investigados no ano de 1960, nos apontam um número de 434.873 ha cultivados com uma produção de 513.307 toneladas. Isso dá um

rendimento médio na ordem de 1.190 kg/ha, ou uma média de 20 sacas por ha. Essa média é normal dentro das limitações técnicas da época, com a utilização de um solo de cerrado sem nenhuma utilização de adubos.

A região em estudo, responde nesse período com a produção de 88.642 ton. em uma área 59.891. Nessa área vamos ter uma produtividade na década de 60, de 1490 kg/ha ou 25 sacas por ha. Essa média é considerada alta para o arroz de sequeiro dentro das condições de produção da época. No censo de 1970 encontra-se a produção do Estado em 893.168 ton. em uma área de 895.999 ha, onde temos uma produtividade reduzida para 1.000 kg/ha. O mesmo acontece na área em estudo (sudoeste) quando existe um aumento de produção, porém uma queda na produtividade, o que nos leva a crer no esgotamento dos solos e no pouco investimento em tecnologia.

Uma característica evidente da utilização da tecnologia no Sudoeste (área de influência da COMIGO) pode ser notada em relação ao arroz, dos dados de 1970 para 1980. A produtividade, nesse período, passa de 900 kg/ha para 1.210 kg/ha, inferior àquela apresentada em 1960, contudo mostra sinais de recuperação e coloca o produto como o principal grão na economia do Sudoeste. A área produzida, nesta década aumenta 58,3% na região, 20% a mais do que o aumento verificado a nível do Estado. Esse período, contudo, marca o início da produção de soja e o espaço comercial utilizado pelo arroz, principalmente na região, será utilizado por aquele produto que projeta maiores ganhos comerciais. A produção de arroz, no sudoeste goiano terá uma redução de 141% entre 1980 e 1985, enquanto a produção da soja terá um acréscimo de 408,34% no mesmo período. A área de produção de arroz, que em 1980 era de 266.933 ha é reduzida para 158.424 ha em 1985, na mesma região em estudo.

QUADRO XIX: Sudoeste Goiano (área de Influência da COMIGO). Produção Agrícola por município 1960 - 85 - Arroz

Ord	Municípios	Arroz em Casca - 1960 - 1985 (Tonelada)				
		1960	1970	1975	1980	1985
01	Acreúna	-	-	-	15.711	5.909
02	Aporé	371	1.607	7.121	15.749	5.388
03	Caiapônia	1.562	7.853	21.850	65.017	17.242
04	Jandaia	-	4.605	13.842	7.878	3.387
05	Jataí	4.264	14.788	29.425	41.116	20.578
06	Maurilândia	-	2.582	1.080	2.562	1.516
07	Mineiros	1.625	4.049	10.944	23.657	12.366
08	Paraúna	2.949	209	50.341	22.796	8.843
09	Portelândia	-	24.003	2.304	4.710	2.123
10	Quirinópolis	28.432	25.614	12.822	27.537	14.822
11	Rio Verde	27.679	52.358	48.002	77.604	32.421
12	Santa Helena	20.152	10.147	4.130	3.268	1.545
13	Santa Rita	298	356	2.092	1.204	1.440
14	Serranópolis	1.310	4.178	6.356	13.174	3.349
TOTAL		**88.642**	**152.349**	**210.309**	**321.933**	**130.929**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 1960, 1975, 1980, 1985 - Goiás

Se considerarmos que essa região teve no período de 1970 - 85 um aumento de 509,63% no número de tratores agrícolas. (quadro XX), e que teve um aumento de 1.017 para 10.463 propriedades que utilizaram fertilizantes químicos no solo (quadro XXI), podemos compreender que o grau de inversão tecnológica na produção agrícola está estreitamente ligada à lavoura comercial, com a seleção daquele produto que melhor propicie ganhos de capital por área cultivada. Associe-se a essa análise a integração ao complexo agroindustrial e a participação da organização cooperativa na comercialização do produto, "in natura" e industrializado. A agricultura goiana da década de 70 em diante se

coloca como um poderoso consumidor de insumos de origem industrial e passa a sócia-menor na acumulação gerada no complexo agroindustrial. Contudo *"...é mesmo relativa convivência - com divisão de funções, concorrência, recriação - de diversas formas de capital que se situa o capital das cooperativas agrícolas mais `desenvolvidas empresarialmente"*.[35]

QUADRO XX: Evolução no n°de tratores por municípios na área de influência da COMIGO, de 1960 - 1985.

ORD	MUNICÍPIOS	CENSO				
		1960	1970	1975	1980	1985
01	Acreúna	-	-	-	678	877
02	Aporé	01	21	110	302	472
03	Caiapônia	04	19	143	352	459
04	Doverlândia	- -	- -	- -	- -	188
05	Jandaia	- -	42	104	191	170
06	Jataí	24	81	287	569	1.043
07	Maurilândia	- -	26	118	138	216
08	Mineiros	- -	20	96	330	634
09	Paraúna	18	232	705	423	617
10	Portelândia	- -	01	17	43	121
11	Quirinópolis	63	269	512	815	1.095
12	Rio verde	135	446	879	1.438	2.343
13	Santa Helena de Goiás	73	347	455	398	629
14	Santa Rita do Araguaia	- -	- -	38	44	53
15	Serranópolis	04	22	70	232	386
	TOTAL	**322**	**1.526**	**3.534**	**5.953**	**9.303**
	Percentual do Estado	(24%)	(27%)	(26.2%)	(21.6%)	(27.7%)
	Total do Estado de Goiás	1.349	5.692	13..505	27..600	33..548
	Percentual de crescimento		322%	137%	104%	22%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1960, 1975,1980 e 1985 - Goiás

[35] CORADINI, Odacir L. ; Produtor, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais; O caso do trigo e da Soja, Rio de Janeiro, Zahar editor, 1982, p. 36

QUADRO XXI: Sudoeste Goiano: Adubo Químic/ e Calcário. Área de Infuência da COMIGO e o n° de estabelecimentos segundo o uso de fertilizantes.

ORD.	MUNICÍPIO	ANO				
		1960	1970	1975	1980	1985
01	Acreúna	-	-	40	614	579
02	Aporé	-	04	40	111	159
03	Caiapônia	-	07	257	900	798
04	Doverlândia	-	-	-	-	256
05	Jandaia	-	04	197	471	250
06	Jataí	01	228	545	869	1.176
07	Maurilândia	-	09	96	169	214
08	Mineiros	-	23	238	521	662
09	Paraúna	-	129	743	363	848
10	Hortelândia	-	-	57	101	186
11	Quirinópolis	-	42	385	1.350	1.579
12	Rio Verde	06	340	1.183	2.104	2.662
13	Santa Helena	-	302	462	689	796
14	Santa Rita	-	-	34	40	47
15	Serranópolis	-	29	126	224	251
	TOTAL	**07**	**1.017**	**4.363**	**8.526**	**10.463**
	ESTADO	(35 + 177)	5.807	29.543	59.857	76.091
			1.191			
		Calagem	471			

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás - 1960, 1970, 1980 e 1985.

2.6.2 - O Feijão

A produção do feijão em Goiás ocorre em dois períodos distintos: de outubro a fevereiro, à época das chuvas e, geralmente de março a junho, a safra da seca. A característica predominante deste produto é que ele é cultivado basicamente pelo pequeno produtor. Do plantio à colheita, todo esse trabalho é

realizado de forma manual, sem maquinário agrícola adequado, com pouca ou nenhuma utilização de fertilizantes ou sementes selecionadas. Isso resulta em baixa produtividade constatada junto ao pequeno produtor, na ordem de 300 a 500 kg/ha, em 1990. A inserção da lavoura irrigada de feijão, a partir de meados de década de 80, já proporciona um acréscimo na média de produção por hectare, (quadro XXII).

QUADRO XXII: Evolução da Área, Produção e Rendimento do Feijão, de Goiás - Brasil, 1975 - 1994.

ANOS	GOIÁS			BRASIL			PARTIC.	CLAS.
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	REND. (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	REND. (kg/ha)	GO/BR (%)	GERAL
1975	223000	112500	504	4145916	2282466	551	4.93	08
1976	220600	107248	486	4059176	1840315	453	5.83	05
1977	212150	86821	409	4551032	2290007	503	3.79	10
1978	207600	78372	378	4617259	2193977	475	3.57	09
1979	199360	72293	363	4212424	2186343	519	3.31	10
1980	160547	36622	228	4643409	1968165	424	1.86	11
1981	212165	62997	297	5026925	2340947	466	2.69	07
1982	230945	93748	406	5926143	2902657	490	3.23	08
1983	184542	72877	395	4064028	1580546	389	4.61	07
1984	202518	78701	389	5320150	2625676	494	3.00	11
1985	198239	75256	380	5315890	2548738	479	2.95	10
1986	180985	51561	285	5477688	2209188	403	2.33	13
1987	177542	79874	450	5201791	2007230	386	3.98	07
1988	149400	57180	383	6186049	3319987	537	1.72	12
1989	126580	69440	549	5175270	2308355	446	3.01	13
1990	180770	125200	693	4684994	2239349	478	5.59	12
1991	177281	121532	686	5442813	2749183	505	4.42	13
1992	147754	118441	802	5193071	2839644	547	4.17	07
1993	143262	125218	874	3885195	2477276	638	5.05	07
*1994	146681	139448	951	4992950	2989819	599	4.66	07

Fonte: IBGE, in Anuário Estatístico do Brasil, 1978,1981,1984,1985 e 1989.
CEPAGRO - 1988, 1989, 1990, 1992, e Maio/94

Na área em estudo, a produção do feijão apresenta, a cada censo, uma redução significativa, o que demonstra também, assim como o arroz, sua descaracterização econômica no processo de desenvolvimento capitalista. O espaço ocupado pelo processo produtivo tem diminuído e, no Sudoeste goiano é marcante o fato de que no censo de 1960 existiam 12.720 ha ocupados com feijão o que proporcionava uma produção de 5667 toneladas.

A partir da década de 70 houve uma diminuição constante tanto da área plantada como da produção, conforme veremos no quadro XXIII. .

QUADRO XXIII: Sudoeste Goiano (Área de Influência da COMIGO). Produção Agrícola por Municípios e Área colhida/ha - 1960 - 1985 - Feijão/Ton.

FEIJÃO											
ORD	MUNICÍPIOS	1960		1970		1975		1980		1985	
		Ton	Área	Ton	Área	Ton	Área	Ton	Área	Ton	Área
01	Acreúna	-	-	-	-	-	-	01	09	273	235
02	Aporé	28	79	52	176	24	93	46	156	05	12
03	Caiapônia	295	461	769	2.531	575	1.972	547	1.392	150	469
04	Jandaia	-	-	88	547	218	1.111	14	81	03	17
05	Jataí	344	658	493	1.527	166	688	315	1.184	90	272
06	Maurilândia	-	-	11	21	01	02	74	452	20	16
07	Mineiros	157	477	403	779	316	711	341	988	87	287
08	Paraúna	281	718	307	1.376	121	776	77	422	21	88
09	Portelândia	-	-	56	145	58	183	78	205	08	44
10	Quirinópolis	2.652	5.372	182	1.165	01	02	06	16	467	217
11	Rio Verde	1.095	2.927	934	3.610	100	400	67	209	477	472
12	Santa Helena	665	1.655	38	216	03	13	30	48	78	59
13	Santa Rita	78	176	84	196	119	257	127	227	13	62
14	Serranópolis	72	197	81	292	20	85	17	80	17	80
	TOTAL	5.667	12.720	3.498	12.581	1.722	6.293	1.740	5.069	1.709	3.130

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás. 1960. 1970. 1975. 1980 e 1985.

O contraditório, porém não estranho à nossa análise, é que nesse período se registra a grande época do crédito subsidiado. Esse crédito, incentivado pelas políticas oficiais, não só estimula a produção como também seleciona produto e produtores. Dessa forma o Estado assume não só o papel de coordenador maior da política agrícola, como também de veículo, através do qual serão direcionadas as formas de apropriação das classes sociais. "*Quanto à seletividade e orientação em relação a produtos agrícolas específicos, em 1976 por exemplo, a soja, o trigo, o café e o arroz, que representavam 49,6% da produção agrícola brasileira, receberam 80% do crédito rural; o feijão recebeu 0,4%...*"[36]. Segundo os dados do Banco do Brasil, dos recursos destinados à agricultura os grandes produtores ficaram com 20%, em 1966, e com 54% em 1976. Os médios produtores diminuíram, em igual período, sua participação de 46% para 35% e os pequenos de 34% para 11%.

No caso específico de Goiás, a evolução do crédito rural de 1970 para 1980 registra um aumento de 388% na concessão ao produtor. Dos contratos de financiamento 83% se realizaram, em 1970, com estabelecimentos rurais com área superior a 100 ha. Em 1975, 87% do crédito é são a estabelecimentos com área também acima de 100 ha. Dentro dessa tendência, que se verifica a nível nacional o crédito é, em Goiás, concedido prioritariamente aos proprietários rurais que, em 1970, recebem 94% do financiamento, enquanto os parceiros receberam 0,9%, segundo dados do IBGE.

2.6.3 - O Milho

O milho pode ser considerado uma das culturas mais tradicionais do Estado de Goiás. Ele é produzido tanto por pequenos, como por grandes proprietários rurais. Esse produto tem a característica de servir de alimento básico ao homem, assim como de matéria-prima para a indústria. Sua produção

[36] CORADINI, O.L. op. cit. p. 50

Um estudo da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola sobre o produto mostra que a produtividade média por hectare em Goiás tem alcançado índices maiores do que a média nacional. No sudoeste goiano, essa média tem sido sempre maior que a do Estado, tendo alcançado em 1975, 2.140 kg/ha, em 1980, 2.240 kg/ha e, em 1985, 2.700 kg/ha, conforme podemos constatar pelos dados apresentados a seguir no quadro XXIII.

QUADRO XXV: Sudoeste Goiano (Área de Influência da COMIGO). Produção Agrícola por Municípios 1960. 1985. Milho/Ton.

MILHO 1960 - 1985											
Ord	**Municípios**	**1960**		**1970**		**1975**		**1980**		**1985**	
		Ton	**Área/ ha**	**Ton**	**Área/ ha**	**Ton**	**Área/ ha**	**Ton**	**Área/ ha**	**Ton**	**Área/ ha**
01	Acreúna	-	-	-	-	-	-	65.440	26.810	73.206	26.670
02	Aporé	526	410	1.020	853	762	609	863	879	1.128	831
03	Caiapônia	1.416	.159	2.588	2.386	3.470	73.421	7.181	6.310	5.233	3.064
04	Jandaia	-	-	2.404	2.340	10.260	7.219	11.711	6.101	7.328	3.063
05	Jataí	2.834	2.184	3.537	3.125	2.459	2.423	5.659	4.117	8.292	4.578
06	Maurilândia	-	-	2.570	1.991	18.385	8.115	7.703		18.417	6.358
07	Mineiros	1.849	1.354	2.518	2.025	2.090	1.675	3.556	2.427	4.277	2.384
08	Parauna	1.898	1.841	7.704	8.119	66.209	36.100	27.573	15.513	50.993	22.309
09	Portelândia	-	-	114.770,7	132	303	255	439	304	425	345
10	Quirinópolis	8.301	6.278	23.683	17.940	58.510	26.837	55.327	22.909	40.261	17696
11	Rio Verde	6.983	5.516	23.148	16.452	74.780	38.005	64.056	29.538	121.144	37.563
12	Santa Helena	7.172	4.135	7.669	5.804	90.066	25.667	45.031	15.762	36.244	11.419
13	Santa Rita	442	382	410	226	491	460	453	274	572	395
14	Serranópolis	1.051	744	866	984	744	561	1.212	1.334	3.341	1.237
	TOTAL	**31.472**	**24.003**	**78.234**	**62.377**	**324.529**	**151.347**	**296.204**	**132.278**	**370.861**	**137.912**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás. 1960. 1970. 1975. 1980. 1985.

Conforme pode-se notar, pelos dados apresentados o milho não perde sua importância econômica com o advento do capitalismo na agricultura. O que se pode interpretar é que esse produto se incorpora, cada vez mais, ao processo industrial, não perdendo espaço para a cultura da soja, por exemplo. Na década de 70 a cultura do milho foi a que apresentou o maior índice de crescimento em área produzida , comparando-se a outras culturas no Estado. Na safra 72/73 a cultura do milho ocupava 24% de todo o espaço cultivado com produção agrícola no Estado. Na safra 82/83 esse espaço de produção é de 32% da área cultivada.

Na década de 70 a produção do milho passará por duas situações bem distintas. A primeira, na safra 76/77, com o recorde de produção brasileira. Em seguida, nas duas safras de 1978 e 1979 ocorrem as frustrações em volume de produção e em queda no valor de mercado do produto. Contudo, mesmo com essas variantes, o milho será o produto que, em Goiás, estabelecerá, antes que a soja, a consolidação da produção agrícola goiana junto ao complexo agroindustrial, pois a especificidade da sua produção permite um maior aproveitamento dos sub-produtos para a industrialização destinada tanto ao consumo humano como para a produção de ração animal.

2.6.4 - A Soja

A soja é o produto economicamente mais importante e o que melhor caracteriza o desenvolvimento da agricultura capitalista na área objeto do nosso estudo. A agricultura do Sudoeste terá na década de 70 a inserção desse produto como o veículo condutor das transformações da produção agrícola regional, bem como, na articulação dessa estrutura produtiva com o processo agroindustrial. Diferente das outras culturas como o milho, o arroz e o feijão, o procedimento a respeito da soja está todo voltado ao mercado externo ou industrial. A lavoura da soja requer um uso intensivo de maquinário agrícola e toda uma série de

implementações tecnológicas que foge do alcance da pequena produção e dos produtores tradicionais.

A soja, a partir de 1960, adquire cada vez mais importância para a agricultura brasileira que se internacionaliza. Em nível mundial esse produto teve um crescimento de 160% no período de 1966 - 1975, enquanto a produção brasileira teve um aumento de 928% nessa mesma época. O Brasil, na década de 70, passa a ser o segundo produtor mundial desse produto o que representou, em 1976, um montante de 17,6% das diversas exportações do país. Tradicionalmente o Brasil havia sido importador de óleo de soja até 1972. Daí para frente passa a ser exportador. Essa produção já industrializada também provoca alterações no hábito alimentar da população brasileira.

A soja em Goiás começa a ser produzida a partir de 1969, contudo, sua expressão comercial se dará somente a partir da metade da década de 70 com a venda desse produto "***in natura***" para o mercado do Sul e Sudoeste do país, bem como com a participação das Cooperativas Agrícolas de Itumbiara e de Mineiros na rota comercial do produto. A soja começa a ser produzida justamente nesse espaço geográfico através dos incentivos creditícios que aconteceram a partir de 1969, em especial à exploração dos cerrados goianos, conforme pode-se analisar nos diversos programas especiais estabelecidos pelo governo federal. Esses programas tinham como objetivo o desenvolvimento capitalista da agricultura, a consolidação do projeto de integração nacional, a produção agrícola para exportação e, através do crédito e dos incentivos fiscais o fortalecimento da aliança do Estado com a classe proprietária rural e com esta ampliar a integração com o complexo agroindustrial.

A soja, um dos principais produtos desse projeto, se adapta perfeitamente nos cerrados do Sudoeste e Sul de Goiás. Sua produção requer uso intenso de maquinário agrícola e as terras do cerrado são de um manejo mais fácil.

Agrega-se a essa realidade o fato de que o sistema rodoviário facilitaria o escoamento do produto para os grandes centros comerciais do país.

De certa forma esse eixo Sudoeste/Sul do Estado representará o início da produção e se sustentará como o mais importante polo de cultivo desse produto, especialmente o Sudoeste, na área de ação da COMIGO, conforme quadro XXVI e XXVII , a seguir.

QUADRO XXVI: Produção e Área colhida de Soja no Estado de Goiás e na Microrregião Sudoeste (Área de Influência da COMIGO) - 1970, 1975, 1980,1985,1989

Ano	Estado		Sudoeste	
	Produção (Ton)	Área Colhida \ha	Produção (Ton)	Área Colhida /ha
1970	10.219	11.514	5.529	6.787
1975	82.173	61.905	27.519	17.650
1980	368.477	213.487	135.699	75.594
1985	1.157.704	599.555	691.336	311.336
1989	2.051.768	989.237	920.216	409.980

Fonte: IBGE

O município de Rio Verde, no Estado de Goiás o mais importante produtor de soja, tem apresentado um crescimento constante em sua área plantada e em seu volume de produção. No período de 1970 a 1990 a produção no município cresceu na ordem de 825%. A sua área colhida também aumentou em 574%, ocupando no final da década de 80 uma expressiva participação de 17% de toda a área colhida de soja no Estado. Isso significa que somente no município de Rio Verde, naquele ano, 168.500 ha foram efetivamente ocupados por um produto que somente se desenvolve comercialmente com uso intenso de tecnologia. Do

plantio à colheita o trabalho utilizado na lavoura de soja requer o emprego da máquina.

QUADRO XXVII: Sudoeste Goiano (Área de Influência da COMIGO). Produção Agrícola por Municípios 1960 - 1985 - Soja/Ton.

SOJA 1960 - 1985									
Ord	**Municípios**	**1970**		**1975**		**1980**		**1985**	
		Ton	**Área/ha**	**Ton**	**Área/ha**	**Ton**	**Área/ha**	**Ton**	**Área/ha**
01	Acreúna	-	-	-	-	26.131	14.345	33.019	18.898
02	Aporé	02	02	-	-	9.036	9.261	81.320	40.925
03	Caiapônia	-	-	-	-	-	-	17.635	8.503
04	Jandaia	01	01	210	145	1993	1.242	2.827	1.362
05	Jataí	01	05	-	-	1.456	1.372	99.119	48.960
06	Maurilândia	98	87	2.216	1.074	3.082	1.447	5.389	2.507
07	Mineiros	06	05	84	106	11.414	12.098	109.434	50.487
08	Paraúna	295	539	9.896	6.768	3.687	2.272	20.357	9.290
09	Portelândia	-	-	-	-	1.758	1.499	21.297	11.114
10	Quirinópolis	1.277	1.502	9.887	6.347	32.466	15.965	43.960	10
11	Rio Verde	3.214	3.713	2.996	1.705	38.274	25.012	230.151	105.541
12	Santa Helena	633	931	2.230	1.505	6.396	3.175	3.207	1.546
13	Santa Rita	-	-	-	-	-	-	458	380
14	Serranópolis	02	02	-	-	06	04	23.163	12.084
	TOTAL	**5.529**	**6.787**	**27.519**	**17.650**	**135.699**	**75.594**	**691.336**	**311.597**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Goiás, 1970, 1975, 1980, 1985.

Comparativamente a Santa Helena de Goiás e à cana-de-açúcar ali desenvolvida pode-se estabelecer algumas diferenças quanto à exploração da mão de obra. De acordo com os dados apresentados no quadro XXVIII, há um predomínio da utilização do trabalho do bóia-fria (diarista volante). A profissão de tratorista tem pouco emprego na área da cana. A realidade dos trabalhadores sindicalizados de Rio Verde junto às atividades agrícolas registra ainda uma

predominância do trabalhador volante. Das demais filiações registra-se uma significativa percentagem de trabalhadores fixos que chegam a 23%, segundo dados pesquisados por Vaz [37].

Enquadraram-se nesses percentuais o diarista fixo, o assalariado e o tratorista. A categoria estreitamente relacionada com a soja é a do tratorista volante cujo percentual de registro no sindicato chega a 7,9%, como podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO XXVIII: Ocupação do trabalhador rural em Rio Verde segundo registro no Sindicato até 1989.

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Total pesquisado	2.141	100,0
Diarista volante	1.173	54,8
Diarista fixo	131	6,1
Assalariado	147	6,9
Tratorista volante	152	7,1
Tratorista fixo	170	7,9
Vaqueiro volante	51	2,4
Vaqueiro fixo	123	5,7
Pequeno proprietário	17	0,8
Parceiro	169	7,9
Arrendatário	08	0,4

Fonte: Arquivo STR Rio Verde, apud Vaz, p. 109

De qualquer forma, tanto na produção da cana como da soja a utilização do trabalho humano, embora sujeito a maneiras diferentes de exploração, complementa a articulação do capital na agricultura. Com o advento desses tipos

[37] VAZ, Eber, op. cit. p. 109

de relações trabalhistas no campo o capitalismo propicia renda agrícola à propriedade, e esta realiza seu papel de espaço de acumulação do capital industrial. A soja, pela especificidade de sua produção, será o grão que melhor responderá à realização desse processo. A cooperativa agrícola, vinculada a esse produto e a esse modelo de produção, representa um "elo de ligação e articulação entre as diversas forças sociais, agentes e camadas sociais melhor situadas na produção agrícola, Estado e agroindústria envolvidas direta ou indiretamente, com a agricultura"[38]. O cooperativismo empresarial, participa do padrão de acumulação como sócio-subordinado e com lugar definido no movimento geral de acumulação e reprodução.

[38] CORADINI, O. L. ; op. cit. p. 64.